

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
(PPG/CASA)**

**MERCADO JUSTO E SOLIDÁRIO COMO CONTRIBUIÇÃO
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
DAS REPRESENTAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO
COMÉRCIO DO AÇAÍ PELO MUNICÍPIO DE CODAJÁS**

KARLA CHRISTINE TAVARES DE SANT'ANA

**MANAUS
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
(PPG/CASA)**

KARLA CHRISTINE TAVARES DE SANT`ANA

**MERCADO JUSTO E SOLIDÁRIO COMO CONTRIBUIÇÃO
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
DAS REPRESENTAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO
COMÉRCIO DO AÇAÍ PELO MUNICÍPIO DE CODAJÁS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia na Área de Políticas e Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marilene Corrêa da Silva Freitas

MANAUS
2006

KARLA CHRISTINE TAVARES DE SANT`ANA

**MERCADO JUSTO E SOLIDÁRIO COMO CONTRIBUIÇÃO
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO
DAS REPRESENTAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DO
COMÉRCIO DO AÇAÍ PELO MUNICÍPIO DE CODAJÁS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia na Área de Políticas e Gestão Ambiental.

Aprovado em 27 de Julho de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Marilene Corrêa da Silva Freitas - UFAM
Prof^o Dr^o. Hiroshi Noda – INPA
Prof^o Dr^o Walmir de Albuquerque - UFAM

**Aos meus pais Maria
Cleomar e Edilson José.**

**Aos amigos Dora Braga,
Giovani Barbosa, Glória
Folha Osmarina Godoy e
ao meu esposo Yulo Braga
pelo imensurável e
essencial apoio para
realização deste trabalho.**

Ao plano superior, pela sustentação invisível posta sob meus pés e equilíbrio em minha mente;

A minha orientadora, pela regência desta pesquisa e por suas falas maestrosas as quais me fizeram almejar atingir um dia a sua essência intelectual;

Aos meus amigos e parentes distantes, por acreditar em um potencial ainda por ser lapidado;

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de fazer-me sentir uma amazônida e orgulhar-me disto;

Ao município de Codajás, em especial a todos os associados da Cooperativa Mista de Produtores de Açaí e Frutas Regionais, pelos ensinamentos e contribuições essenciais para concretização desta pesquisa;

À SUFRAMA, ONG WORLD VISION, SEBRAE, FLO, FUNDAÇÃO FREDERICHE EBERT, FUNDAÇÃO PAULO FEITOSA, CAMPO CONSULTORIA, CENTRO DE TERINAMENTO DE URUCARÁ, AOS ARTESÃOS DE GRAVATÁ (PE), AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA e a TURIYA IMPORTERS INC. pela matéria prima que viabilizou a construção do presente trabalho.

AGRADEÇO

RESUMO

O trabalho suscita uma alternativa ao comércio convencional que contemple uma tríplice responsabilidade: econômica, ambiental e social. Contextualiza o estudo no município de Codajás - AM, através da experiência da Cooperativa Mista de Produtores de Açaí e Frutas Regionais daquele município. Aponta a dificuldade em articular preocupação ecológica e comércio, frente aos anseios capitalistas, daí sugerir o comércio justo (*Fair Trade*) como sendo uma estratégia para inclusão social, geração de renda e segurança alimentar. Foi utilizado o método de abordagem dialético e o procedimento histórico comparativo. Para levantamento dos dados, houve a documentação direta e indireta, observação direta intensiva, não participante, bem como a direta extensiva e entrevistas (formulários para uma amostra de 46 pesquisados numa população de 86 cooperados) e o uso da ferramenta Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária -SIES. Do caso analisado, é possível perceber que, embora haja fragilidades na base cooperativista, Codajás parece ser um mercado potencial para a parceria *Fair Trade* a qual poderá se configurar em breve como mecanismo redutor da exclusão neoliberal além de apontar um caminho alternativo para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-Chave: Extrativismo - Sustentabilidade Social - Comércio justo

ABSTRACT

The work shows us one alternation to market conventional what concentrated three responsibilities: economic, environmental and social. The study into the county of Codajás AM, by the experience from Cooperative Mist açai's Producers and Regional Fruits from that county. Indicated the difficulty to articulate ecological and business, because capitalistic needs, so there is a suggest the trading just (Fair Trade) as being a strategy for inclusion social, generation of income and safety alimentary. Was used the method of approach dialectic and the procedure historical comparative. About to lifting of data, he got the documentation direct and indirect, direct intensity observation, no participant, as well as the direct extensive and interviews (forms for a pattern of 46 researcher on a population of 86 cooperate) and the use from tool System National of Information of Economy Sympathetic - SIES. Of the I wed analyzed, it is possible sense what, so he may get fragilities on base of cooperative Codajás looks like being a market potential for partnership Fair Trade the may if setup soon I eat mechanism redoubt from exclusion liberal in addition to affirm a road alternation about to the development site sustainable.

Key Word: activity extractive - social sustainability - fair trade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Funcionamento do Comércio justo no mundo	83
Figura 2 - Sistema Financeiro de Comércio Justo	85

LISTA DE BOX

BOX 1: Comércio Justo em Urucará (AM) uma experiência de sucesso	139
BOX 2: Comércio Justo em Gravatá (PE): outra experiência de sucesso	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Iniciativas Nacionais de Comércio Justo	77
Quadro 2: Organizações Internacionais de Comércio Justo.	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Regiões do Brasil e seus percentuais de participação no movimento nacional de comércio justo.....	89
Tabela 02 -	Distribuição de gênero dos entrevistados cooperados.....	122
Tabela 03 -	Origem do açaí vendido a agroindústria....	123
Tabela 04 -	Escolaridade.....	123
Tabela 05 -	Produtores/extrativistas com filhos menores de idade.....	123
Tabela 06 -	Frequência escolar dos menores de 16 anos	123
Tabela 07 -	Trabalho dos menores de 16 anos.....	124
Tabela 08 -	Renda dos cooperados.....	124
Tabela 09 -	Repasse da produção para a Cooperativa.....	124
Tabela 10 -	Quantidade repassada para a cooperativa.....	124
Tabela 11 -	Destino da produção remanescente.....	124
Tabela 12 -	Credibilidade do projeto da SUFRAMA.....	125
Tabela 13 -	Liberdade de expressão durante as	125

	reuniões da cooperativa.....	
Tabela 14 -	Discussões das propostas de negócios entre os cooperados.....	125
Tabela 15 -	Existência de respeito entre os cooperados.....	125
Tabela 16 -	Confiança no grupo de dirigentes.....	125
Tabela 17 -	Oportunidade para torna-se dirigente.....	126
Tabela 18 -	Decisões tomadas em conjunto.....	126
Tabela 19 -	Liberdade para participar de sindicatos.....	126
Tabela 20 -	Discriminação por pertencer a um sindicato	126
Tabela 21 -	Existência de preconceito entre os cooperados.....	126
Tabela 22 -	Se o valor pago pela cooperativa é maior do que o do atravessador.....	127
Tabela 23 -	Existência de cursos organizados pela cooperativa.....	127
Tabela 24 -	Se o cooperado trabalha com a família ou emprega alguém.....	127
Tabela 25 -	Importância do açai para o extrativista/agricultor.....	127
Tabela 26 -	Utilização de agrotóxicos em plantação.....	128
Tabela 27 -	Utilização de técnicas de preservação.....	128

Tabela 28 -	Realização de bons negócios com o açaí pela agroindústria.....	129
Tabela 29 -	Remuneração justa com o lucro da polpa...	129
Tabela 30 -	O que é uma remuneração justa?.....	129
Tabela 31 -	Compensação de custos.....	130
Tabela 32	Compreensão dos cooperados sobre a formulação do preço do açaí	130
Tabela 33 -	Regularidade do pagamento para a compra do açaí.....	130
Tabela 34	Como se efetua o pagamento do açaí?.....	131
Tabela 35 -	Se as decisões são conjuntas e se há conhecimento delas.....	131
Tabela 36 -	Já ouviu falar em comércio justo?.....	131

LISTA DE SIGLAS

APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente
APL's	Arranjos Produtivos Locais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CES	Comércio Ético e Solidário
EFTA	European Fair Trade Association
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACES	Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil
FINE	Iniciais de FLO, IFAT, NEWS e EFTA
FLO	Fairtrade Labelling Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
ICM	Imposto de Circulação de Mercadorias
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFAT	International Federation for Alternative Trade
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IN	Iniciativa Nacional
ISS	Imposto Sobre Serviços
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
NEWS	Network of Europe Word Shop
ONG	Organização Não- governamental
PED's	Países em Desenvolvimento

PFNL	Produtos Florestais Não Lenhosos
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pólo Industrial de Manaus
PMD	Países Menos Desenvolvidos
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TRIP's	Trade-related aspects of intellectual property rights
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

LISTA DE SÍMBOLOS

Z	Abscissa da distribuição normal padrão	106
p	Estimativa da proporção população	106
e	Erro amostral população	106
N	Tamanho da população	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
Justificativa	24
Hipótese	27
Objetivos	27
Objetivo Geral	27
Objetivos específicos	27
1 INSERÇÃO DA AMAZÔNIA NO MUNDO: TIPIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS	29
1.1 Exploração Das Drogas Do Sertão (primeira onda)	30
1.2 Matérias-primas: borracha (segunda onda)	33
1.3 Constituição da Zona Franca de Manaus	36
1.4 Amazônia: espaço vital, as invocações ideológicas e provocações geopolíticas	40
1.5 A inserção da Amazônia no mundo e a relação com o extrativismo	43
2 SUSTENTABILIDADE SOCIAL: O PLENO EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL	48
2.1 O desenvolvimento includente e triplamente vitorioso	53
2.2 Trabalho justo, humanizado e decente	59
3 PANORAMA MUNDIAL: DILEMA NORTE E SUL E O COMÉRCIO COMO FATOR DE REDUÇÃO DE POBREZA	62
3.1 Comércio justo: uma alternativa compatível com o sistema	69

globalizado	
3.2 Comércio justo no mundo	72
3.3 Princípios e critérios do comércio justo no Brasil	83
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	91
4.1 Método de abordagem: dialético	91
4.2 Método de procedimento: histórico e comparativo	93
4.3 Levantamento dos dados	94
4.3.1 Documentação indireta	94
4.3.2 Documentação direta	94
4.3.3 Observação direta intensiva	94
4.3.4 Observação não participante	94
4.3.5 Entrevistas	94
4.4 Observação direta extensiva	95
4.4.1 Formulários	96
4.5 Ferramenta SIES	99
4.6 Tamanho da amostra	99
4.7 Objeto de estudo	101
5 A EXPERIÊNCIA OFICIAL DA VIABILIDADE DE INSERÇÃO PRODUTIVA LOCAL NO COMÉRCIO JUSTO: O CASO DO AÇAÍ DA AGROINDÚSTRIA PLANETA AÇAÍ EM CODAJÁS	102
5.1 Local da pesquisa	102
5.2 O mercado de açaí	105
5.3 A produção de açaí	109
5.4 Resultados da pesquisa	114
5.4.1 Análise dos resultados	124

5.5 Experiências da pesquisa	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
APÊNDICES	148
Apêndice A : Formulário aplicado	149
Apêndice B: Fotos	154

INTRODUÇÃO

*“O problema da humanidade é combinar três questões: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual”.*¹

Há mais de quarenta anos se tem experimentado uma outra alternativa de mercenciar que atinge um “faturamento atual superior a meio bilhão de euros” (JONHSON, 2004. p. 13). Este modelo suscita a prática de uma economia solidária, comprometida sócio e ecologicamente com um desenvolvimento includente e sustentável.

Mediando a disputa entre pequenos produtores e conglomerados internacionais esta outra forma de fazer comércio propõe uma inserção mercadológica menos restritiva para os menores e uma distribuição de segmentos de mercado mais equânime para ambos, que torne possível a soberania alimentar, principalmente dos países em desenvolvimento e nestes, de regiões pouco avançadas.

Esta nova forma de comércio denomina-se internacionalmente *Fair Trade* (Comércio justo) e define-se como sendo:

o processo de intercâmbio comercial orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e das expectativas dos produtores e consumidores, permitindo uma melhoria substancial da qualidade de vida das pessoas, tornando viáveis os direitos humanos e o respeito ao meio ambiente, através de uma perspectiva de desenvolvimento humano, solidário e sustentável (COTERA, 2003. p. 11).

Uma parceria comercial que visa ao desenvolvimento sustentável para os produtores excluídos ou desfavorecidos. O comércio justo procura alcançar seus objetivos promovendo campanhas, propondo (aos produtores) melhores condições comerciais, e educando (os consumidores) para uma tomada de consciência (Definição da EFTA – European Fair Trade Association).

O *Fair Trade* é assim um movimento de defesa às pequenas corporações e aos produtores marginalizados, é uma reação à supressão do direito de condições dignas de

¹ J. M. Keynes, 1926. Fonte desconhecida.

trabalho e renda que a liberalização comercial tem ocasionado, é ainda uma mobilização que confere ao objetivo de inclusão social um papel preponderante.

Sublinhando contextualmente fazer comércio justo é integralizar custos sócio-ambientais nos preços dos produtos o que culmina em fortes apelos mercadológicos dirigidos aos consumidores.

Johnson (2003), em Caderno de Proposições para o século XXI: aliança por um mundo responsável, plural e solidário, texto por ele organizado afirma que:

O comércio justo permite substituir uma relação comercial entre produtor e consumidor, caracterizada pela abstração (e, portanto, pela irresponsabilidade) por uma relação mais direta e solidária.[...]. Ele combate a opacidade que o sistema predominante tenta criar em torno da origem e do conteúdo social ou ambiental dos produtos que são objeto de troca no mercado, seja ele mundial, nacional ou regional (JOHNSON, 2004. p. 117).

Orientado por um projeto conceptualmente transformador, visto implicar em uma reformulação de hábitos consumistas, induzir o exercício da solidariedade e ética na relação comercial e trabalhista, a prática de comércio justo sugere ainda que se perceba o indivíduo como elemento fim de uma economia e não o consumo pelo consumo como o sistema capitalista tem apontado. Mas é também um projeto regulador, pois avalia o cenário do comércio internacional buscando potencializar a participação das exportações de grupos produtores menos desenvolvidos, discutindo inclusive os mecanismos de proteção externa que obstaculizam uma maior inserção destes grupos em grandes mercados.

O *FairTrade* oportuniza condições justas de trocas comerciais sejam elas nacionais, internacionais ou regionais, reconhecendo a necessidade de harmonizar o comércio internacional com a independência do mercado local, o que acaba por questionar a relação

subserviente e colonialista entre norte e sul². Neste sentido, torna-se importante referenciar o processo de liberalização comercial da década de 80 a 90 que provocou nos países do sul uma especialização forçada dos produtos regionais, fragilizando a economia local e em maior proporção a economia nacional.

Embora o movimento vislumbre em primeira instância uma globalização da solidariedade crendo ser este o caminho para a solidificar compromissos alicerçados em princípios éticos, deflagrar um engajamento social e responsável, e otimizar de maneira equitativa o comércio, não se poderá crer que ele será implementado sem que sejam consideradas as peculiaridades regionais, pois “um verdadeiro desenvolvimento social não se produz sem uma estratégia de desenvolvimento que tenha por base as potencialidades e necessidades locais” (JONHSON, 2004. p.70).

Longe de caracterizar-se como comércio unicamente entre hemisférios, a prática do *Fair Trade* restabelece e coordena redes de produção e comercialização intra-regionais, possibilitando o intercâmbio de experiências que se reproduzem internacionalmente e fortalece o movimento. Nesta perspectiva, parcerias favorecem a criação de arranjos locais que possibilitam o incremento da produção e comercialização e solidificam a estratégia do mercado justo.

O professor Ignacy Sachs³ (2004) ao tratar sobre desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos, propõe que:

o desafio é transformar pequenos produtores em empresas organizadas de pequena escala, capazes de competir no mercado capitalista. A sua consolidação será produto da atualização das suas competência e capacidades administrativas e da melhoria da sua competitividade sistêmica mediante uma série de ações afirmativas, tais como acesso preferencial ao crédito, tecnologias e mercados (p. 49).

² Norte: países do hemisférios norte notadamente desenvolvidos e Sul: países do hemisférios sul, em desenvolvimento.

³ Professor Ignacy Sachs, da École des Hautes Études en Sciences, é um profundo conhecedor dos problemas do chamado terceiro mundo e particularmente do Brasil, fundou na França o Centro de Estudos sobre o Brasil contemporâneo e o Centro Internacional de Pesquisas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Este inclusive é o desafio assumido pela Cooperativa Mista dos Produtores de Açaí e Frutas Regionais de Codajás – Açaí de Codajás, município do Estado do Amazonas, através da Agroindústria Planeta Açaí Natural de Codajás, realidade colocada aqui como estudo de caso deste trabalho e produto da verticalização da Cooperativa Mista de Produtores de Açaí e Frutas Regionais de Codajás.

Por intermédio da agroindústria Planeta Açaí, iniciativa resultante de um programa de revitalização da cadeia produtiva do produto naquele município, fomentado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, Codajás pretende estabelecer um sistema de produção e comercialização em diferentes escalas sob a ótica de um desenvolvimento sustentável integrado, articulando suas ações com práticas da economia solidária.

O município de Codajás foi uma das áreas beneficiadas pelo programa de “Interiorização do Desenvolvimento”, implementado pela SUFRAMA, por se acreditar no grande potencial para expansão da produção do açaí.

A produção local ainda é basicamente extrativista, porém, a polpa de açaí, nos últimos anos, ganhou um mercado que desde então estava latente e era abastecido quase que em sua totalidade pelo estado do Pará, a sazonalidade da produção deste estado, entretanto, favoreceu a dinamização e a abertura de mercado para mais um abastecedor - Codajás, o qual passou a produzir na entressafra da produção paraense.

O problema consiste em compreender a aplicabilidade do movimento *Fair Trade* diante das nuances que peculiarizam a região Amazônica, tomando como exemplo a Agroindústria Planeta Açaí de Codajás.

Neste sentido, o presente trabalho aborda a necessidade de contribuir com o ideário da sustentabilidade e os desafios que se apresentam para tal, entendendo que o *Desenvolvimento Sustentável* é mais que uma questão conceitual, pois identifica a economia solidária como um

importante caminho para a sua exequibilidade e destaca a equidade e justiça das relações comerciais (*Fair Trade* – Comércio Justo) como componentes fundamentais do processo.

Verificar-se-á os traços singulares da região Amazônica, através de autores como Sachs, Mendes, Márcio Souza e João Meirelles Filho; a sustentabilidade social com Ignacy Sachs; uma introdução à Economia Solidária com Paul Singer; a estratégia do Mercado Justo com Pierre Johnson e a experiência da Agroindústria de Codajás para adequação ao mercado solidário.

JUSTIFICATIVA

O processo de liberalização comercial parece deixar um rastro mundial de desigualdades sociais acentuado pelas instabilidades financeiras, manobras de multinacionais e ajustes econômicos unilaterais os quais favorecem apenas grandes empresas. Protagonizado pela Organização Mundial do Comércio – OMC⁴ o que se percebe é a perenização das garantias de monopólios internacionais. Não fossem ainda os subsídios à exportação de produtos oriundos de países desenvolvidos, as barreiras nestes países à importação ameaçam as atividades de pequenos produtores.

Os efeitos da degradação ambiental acentuados sobre a região amazônica, decorrentes de um intenso extrativismo na atividade econômica, são produtos dos esforços em adequar os mecanismos de produção às exigências do mercado consumidor, instalados nos países industrializados da Europa e da América do Norte.

Este processo de liberalização instalou o descompromisso ecológico e ainda inibiu a diversificação agrícola dos países em desenvolvimento - PED's, os quais passaram a produzir o que a demanda externa determina, independente de seus costumes e culturas de produção.

⁴ A Rodada Uruguai de conversas comerciais dentro do Tratado Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), realizada entre 1986 e 1993 resultou na criação da Organização Mundial do Comércio – OMC estabelecida em 1995 (MADELEY, 2003. p.23).

Segundo Madeley, nos países em desenvolvimento, cerca de 14% das terras são usadas para produzir cereais e hortaliças para exportação (2003, p. 49).

O autor ainda esclarece:

A liberalização do comércio de produtos agrícolas [...] começará para valer no início dos anos 80, com o lançamento de programas de ajuste estrutural pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Fundo e o Banco insistiam em que os países em desenvolvimento teriam de “ajustar estruturalmente” suas economias se quisessem receber ajuda para desenvolver ou superar problemas de balanço de pagamentos. Os Programas de Ajuste estrutural foram na prática uma forma de colonialismo econômico. A liberalização do comércio é essencial a esses programas e por isso se tornou um aspecto básico das políticas econômicas da maioria dos países em desenvolvimento (p. 68).

Neste sentido, questiona-se: as comunidades rurais de países em desenvolvimento estão fadadas ao fracasso no que diz respeito a adquirirem soberania alimentar e autonomia comercial? Existirá uma alternativa ao comércio tradicional que promova desenvolvimento econômico e social de grupos marginalizados e que seja ainda ecologicamente responsável? Em existindo esta forma de comercializar, conseguirá atender às peculiaridades regionais adequando-se às necessidades e especificidades locais? Será este mercado ajustável às diversas realidades nacionais? Conseguirá superar obstáculos à sua estruturação em regiões marcadas pela heterogeneidade e airadas por interesses políticos supranacionais, como é o caso da Amazônia?

Singer (2004) em seu texto ‘É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?’ aponta uma “brecha” de mercado para questões como estas:

O desenvolvimento exige, portanto, que a comunidade encontre (com a assistência dos agentes de desenvolvimento) uma brecha de mercado, que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione ‘boa remuneração’. Esta brecha pode ser criada mediante 1. acentuada melhoria da qualidade de produtos tradicionais, 2. invenção de produtos novos ou seminovos, 3. detecção de demanda nova ou em forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir ou ainda 4. a aplicação de processos de

produtividade mais elevada em atividades antigas (para poder vender os seus produtos mais baratos) (2004, p. 3).

Em um trabalho intitulado 'Alternative Trade: Analysis and Efficacy as a Development Model', Sam Clark Carpenter (2000) aponta o mercado justo como sendo o caminho pelo qual se pode promover o terceiro mundo, apesar de contrapor outras visões que condenam o *Fair Trade* como estratégia cujos benefícios são setorizado e pontuais. Sua visão será inclusive destacada neste trabalho.

O fortalecimento do mercado justo como estratégia de desenvolvimento sustentável para o terceiro mundo se dará através da consolidação de iniciativas cujas propostas se estruturam em gestão democrática, participativa, nas quais os interesses possam convergir para um crescimento endógeno e ambientalmente responsável.

Isto implica, neste trabalho, em apontar especificamente os esforços da agroindústria Planeta Açaí de Codajás (Amazonas) como sendo esta iniciativa, acentuando as peculiaridades amazônicas e revelando dificuldades encontradas para consolidação deste projeto de desenvolvimento local. Reconhecendo que a agroindústria poderá tornar-se um exemplo a ser copiado, visto planejar a implementação de um mercado mais justo.

Neste contexto, a pesquisa surgiu da necessidade de salientar a importância de ações comerciais calcadas na formatação solidária e equitativa em sendo especialmente uma forma de inclusão social que proporciona trabalho decente, também do desejo de contribuir com o ideal sustentabilista e ainda como exercício de cidadania.

HIPÓTESE

Esta pesquisa questiona se a inserção da Agroindústria Planeta Açaí de Codajás no mercado justo, contribuirá com o desenvolvimento local sustentável e, caso contribua, sob quais aspectos.

OBJETIVOS

GERAL

Verificar se o comércio justo é (ou será) uma estratégia de contribuição ao desenvolvimento sustentável em Codajás, e analisar em que medida a Agroindústria do Açaí poderá colaborar com a introdução de padrões de relações comerciais mais sustentáveis, igualitárias e solidárias no Município.

ESPECÍFICOS

Contrapor a visão economicista que consiste em justificar a exploração da biodiversidade pela busca de correspondência da oferta e demanda em relação à visão ambientalista a qual se opõe a bioprospecção inapropriada e pilhagem colonialista de recursos naturais.

Levantar os fatores que contribuem para o nascimento, crescimento e desenvolvimento de uma economia/comércio fundados na solidariedade e justiça social, enfatizando os desafios confrontados ao realizarmos esta construção na Amazônia.

Compreender a importância da comercialização do Açaí para Codajás e os benefícios aferidos pela comunidade, envolvida no processo produtivo, aprofundando o debate sobre mercados calcados nos princípios de solidariedade, justiça e ética.

Acompanhar o processo de inserção do produto da Agroindústria - Planeta Açaí no mercado justo (se obedecida a previsão inicial), avaliando em que medida há proximidade ou distanciamento dos critérios identificadores do *fair trade*.

Prospectar empreendimentos potenciais para criação de parcerias *Fair Trade* do estado do Amazonas.

1 INSERÇÃO DA AMAZÔNIA NO MUNDO: TIPIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A necessidade em tipificar a Amazônia surge dos enfrentamentos ideológicos travados ao longo da história da região, da repercussão internacional dos embates sociais, políticos e ecológicos, que este espaço gera, e, especialmente das manifestações de poder ao longo dos séculos sob este lugar, que o recriam com uma fisionomia única e atemporal.

Na busca de coerência ao raciocínio, capitaneada pelas ondas históricas identificadas por Mendes e Sachs (1997) as quais inseriram a Amazônia no mundo, é que surge uma reflexão em torno das dicotomias que esta inserção provoca.

A despeito de todos os fatos históricos relevantes, monumentalizados por episódios que transcendem o entendimento imaginativo, é destacado do recorte (o período colonial, o ciclo da borracha e a constituição da Zona Franca de Manaus) aquilo que pode causar empates, ou que devem ser considerados para a construção de um projeto de desenvolvimento da Amazônia cuja centralidade seja o ser humano.

Entre estas ondas históricas estão também as invocações ideológicas, as provocações geopolíticas e a tentativa de transformar a Amazônia num espaço de alocação dos excedentes populacionais de outros lugares, todos estes episódios conduziram, não casualmente, a construção de uma Amazônia global.

1.1 Exploração das drogas do sertão (primeira onda)

A Amazônia é uma área da América do Sul coberta por florestas tropicais. Em 1953 a Constituição Federal introduz o conceito de Amazônia legal, incluindo, além dos seis estados da Região Norte (Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Acre e Tocantins), a faixa do estado de Mato Grosso, ao norte do paralelo 16° S, o atual estado de Tocantins, (anteriormente era a faixa ao norte do paralelo 13° S do estado de Goiás), e a região a oeste do meridiano 44° do Maranhão, representando no total 59,78% do território nacional (MEIRELLES, 2004).

Numa criteriosa descrição do espaço da região amazônica, a autora Bertha Becker (1998), esclarece que a Amazônia sul-americana, corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contendo 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas [...] a Amazônia sul-americana com 6.500.000 Km² envolve, além do Brasil, sete países fronteiriços (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa). Talvez, o caráter imprescindível destes dados esteja em atribuir maior significação às demonstrações de interesses, especialmente estrangeiros, e aos incomedidos conflitos que envolvem a Amazônia.

No intróito de uma de suas obras, Becher (1998) inclusive nomeia a região como: “Paraíso perdido, eldorado [...] inferno verde [...]” e complementa seu raciocínio sublinhando que “as imagens extremadas historicamente construídas sobre a Amazônia se reproduzem hoje com novas feições e intensidade” (p. 7).

Neste sentido, a compreensão da Amazônia está imbricada desde o início com as manifestações de poder político-econômico, com a expansão do sistema capitalista, e também com suas qualificações enquanto área estratégica. Aliás, Mendes e Sachs (1997) condicionam a

inserção da Amazônia ao mundo às fases ou ondas históricas que acabaram por imprimir na região especificidades, as quais são provas incontestáveis do puro exercício do modelo capitalista segregativo.

Decorrem destas manifestações de poder, construções históricas de vários autores, que reforçam o detalhamento da Amazônia pré-colonial, o que caracteriza a exploração de reconhecimento físico, para depois apontarem o exato momento de disrupção que a transformou em uma Amazônia fragmentada.

Márcio Souza (1994) narra que:

Os primeiros habitantes da Amazônia formaram uma continuidade de alta sofisticação. Abrangeram desde os paleoindígenas até os preceramistas arcaicos e os ceramistas arcaicos avançados, estabelecendo uma vasta e variada rede de sociedades de subsistência sustentada por economias especiais em pesca de larga escala e caça intensiva, além da agricultura de amplo espectro, cultivando plantas e também criando animais. A existência de artefatos fabricados por certos povos, encontrados em diversas áreas da região, é prova de que havia um intenso sistema de comércio, de viagens de longa distancia e de comunicação (p. 13).

Em um salto pela história, referenciando a antropóloga Anna Rosevelt, o autor João Meirelles Filho concorda que:

[...] na culminância da ocupação pré-histórica entre os séculos V e XV, a densidade da população nativa atingiu uma magnitude não reconhecida anteriormente [...] a maior parte da extensão das várzeas dos principais rios parece ter estado repleta de assentamentos humanos[...] estes eram sociedades complexas, de grande porte, com milhares de pessoas, com uma rede de vilas e cidades, que produziam artesanato e possuíam rituais que não existem na Amazônia de hoje” (ROSEVELT S, apud, MEIRELLE, 2004. p. 83 - 84).

Padre João Daniel (1776) descreve toda fertilidade da região, reproduzindo poética e superlativamente os viços das paisagens:

Porque não há em todo o dilatado districto do Amazonas diversidade de tempo, mudança de climas, ou distinção de ares, por serem homogêneas todas as estações do ano, sem os rigores do inverno, nem o desabrido do iotono, mas só primavera, e só verão. Por isso sempre há fructo, e searas [...]. Não usam no estado do Pará beneficiar a terra com arado, enxada, e mais instrumentos da agricultura; nem se cansam com lhe fazer os benefícios, que costumam em todo o mundo, com necessários requisitos para a

boa produção das searas: porque sem estes trabalhos produzem as terras do Amazonas as suas seara por si só, com só lançar o grão à terra (p. 302 e 310).

Numa reflexão edênica o autor, chega até mesmo afirmar “que pela tradição de alguns naturais, que herdaram dos seus antepassados, e avós tortos, de que **Adão habitara no Rio Topajós**” (grifo nosso) (DANIEL, 1976, p. 301).

Tamanha riqueza paisagística reconstituída por cronistas e viajantes marca também os enredos de Neide Gondim, quando transcreve a narrativa de Alonso de Rojas: “Do Rio Amazonas afirmam os que o descobriram que seus campos parecem paraísos e suas ilhas jardins [...]” (ROJAS, apud, GODIN, 1994. p.88).

Estas paisagens descritas se inclinam, entre os séculos XVI e XVII, ao encontro ruptural com as civilizações européias.

A política colonial, o mercantilismo e o absolutismo monárquico do século XV impulsionam as grandes potências européias da época a expansão e descoberta de mercados, que alimentem a economia capitalista, em seu processo originário. Nestes termos, a conquista e colonização do novo mundo representam a dominação das populações originárias com finalidades políticas, e não casualmente, instiga as disputas mercantis entre outros países europeus, o que acaba por resultar numa corrida colonial (CORRÊA, 96).

João Meirelles Filho (2004, p. 56) esclarece em que circunstância o europeu toma posse da região:

o colono português, totalmente ignorante da ecologia dos trópicos, realizará o cultivo da monocultura, tal qual o praticava há centenas de anos na Europa. Ademais, este não possui capital para trazer o escravo da África[...]. A solução é buscar a mão-de-obra do nativo[...]. Portugal imagina repetir com as drogas do sertão o sucesso das especiarias do caminho das Índias, perdido para outras potências européias. Nesta categoria estão dezenas de produtos vegetais e animais, tais como condimentos, tinturas, fibras, ervas medicinais, castanhas, peles de felinos, jacarés e lontras, animais vivos como papagaios e araras, ovos de tartaruga, gordura do peixe-boi etc.

A empresa colonial instalada na Amazônia viria atender a interesses mercantilistas e instituir nela um crônico processo de transculturação financiado pelo capital português. A apropriação do espaço e da população pelo europeu constituía parte de uma estratégia de incorporação de mercados para expansão do capitalismo mercantil do velho continente.

Sendo assim, a Amazônia se insere no mundo, por intermédio da pilhagem aos seus recursos e não, por uma coleta sustentável, pilhagem esta que, com algumas variações se reproduz até os dias de hoje como reflexo de uma primitiva e desigual globalização.

1.2 Matérias-primas: borracha (segunda onda)

A partir de 1890 a Amazônia Brasileira atravessa o ciclo da borracha, que provoca à região profundas mudanças, especialmente com o descobrimento do processo de vulcanização por Charles Goodyear, otimizando a utilização do produto.

Meirelles (2004), em sua obra ‘O livro de ouro da Amazônia,’ enfatiza que o ciclo da borracha promoveu o aumento populacional da Amazônia, por ter atraído muitos nordestinos refugiados da seca e estrangeiros que ambicionavam ocupar posições mais qualificadas no comércio e nos serviços. Cidades como Belém e Manaus recebem, durante este surto de desenvolvimento, calçamento, paisagismos, luz elétrica e bondes.

A opção pelo extrativismo trouxe vários aspectos negativos para a região, piorando o abastecimento pela decadência da agricultura de subsistência. Mas a Amazônia entraria num período tão próspero com o extrativismo da borracha que os inconvenientes pareciam irrelevantes como atesta Souza (1994):

Cada salto na cotação da bolsa de Londres que a borracha sofria era uma erupção na placidez provinciana. Passa a passo, o enriquecimento conjurava o marasmo e representava uma conquista do refinamento civilizado [...]. A miragem da riqueza fácil e

abundante tomava força, preparava-se para reger uma era inteira, como uma espécie de suporte ideológico do mercado. Os coronéis da borracha, enriquecidos na aventura, resolveram romper a órbita cerrada dos costumes coloniais, a atmosfera de isolamento e tentaram transplantar os ingredientes políticos e culturais da velha Europa [...]. Fazendeiros, os coronéis, sobretudo os coronéis de Manaus, experimentaram a tentação do internacionalismo e da irresponsabilidade burguesa da belle-époque (p. 134 - 138).

Também Meirelles caracteriza o sistema de extração da borracha nos seguintes termos:

Para explorar a borracha o empresário baseia-se no sistema de aviação. O proprietário da área onde há seringueiras, o aviador ou seringalista, formam um sistema comercial onde ele é o único autorizado a comprar borracha do seringueiro (o trabalhador rural que coleta a borracha). Ele também é o único a lhe vender mercadorias (facão, instrumentos para coletar a borracha, pólvora, sal, açúcar, mantimentos e material para iluminação). Para começar a trabalhar, o seringueiro é obrigado a contrair uma dívida com o seringalista no seu barracão (armazém do seringalista que vende mercadorias a prazo). Em alguns casos, onde o seringueiro é um homem de menos posses, existe um intermediário, o regatão. Regatão é o nome do barco, e também de seu proprietário, responsável pelo transporte da borracha aos grandes centros e das mercadorias ao seringal. O seringalista, por sua vez, endivida-se com grandes casas comerciais dos centros urbanos, Manaus, Belém, Iquitos (peru), das quais compra os bens de primeira necessidade e para as quais vende a sua borracha. Nesta cadeia, a casa comercial endivida-se com importador, que traz as mercadorias a estas cidades e de lá leva a borracha. O elo mais fraco, naturalmente, é o seringueiro, isolado e solitário na mata, com poucas condições de mudar o rumo de sua história (2004. p. 122).

Neste ponto, destacamos a figura dos regateiros e outros intermediários, senão por seu surgimento, mas por sua relevância à época a qual se estende até os nossos dias. Em artigo de Fraxe¹ (2004), há a caracterização dos agentes da comercialização destacando que da esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal, ocorre uma apropriação dos excedentes, por um conjunto destes agentes, a saber: o marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão. Fraxe salienta que é a relação entre os agentes e ribeirinhos que está tipificada a subordinação destes à lógica do capital comercial.

Prossegue a autora em sua caracterização explicitando que :

o marreteiro é dono da pequena embarcação que abastece as famílias ribeirinhas de mercadorias, ele desloca-se até os locais de produção para vender suas quinquilharias e comprar os produtos agrícolas e de extração vegetal; o marreteiro feirante compra o produto do ribeirinho para vendê-lo no espaço urbano; o regatão compra produtos em grandes quantidades para revendê-los a outros intermediários (a autora acredita que esta categoria caminha para o inevitável declínio, por não conseguirem garantir

¹ A autora é professora doutora da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

abastecimento a preços baixos) e a última tipificação é o patrão, que se apropria dos excedentes gerados, utilizam-se do expediente de adiantamentos com intuito de estabelecer laços de dependência, são financiadores dos caboclos e utilizam a prática de aviamto (p. 5).

Ainda em Fraxe é destacado o papel dos intermediários, enquanto informantes dos produtores sobre o mercado consumidor, salientando, também, a relação de dependência dos ribeirinhos aos agentes de comercialização pelas dificuldades de acesso aos centros comerciais, denunciando o favorecimento da atuação destes agentes pela produtividade do trabalho familiar alienado (FRAXE, 2004).

Com efeito, esta alienação potencializada pela necessidade de sobrevivência se dá pela relação de subserviência inevitável dos ribeirinhos aos atravessadores, isolados da cidade enclausurados nos interiores amazônicos. Esta dependência acaba por superfaturar o valor dos produtos, fragilizando a competitividade destes produtos no mercado, sem garantia de retorno para o pequeno produtor. Esta realidade é predominante na atualidade, portanto repetindo-se desde a época dos seringais.

Já em 1910 o sudoeste asiático interrompe a produção brasileira, oferecendo a borracha em larga escala, os números antes aviltantes que acompanharam o ciclo representam deste então um percentual ínfimo para economia nacional (MEIRELLES, 2004).

Entre 1939 e 1945 (segunda guerra mundial) os japoneses invadiram a Malásia, cuja produção de borracha estava mais intensificada no Sudoeste Asiático. Por este motivo, os EUA e os países aliados retomam a produção na Amazônia. Finda a guerra, a Amazônia volta ao ostracismo (Id., *ibid.*).

Meirelles chega mesmo a afirmar que “do fim da Segunda Guerra ao golpe militar de 1964, ou seja, por um período de 20 anos, o Brasil dedicou muito pouca atenção para a

Amazônia. A Amazônia não participa sequer da primeira industrialização brasileira. A região esteve à margem da febre desenvolvimentista dos anos 1950”. (2004, p. 131).

De fato, sob o argumento de promover a segurança nacional, os militares em 64 incentivam o povoamento desordenado da Amazônia. Não sem razão Meirelles afirma que “ ao procurar tomar posse da Amazônia, escancararam-na” (2004, p. 134).

A Amazônia de região despercebida torna-se celeiro de disputas de amplitude internacional. Aumentam os processos de desmatamentos, agravam-se as grilagens e as invasões.

Meirelles denuncia que “a invasão de terras é tão endêmica como a malária na Amazônia. As áreas urbanas não escapam a este método de expansão. Belém e Manaus expandem-se em função das invasões”. (2004, p. 140).

Logo, a cada onda que segue, a Amazônia torna-se ainda mais evidente para o capital estrangeiro numa desnacionalização progressiva e lenta, não obstante, acontecer sob bases de pura dilapidação.

1.3 Constituição da Zona Franca de Manaus

Embora Mendes e Sachs não tenham feito nenhuma referência à Zona Franca de Manaus qualificando-a como uma onda histórica, é inegável sua importância neste contexto que compreende os fatores de inserção da Amazônia no mundo.

Assim, em Amazônia: globalização e sustentabilidade, Salazar, (2004), recorda que o primeiro programa de incentivos fiscais na região Amazônica acontece entre 1750 e 1777 durante a administração do marquês de Pombal. Porém, só em 1957 uma Política de Incentivos Fiscais

mais efetiva para a Amazônia Ocidental foi iniciada com a Zona Franca, instituída pela lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957 adquirindo bases mais sólidas a partir do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Este Decreto, no capítulo I, primeiro artigo define a Zona Franca de Manaus como sendo:

uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos (1967 p.1).

Entre os incentivos elencados pelo decreto estão o Imposto sobre produtos Industrializados – IPI e Imposto sobre Exportação – IE no quais há isenção; Imposto sobre importação – II, havendo redução de acordo com índice de nacionalização; benefícios fiscais ofertados pelo governo do estado do Amazonas e Prefeitura Municipal de Manaus, através do crédito e restituição do Imposto de Circulação de Mercadoria – ICM e da isenção do Imposto sobre serviços – ISS e isenção do imposto de Renda por um período de 10 anos (SALAZAR, 2004).

O Pólo Industrial de Manaus - PIM, muito contribui com o desenvolvimento da região, registrando um faturamento no patamar de US\$ 10.4 bilhões, ou seja, maior do que o Produto interno Bruto – PIB de muitas nações. Alude ainda o autor que o pólo industrial atravessou três etapas: a primeira delas de 1967 a 1976, caracterizada pelo incentivo às importações e substituição dos índices de nacionalização por um programa de processo produtivo básico; a segunda fase de 1976 a 1990, quando é instituído os índices mínimos de nacionalização, os limites máximos de importação com a internação proibida no restante do país e crescimento do setor industrial, e a terceira fase que se inicia em 1991 com a abertura do mercado brasileiro às importações, eliminação de quotas de importação e investimento para melhoria na qualidade do

produto por força da concorrência nacional em decorrência da invasão de produtos estrangeiros (Id., *ibid.*).

A abertura do comércio aos produtos estrangeiros ocasionou uma crise que atingiu todo os setores da economia amazonense. De acordo com Salazar, dos 80.000 postos de trabalhos apenas 38.000 foram conservados. Isto redundou numa formação de um exército de desempregados alijados para a periferia da cidade, potencializando a formação de favelas e a violência urbana (Id., *ibid.*).

Embora tenha sido neste período que as empresas mais competitivas capazes de redobrar seus investimentos para o fortalecimento da infra-estrutura e melhoria de sua logística de atendimento e competência, preocuparam-se em se manter ativas no mercado.

É fato que o Pólo industrial de Manaus tenha contribuído com o crescimento econômico da região, inclusive através do repasse de verbas para os municípios do estado, e com o crescimento da renda regional, porém é sabido que alguns problemas marcam a gerência dos recursos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fazendo crer que seja necessária uma maior regionalização dos insumos e retenção de renda gerada na região, pois o Amazonas ainda registra uma participação ínfima na economia brasileira, apesar de todo potencial industrial e de ser o estado da região norte que mais transfere recursos para os cofres federais (SALAZAR, 2004).

Saráfico (2005) elabora uma reflexão sobre a Zona Franca como emblema do capitalismo associado. Afirma que na década de 60, os militares adotaram um plano de integralização do país à economia internacional, à época o centro-sul era a região alvo dos investimentos, os quais eram dirigidos exclusivamente para industrialização por meio da substituição das importações. Os seringais da Amazônia não estavam entre preocupações no momento.

Embora a borracha não fosse o foco da política nacional, o projeto da Zona Franca correspondia aos anseios de regionalização do desenvolvimento capitalista, e seria um espaço para relações globais e privilégios do capital estrangeiro.

A economia local estava em estagnação. A borracha sintética ameaçava a natural criando um estoque de seringueiros desempregados, fornecendo ao mercado disponibilidade de força de trabalho barateada. Neste sentido, a Zona Franca era parte de uma estratégia de integração internacional, que seguiria o percurso do capitalismo nacional, dele ao capitalismo associado com as grandes empresas, e deste ao capitalismo transnacional, quando as decisões não mais seriam tomadas localmente (SARÁFICO, 2005).

O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias. Isso permite observar a Zona Franca de Manaus como um duplo movimento do Estado militarista no sentido, de um lado, da implantação de uma área de "livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais" a partir da qual ele reafirma o compromisso do Brasil com o "sistema de mercado", assegurando sua permanência como "área de influência" dos EUA no contexto da Guerra Fria; de outro lado, no sentido da criação das condições jurídico-políticas e de infra-estrutura local necessárias à atração de investimentos estrangeiros, num momento em que avança a descentralização industrial (Id., *ibid.*, p. 10)

Esta expectativa de instrumentalização da Zona Franca aos mandos do capital estrangeiro causaram ao autor ainda maior incomodação, ao perceber que a produção em massa, política que seria adota pela Zona Franca, provocaria uma secundarismo da biodiversidade da região, colocando-a como simples província do capitalismo global.

Note-se que o "industrialismo", uma das vias da Operação Amazônia, aparece como uma ameaça à despersonalização regional decorrente da padronização da produção e do consumo que suscita. Tocantins parece chamar a atenção para os perigos representados pelo "industrialismo" como meio de converter singularidades em "massa". A questão central para ele é saber como integrar a Amazônia ao Brasil sem entregar seu "complexo cultural" ao "absolutismo unitário" do "industrialismo capitalista" (p.15)

Sobre este assunto, expõe Corrêa (2003) que o modelo de Zonas Francas não foi aleatório, ao contrário, originava-se da ordem internacional imperialista a qual impunha mecanismos reguladores entre nações, desfavorecendo as economias mais frágeis. Entretanto a autora concorda, que o desmonte do modelo Zona Franca representaria também a desestruturação do Estado, o sucateamento dos investimentos públicos, a decadência dos serviços públicos além de aumento de falências das empresas (2003).

1.4 Amazônia: espaço vital, as invocações ideológicas e provocações geopolíticas (outras ondas)

Outra onda acusava a Amazônia como espaço vital para desafogar os excedentes populacionais de outras regiões (foi assim no período da borracha e da seca nordestina da década de 70 como foi dito no tópico 2.2).

Mas, uma onda de invocações ideológicas atropela as demais. Crenças que invocam a região Amazônica como sendo a reserva mundial de energia, responsável pela sobrevivência humana (por ser inclusive “pulmão do mundo” ou pela biodiversidade desconhecida), abrigo da floresta que sustenta a vida, ou como alicerce da Gaia, são argumentações aclamadas (Id., *ibid.*).

Nesta seqüência, as provocações geopolíticas tornam-se as próximas ondas, as quais se sustentam na tese de pura incapacidade dos povos amazônicos preservarem a região, justificando então a necessidade de intervenção externa (Id., *ibid.*).

Essas ondas, ou fases amazônicas, ora justificada por predestinações naturais ora por uma incapacidade de autogerência, traz ao julgamento o modelo de civilização prevalecente no mundo.

A Amazônia assume um papel instrumental, inserida num cenário de interações planetárias que acabam por fragilizar a própria ambiência cultural do indivíduo, gerando nele uma insatisfação com o ambiente. A incomodação com o ambiente provoca no sujeito um desvio de percepção, o foco deixa de ser o seu lugar para encontrar motivações numa excelência humana. E é nesta perspectiva horizontalizada que a Amazônia perde seu significado local para cumprir seu papel no mundo, o que a coloca em segundo plano, para os olhares menos atentos.

Desta perspectiva surgem diversas dicotomias, a primeira delas é oriunda da corrente ecologista, a qual elege a Gaia como única que é imperioso preservar, reduzindo o ser humano a mero ser natural, disto vale dizer que ao se optar pela preservação da natureza natural desconsidera-se a obra cultural se esta implicar no (ab)uso do capital natural (1997).

Se, entretanto, tentarmos assegurar ao homem o espaço que lhe é devido no universo com os cuidados que lhe são pertinentes, se introduz a dimensão do desenvolvimento num sentido de potencializar as capacidades humanas, este caminho então esbarra com a necessidade de conhecer em que medida se dará o envolvimento do ser humano com a natureza frente às exigências do seu desenvolvimento.

Outra preocupação consiste na necessidade de entender a dimensão do desenvolvimento, ou melhor, o perfil que ele assume diante de um embate dualístico: desenvolvimento atlético ou

ascético², sem cair na armadilha de reservar aos ricos o atletismo, nem aos pobres unicamente, o ascetismo.

Este modelo dualístico foi produto da crença de que o desenvolvimento material pode ser um progresso sem fim, ao invés da proposição de se estabelecer fins ao desenvolvimento, por esta última opção buscaríamos respostas as seguintes questões: Que desenvolvimento? Desenvolvimento para quê? Em favor de quem? (1997).

Um último dilema consiste em distinguir desenvolvimento sustentável de sociedade sustentável, visto que, a sustentabilidade ecológica é requisito para a sustentabilidade econômica que depende do avanço tecnológico e organizacional, sendo que uma sociedade sustentável depende da sustentabilidade econômica. Em outras palavras, como aliar progresso técnico e preservação ecológica?

Mendes e Sachs introduzem este diálogo como convite a uma revisão dos padrões sob os quais são erigidos os projetos de desenvolvimento social (no sentido mais amplo), sugerindo que esses projetos visem qualidade de vida para os amazônidas, que desprezem economias predatórias, que privilegiem o ser humano, que utilizem a produtividade primária dos ecossistemas amazônicos, sob uma ótica de oferta, baseada no uso prudente de recursos renováveis, e que por este caminho, certamente, poderá se estender os recursos amazônicos por todo o sempre apesar da fragilidade ecológica da região (1997).

² “Desenvolvimento atlético, aquele que se expressa em recordes crescentes do PIB e outros indicadores econômicos e sociais. Desenvolvimento ascético, traria consigo a renúncia, ou pelo menos adiamento, a certos favores decorrentes do progresso científico e tecnológico” (MENDES e SACHS, 1997, p. 141).

1.5 A inserção da Amazônia no mundo e a relação com o extrativismo

Segundo Lescure (2000), o extrativismo evoca meios florestais tropicais e recursos biológicos, designa a exploração comercial dos recursos biológicos, conhecido pelo nome de produtos florestais não lenhosos (PFNL).

O autor expõe que até recentemente acreditava-se que para desenvolver a Amazônia deveria substituir o extrativismo por ações de desenvolvimento baseadas na agricultura e na pecuária, pois se entendia que o extrativismo referia-se à pilhagem de recursos e destruição do ecossistema. Porém, a partir dos anos 80, um novo paradigma rompe o discurso outrora conservacionista para reclamar uma melhor inserção mercantil dos PFNL.

“É por meio de sua valorização econômica que defenderemos a floresta, e, é pelo comércio que melhoraremos o nível de vida das populações pobres. Em resumo, a lógica do comércio é capaz de salvar a floresta tropical, e os comerciantes [...]” (LESCURE, 2000).

Neste sentido, o autor questiona se as atividades extrativistas podem de fato tirar os povos da floresta de sua pobreza e contribuir de maneira eficaz para a defesa do meio ambiente. Na tentativa de subsidiar as possíveis repostas, entende que os PFNL estão longe de servir unicamente para subsistência, reconhece que eles são fonte de renda, participam da exportação, abastecem mercados locais, porém observa que há ampla utilização local da biodiversidade, mas pouca comercialização. Assim, embora seja indubitável a importância econômica social do extrativismo, há de ser potencializada com políticas de valorização (LESCURE, 2000).

Outro questionamento que o autor levanta é sobre qual é o valor dos PFNL. O que se sabe concretamente, pelas pesquisas realizadas, é que o valor dos produtos florestais não lenhosos e

dos ecossistemas que os produzem, passa pela avaliação da estabilidade dos seus mercados e pelo estudo prospectivo de novos mercados, mas a perenidade dos mercados verdes não está comprovada, assim, a substituição de produtos florestais por produtos obtidos a partir de plantações é uma alternativa viável.

Outra dúvida levantada por Lescure é se o extrativismo garante a conservação da floresta. Para isso, afirma enfaticamente que os impactos reduzidos que causam, observados atualmente na Amazônia Central não poderiam, por si, só, demonstrar inocuidade dessas atividades.

O perigo de uma superexploração dos recursos só pode ser evitado por meio do conhecimento dos ritmos de reposição e por regras de manejo cuja aplicação, em caso de crescimento de demanda, poderia limitar a exploração a dimensões compatíveis com esses ritmos. Não há resposta global, mas exigências de análises aprofundadas para cada produto e cada prática, levando em conta o tempo necessário à regeneração do recurso. As atividades extrativas não podem ser praticadas sem que seja colocada a questão dos limites de exploração. Nesse sentido constatam-se os poucos estudos disponíveis atualmente sobre o assunto, entretanto fundamental para a avaliação da sustentabilidade das atividades extrativas (LESCURE, 2000 p. 198).

O autor expõe como fatores limitantes à atividade extrativa o acesso aos recursos da terra, mercados e cadeias de comercialização, a ausência de subsídios e de espaço nas políticas de desenvolvimento. E ainda aduz:

Muitas atividades extrativas podem ser realizadas em períodos que exigem pouca força de trabalho para os trabalhos agrícolas. Há, então, uma complementaridade de atividades que possibilita sua inserção nos sistemas de produção. Várias atividades extrativas baseiam-se na exploração de recurso facilmente disponíveis nas proximidades, constituindo assim uma alternativa em caso de insuficiência da produção agrícola. Muitas atividades extrativistas podem também ser substituídas no local por atividades de transformação artesanal dos produtos, o que lhes confere um valor agregado. Numa mesma região, essas atividades respondem, muitas vezes, às necessidades de diferentes mercados, internacionais para as mais conhecidas, mas também regionais e locais. Essa possibilidade de colocar os produtos em diferentes tipos de mercado é um elemento de flexibilidade a mais no extrativismo. As atividades extrativistas baseiam-se em recursos de ecossistemas primários, ou considerados como tais, mas também dizem respeito a espécies presentes em ecossistemas fortemente antropizados (LESCURE, 2000 p. 202).

Assim, o autor conclui que levando em consideração o extrativismo, como sistema de produção, deverá se levar em consideração uma adaptação progressiva para sistemas agroflorestais que valorizariam os produtos oriundos da floresta.

Em outra ocasião, Castro (2000) elabora um comparativo entre o extrativismo e a agro-silvicultura para o açaí, porém o introduz abordando como acontece a coleta da mata:

Euterpe precatória frutifica na várzea da Amazônia central de janeiro a setembro. Os frutos devem atingir o mercado de Manaus até 72 horas após a coleta, o que condiciona a organização da rede de distribuição e limita as zonas de extração a uma área situada num raio de 350 quilômetros em torno de Manaus, ou seja, de Coari a Codajás a montante e Itacoatiara a jusante. O açaí começa a chegar em Manaus, procedente de Coari e Codajás, já em meados de dezembro, porém em pequena quantidade. A produção desses dois municípios vai crescendo e alcança o pico máximo de março ao final de maio, para terminar em meados de junho. Em abril já começa a chegar o açaí procedente do baixo Solimões, da região de Manacapuru e, sobretudo do município de Manaquiri. Este município tem seu pico de produção de meados de maio a final de julho, terminando em meados de agosto. Finalmente, as regiões situadas na várzea a jusante de Manaus, principalmente o município de Itacoatiara, têm sua produção concentrada nos meses de julho e agosto, podendo ir até meados de setembro. Essa defasagem na frutificação da espécie parece acompanhar o pico das cheias nas diferentes regiões. Ela assegura a continuidade da venda de vinho-de-açaí aos comerciantes de Manaus durante boa parte do ano. O consumidor amazonense prefere o produto fresco, e a conservação do vinho por congelamento ainda é pouco expressiva, sendo efetuada, sobretudo pelas sorveterias. Na outra ponta da cadeia do extrativismo do açaí, porém, o coletor dispõe de uma estação de produção frutífera curta, mas compensadora, pois esse é um produto que garante entrada rápida de dinheiro.

Na floresta os coletores trabalham em família, em grupos de três ou quatro. Trabalham apenas em tempo seco, pois os troncos são muito escorregadios quando chove. Os coletadores sobem rapidamente ao longo de estipes de 16 a 18 metros de altura com a ajuda de uma peconha, anel torcido em oito, feito com um tecido ou com fibras da mata, a qual, passada em volta dos pés, permite um melhor apoio sobre o tronco. Eles levam o terçado entre os dentes ou enfiado no sinto. O açaí produz em geral três a quatro cachos, mas raramente há mais de dois cachos maduros ao mesmo tempo. O trepador verifica a sua maturidades, Às vezes é impossível de avaliar do solo: os grãos maduros devem se apresentar inteiramente na cor atro-púrpura..(p. 132-133)

A diante, Castro faz um balanço em termos de tempo investido e de renda e mostra que a produção agroflorestal de açaí valoriza melhor a terra do que sua exploração extrativa. Porém, destaca que os dois sistemas de exploração são equivalentes em termos de renda monetária para o

produto, assim, são outros os fatores que influenciam a tomada de decisão por um ou outro sistema, por exemplo, o produtor não optará por um tipo agroflorestal orientado para o mercado se não possuir a garantia de permanecer em suas terras.

2 SUSTENTABILIDADE SOCIAL: O PLENO EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL

Na elaboração de políticas públicas e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, o levantamento histórico talvez remeta a uma conclusão de cronicidade do fenômeno do desemprego no Brasil.

Porém, Sachs (2004), elabora uma abordagem sobre desenvolvimento colocando-o como um reparador de desigualdades passadas. Em busca de elementos argumentativos, recorre às construções de Amartya Sen, quando relembra a interligação póstuma entre economia e ética fazendo-nos crer que o genuíno desenvolvimento recupera esta interligação, e ainda, quando pontua que o desenvolvimento já fora entendido como apropriação efetiva de gerações de direitos humanos, remetendo-nos ao seguinte pensamento “Igualdade, equidade e solidariedade estão por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento” (p. 14).

Considerando o conteúdo epistemológico do desenvolvimento, Sachs (2004) descarta semelhanças com o crescimento econômico, inclusive, esclarece que o desenvolvimento ao contrário do mero crescimento econômico vai além da multiplicação da riqueza material.

Apoiando-se num conceito multidimensional o autor acrescenta que os cinco pilares do desenvolvimento sustentável¹ são:

- a. social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares

¹ Neste ponto se faz necessário uma retomada histórica sobre a adjetivação sustentável acrescida ao termo desenvolvimento. A reflexão sobre o desenvolvimento começou nos anos 40, na ocasião discutia-se a preparação de anteprojetos para a reconstrução da periferia devastada da Europa no pós-guerra. Postulava-se a importância do estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir as heterogeneidades estruturais.

Já na década de 70 a atenção com a problemática ambiental conduziu à reconceitualização/ampliação do desenvolvimento em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004).

problemáticos do nosso planeta;

- b. ambiental, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c. territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d. econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e. político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; liberdade faz toda diferença (SACHS, 2004, p.15).

Primordialmente, o autor condiciona ciclicamente desenvolvimento e abrandamento das desigualdades estruturais, ou seja, só há desenvolvimento quando há minimização da fresta social, e só há homogeneização social com desenvolvimento. “Os objetivos do desenvolvimento são sempre em última instância éticos e sociais[...]” (SACHS, 2003, p.66).

Logo,

A responsabilidade social leva a assumir claramente a opção pelos fracos, os sem poder e sem voz, na sua maioria também pobres. O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles possam acender à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis e cívicos, mas também econômicos, sociais e culturais – entre estes o direito ao trabalho digno -, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e a infância. (Id., *ibid.*, p. 67-68).

Sachs nos leva a compreender o exato alcance do critério social e o motivo pelo qual o elegerá como o suporte essencial para o desenvolvimento, sendo o pleno emprego o elemento estratégico que garantirá a sustentabilidade e diminuirá aquela disrupção. “A sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental” (Id., 2002, p.71).

Sendo assim, a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas não a torna condição para as demais sustentabilidades “uma vez que, o transtorno econômico traz consigo o transtorno social, que por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental” (Id., *ibid.*, p.71).

A tese de Ignacy Sachs, maior defensor de um desenvolvimento sustentado pelo pleno emprego, é então dirigida às vítimas do darwinismo social, ou seja, desempregados e trabalhadores que vivem em condições desvantajosas no mercado, conceitos que transcenderão à dicotomia formal/informal, e que, portanto, nos conduzirão à necessidade do entendimento da complexidade da economia real, a qual envolve quatro modos de produção:

- a. economia doméstica: situa-se claramente fora do mercado. Os trabalhadores desenvolvem a produção para consumo próprio;
- b. produção pré e protocapitalista: quase todas as atividades não estão organizadas em forma de empresa, e a fronteira entre economia doméstica e economia voltada para o mercado é fluida. Distinguem-se duas vertentes: economia popular – que produz bens e serviços destinados às camadas da população de baixa renda e os serviços e bens para o setor da economia capitalista. É a economia denominada informal;
- c. economia capitalista de mercado: orientada para o lucro. Onde estão as grandes e médias, micros e pequenas empresas formais, além das estatais;
- d. economia social: orientada para o mercado, mas não para o lucro individual, conhecida como economia solidária no Brasil (SACHS, 2003, p. 74-5).

A agricultura familiar participa de todos os quatro modos de produção e os serviços públicos formam uma categoria à parte.

Em outras palavras, a hipótese de Sachs é direcionada a um público pulverizado nos diversos modos de produção e neste sentido aponta, dentro de perspectivas e possibilidades empíricas, maneiras pelas quais poderá consolidar o pleno emprego.

Nesse contexto, destaca a importância da agricultura familiar não unicamente em termos de produção, mas de alocação de mão-de-obra, e por esta ótica, centraliza o papel da reforma agrária e da diversificação dos cultivos: “A consolidação da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural exigem o acesso simultâneo à terra, aos conhecimentos, à tecnologia apropriada, à infra-estrutura (estradas, água para irrigação e energia, ao crédito e ao mercado)” (SACHS, 2003, p. 102).

Por outro lado, Sachs (2003) problematiza a situação das micros e pequenas empresas², afirmando que em função da incapacidade de competir com as maiores, acabam por sujeitar-se às condições espúrias de trabalho, daí identificar, formas de consolidação e expansão dos empreendimentos de pequeno porte que os tornem competitivos.

Na obra ‘Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado’ (2004), Sachs preocupa-se, também, com a situação dos informais, dizendo ser necessário resgatá-los desta informalidade e transformá-los em microempresários.

Neste sentido, Cacciamali (2002) coloca a importância da elaboração de estratégias que considerem a estabilidade dos trabalhadores, visto que:

A utilização de empregos flexíveis – possui pelo menos dois atributos para as empresas no cenário contemporâneo: diminui os custos – diretos e indiretos – do trabalho e permite com maior velocidade o ajustamento do emprego em um ambiente caracterizado por empregos mais competitivos e com maior flutuação de demanda. [...] O ajustamento do emprego pode ser efetuado em duas dimensões: numérica (horas e número de empregados) e qualitativa (intensidade do trabalho, mudança de atividades e funções, e exigência de habilidades e qualificações) (CACCIAMALI, 2002, p.).

² São empresas que não possuem economia de escala, a formação de pessoal é deficiente, existe dificuldade de acesso ao mercado, a mídia, a tecnologia, a classe política. (SACHS, 2003, p. 113)

Entretanto, uma variação deste posicionamento encontra-se em Gustavo Franco. Para ele, a informalidade deve ser percebida como uma forma necessária de trabalho:

As empresas sabem que existem uma quantidade ponderável de encargos que incidem sobre a folha de pagamentos de tal sorte que, grosso modo, para cada trabalhador empregado com carteira assinada, o empregador paga um salário para o trabalhador e outro paga em encargos. Para o empregador, portanto, tudo se passa como se houvesse um “imposto sobre emprego”, cujos efeitos, evidentemente, são os que se espera de qualquer imposto: menos “consumo” da coisa taxada, portanto menos emprego e mais “informalidade”, ou seja, sonegação. É claro que se o Estado buscasse impedir, ou “formalizar”, as relações informais acabaria eliminado empregos, e por isso nada faz. Afinal de contas mais da metade da população empregada está nesta situação (FRANCO, 2001, p. 21).

Segundo o entendimento de Antunes (2004), as mutações no mundo do trabalho, inclusive a proliferação de empregos informais, acontece, entre outros motivos, pela horizontalização do capital produtivo, nestes termos coloca:

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (p. 54).

Dando prosseguimento ao seu raciocínio, Antunes explica que não obstante a tendência de retração de empregos estáveis, existe a formação de um novo proletariado fabril presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado e como pertencentes a este novo modelo, cita os terceirizados (Id., *ibid.*).

Sachs (2004), entretanto, elege a terceirização como fonte de mão-de-obra intensiva, sugerindo inclusive, a potencialização das sinergias entre grandes, micros e pequenas empresas, embora ressaltando que a terceirização não necessariamente equivalha à criação de empregos, pois em muitos casos ela resulta da substituição de empregos estáveis por outros mal remunerados, além de estimular, em alguns casos, a contratação de falsas cooperativas sonegadas de suas obrigações tributárias.

Outro aspecto relevante nas construções de Antunes é a despeito do terceiro setor, visto que ele o percebe como insustentável e meramente funcional ao sistema capitalista:

O terceiro setor acaba, em decorrência de sua próxima gênese e configuração, exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonadas pela desmontagem do Welfare State. Se esse segmento tem a positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-nos, entretanto, um equívoco entendê-lo como uma real alternativa duradoura capaz de substituir a sociedade capitalista e de mercado. Essa alternativa tem o papel, em última instância, de funcionalidade ao sistema (ANTUNES, 2004, p. 58).

Ao invés disto, Sachs (2004) aponta como etapa para prospecção do potencial de empregos a “organização de pequenos produtores em cooperativas e a promoção de pequenas agroindústrias” (p. 128), inclusive acreditando que a agregação de valor aos produtos colocará os pequenos produtores em vantagem comercial, não bastasse ainda enfatizar como política necessária à “promoção de todas as formas de empreendedorismo coletivo” considerando-o “o mais importante instrumento de fortalecimento de pequenos empreendedores no enfretoamento do mercado como compradores, vendedores e fornecedores de bens e serviços [...]” (p.147).

2.1 O desenvolvimento includente e triplamente vitorioso

Ainda amparados nos argumentos de Sachs (2004), o fenômeno de apartação social resultante da fraca participação dos pequenos na vida política e especialmente da alta segmentação dos mercados, coloca o desemprego como problemática principal visto ser um elemento impeditivo do desenvolvimento. Porém, reconhece a dificuldade em aliar progresso econômico que resulta na maior produtividade do trabalho, portanto, conseqüente dispensa de mão-de-obra e trabalho decente para todos. Considerando que a diversificação e complexificação das estruturas produtivas são necessárias.

Neste sentido, Sachs observa:

- a. primeiro, a redução do conteúdo do trabalho por unidade de um dado produto pode ser compensada pelo incremento na demanda total por este produto, estimulada pela redução do preço e pelo crescimento geral do PIB, ocasionada pelo progresso técnico;
- b. segundo, as reduções na incorporação direta de trabalho são compatíveis com o incremento da demanda por trabalho a montante da cadeia produtiva (pesquisa, desenho) e sua jusante (marketing, distribuição, manutenção);
- c. terceiro, o progresso técnico é instrumental para criação de novos produtos e para o estímulo a novas necessidades;
- d. quarto, a perda de emprego em alguns setores pode ser compensada com a ampliação do emprego em outros setores, dependendo das mudanças realizadas na composição do produto e na escolha da técnica. (Id., *ibid.*, p. 44-45).

O progresso técnico é uma exigência da indústria de bens comercializáveis, que são aqueles que competem mundialmente, exigem trabalho intensivo e aporte de recursos externos, torna-se assim necessário potencializar outras fontes de **crecimento extensivo**, que adicionadas àquelas alarguem as chances de inserção social pelo trabalho, neste sentido coloca a necessidade de:

Criação/melhoria das sinergias entre pequenas e grandes empresas, estímulo a produção de bens não comercializáveis a exemplo dos **bens de salário**, expansão da produção de biomassa agrícola florestal e aquática para usos diversos, atenção a produtividade dos recursos naturais (reciclagem do lixo, conservação da energia e da água e usos dos resíduos agrícolas) e garantia da manutenção do estoque de infraestrutura (que acaba por liberar investimentos) e cuidado com o futuro dos pequenos produtores, auto-empregados que trabalham na agricultura familiar e em pequenos negócios. Estes são métodos que independem de investimentos e são intensivos em empregos (SACHS, 2004, p. 47).

Quando Sachs aponta outras fontes de trabalho complementares àquelas que requerem trabalho intenso, sublinha a atenção, como já dissemos, à agricultura familiar, aos informais e as micro e pequenas empresas³, esta centralidade explica-se por vários motivos:

Primeiro: as micros e pequenas empresas respondem pela maioria dos postos de trabalho na economia moderna. Segundo: dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, indicam a existência fora da agricultura de 2,19 milhões de empresas formais, 97% na categoria de micro e pequenas. Estas empregam 39,7% da força de trabalho, isto é, cerca de 10 milhões de pessoas. Outras bases de dados apresentam números bem superiores. O SEBRAE tem trabalhado com estimativas de 3,6 milhões de micro e pequenas empresas absorvendo 44% da mão-de-obra empregada formalmente e contribuindo com um quinto do PIB brasileiro [...]. Haveria no Brasil, fora da agricultura, 12 milhões de pessoas trabalhando por conta-própria ao lado de um milhão de empresas informais com 4,3 milhões de ocupados. Assim, a maioria operosa da Nação é constituída pelos agricultores familiares, operários agrícolas, trabalhadores por conta própria urbanos, empregadores e empregados de micro e pequenas empresas exercendo atividades de baixa produtividade” (SACHS, 2003, p. 54 -5) .

Para a agricultura familiar, sugere então, entre outros pontos, o incentivo ao empreendedorismo coletivo, acesso às tecnologias, ao crédito subsidiado para a produção aos investimentos, mercados institucionais e acesso aos mercados. Aos informais diz ser urgente que os procedimentos para formalização sejam simplificados, que haja redução dos tributos, diminuição de encargos sociais e sinergias entre grandes e pequenas empresas. Às pequenas empresas, aconselha essencialmente a redução de custos e tributos, diminuição de encargos sociais, parcerias com grandes empresas e formação de arranjos produtivos locais – APL’s.

Ao identificar onde estão os pequenos produtores, o professor destaca a situação desta categoria nos países menos desenvolvidos (PMD), caracterizando-os como sendo países cuja orientação é a subsistência, com fraca capacidade de poupança e vulnerabilidade à importações.

³ Pequenos produtores são aqueles que trabalham na agricultura familiar e em pequenos negócios, incluem todos os envolvidos em atividades de pequena escala fora das empresas modernas. Sachs inclusive, diz da necessidade de compreendermos a economia numa perspectiva real, sob pena de minimizarmos o público para qual são dirigidas suas estratégias de pleno emprego (SACHS, 2004).

A principal defesa de Sachs consiste então em demonstrar que apesar das desvantagens, os países menos desenvolvidos têm potencial para construir estratégias de desenvolvimento nacionais e triplamente vencedoras, ou seja, social, econômica e ecologicamente ponderadas. Além disto, seus argumentos giram em prol de um desenvolvimento endógeno, peculiarizando o local. Neste sentido, Paulo de Jesus alerta para as perspectiva que o desenvolvimento local pode assumir:

“A perspectiva de nova governabilidade pode significar um esforço de implementar um plano de desenvolvimento concebidos de forma autoritária e camuflados como desenvolvimento local. A perspectiva de desenvolvimento alternativo assenta-se nos seguintes pressupostos: (a) parte de uma crítica a racionalidade econômica que inspirou o pensamento econômico e as políticas de desenvolvimento dominantes; (b) sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção desses bens e valores (c) “inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento” e favorece estratégias econômicas autônomas (SANTOS e RODRIGUES, 2002, p. 45-48). O desenvolvimento local pode assumir a perspectiva de desenvolvimento alternativo (2003, p. 74-5).

Singer, também vem em defesa do desenvolvimento local quando coloca:

Ao contrário de mercados dominados por grandes empresas, em que boa parte da renda “foge” para o exterior através da compra de fatores em outros mercados, muitas vezes geograficamente distantes – fato que a globalização vem acentuando –, os mercados em que prevalecem pequenas empresas apresentam elevado grau de realimentação, mediante a compra local de insumos e de bens de consumo final. Esta característica é muitas vezes deliberadamente organizada, pois a complementaridade entre pequenas empresas aumenta fortemente sua eficiência e competitividade. Em outras palavras, é possível organizar economias locais de razoável complexidade a partir da competição e da cooperação de grande número de pequenas empresas [...] (2003, p. 120-121)

Retomando as problemáticas caracterizadoras dos países menos desenvolvidos - PMD, no quesito subsistência, Sachs afirma que neles existem poucas atividades voltadas para o mercado, e, portanto, este fato deve ser levado em consideração quando da construção de estratégias de desenvolvimento (2004).

A respeito da fraca capacidade de poupança, ele afirma que é acarretada pelo baixo PIB per capita, as extorções estruturais da população abaixo da linha de pobreza e a alocação desigual do excedente produzido.

A vulnerabilidade às importações, “dá-se em função do alto índice de entrada de bens de capital, além da importação de alimentos básicos e energia” (SACHS, 2004, p. 76).

Diante deste quadro, seria inevitável que países com baixo desenvolvimento caíssem naquilo que Sachs denomina de *armadilha da pobreza* (grifo nosso): a agricultura primitiva é de baixa produtividade, não produzindo excedente para a população urbana, falta indústria manufatureira e o primeiro e segundo setor sofrem baixo investimentos, a solução capitalista é recorrer à importação de insumos e equipamentos (SACHS, 2004).

A saída, segundo o autor, terá de ocorrer mediante políticas nacionais que tenham as três metas seguintes:

- a. aumento da poupança doméstica, tanto como resultado de uma taxa maior de crescimento geral, quanto de um aumento da participação da poupança no PIB;
- b. remoção dos obstáculos institucionais ao desenvolvimento agrícola por meio da reforma agrária, se for preciso, e da promoção da segurança alimentar;
- c. aumento da capacidade de importação, por meio da promoção das exportações, da substituição de importações e da eliminação de importações não essenciais (2004, p.79).

Traçadas as metas políticas, desenvolve estratégias, que devem favorecer a expansão do núcleo modernizador (pois aumentaria o número de empregos indiretos, embora com diminuição do direto); tratamento especial aos pequenos produtores (tratamento desigual para

os desiguais), e o uso de **tecnologias apropriadas** , isto é, o crescimento puxado pelo emprego.

Portanto, enfatiza três objetivos que considera importantes:

- a. modernizar empresas industriais, mineradoras agrícolas, que ele denomina “núcleo modernizador”, este núcleo gera empregos indiretos (a montante e a jusante);
- b. focalizar ações que promovam o bem-estar –financiada pela redistribuição de uma parcela do PIB – coletada pelo Estado na forma de pagamentos de impostos.
- c. aumentar a parcela relativa aos serviços básicos em seus orçamentos.

E a necessidade de estimular atividades intensivas em trabalho, para que se possa absorver grande parte da mão de obra ociosa, além dos novos entrantes no mercado. Neste sentido, sugere a intensificação:

- a. produção de bens não comercializáveis – por não sofrerem concorrência internacional;
- b. produtos quase comercializáveis – alimentos perecíveis e produção agrícola volumosos;
- c. qualificação da mão de obra envolvidas com artesanatos e indústria;
- d. fontes de investimento que não exigem investimentos – reciclagens e conservações;
- e. investimentos não monetários – mutirões;
- f. melhorias das atividades informais.

Ao tratar sobre inclusão social pelo trabalho decente, Sachs coloca que é necessário escolher tecnologias intensivas em mão-de-obra, enfatizando as vantagens do Brasil: temos uma fronteira agrícola ainda pouco explorada, a maior biodiversidade do mundo, clima favorável à produtividade primária, salientando que o custo da urbanização é maior do que o de gerar empregos no meio rural.

O desenvolvimento includente é ainda o resultado de estratégias que vislumbrem programas de saúde, moradia, assistência à deficientes, redistribuição de parcelas do PIB, educação, políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda e políticas de geração de emprego (a supressão destes fatores Sachs denomina inclusão justa). Para isto, deve-se considerar a criação de padrões de economia mista o que torna necessário:

- a. planejar de maneira a conhecer as potencialidades da economia real, capacidade de importar, a oferta elástica de alimentos e de outros bens de salário;
- b. reformas fiscais que eliminem tributos sobre itens de consumo popular e que ao mesmo tempo criem tributos progressivos sobre bens de consumo não essenciais e bens de luxo, combinado com a arrecadação rigorosa do imposto de renda das empresas e das pessoas físicas no setor moderno
- c. aumentar a proporção de créditos públicos em relação ao PIB;
- d. abrandar a disciplina fiscal.

2.2 Trabalho justo, humanizado e decente

Arruda (2003) faz referência a um trabalho que perdeu seu caráter humanizador para ser instrumento de garantia à sobrevivência através do julgo e escravização. Sugere então a retomada da noção de trabalho como um elemento de colaboração do *homo* com a natureza

como nos primórdios da humanidade. O autor diz perceber o desfacelamento do trabalho já na antiguidade, no momento em que é fragmentado em trabalho superior e inferior, ou seja, mental e manual respectivamente, até a sua total transformação conceitual quando se coisifica, isto é, quando o trabalho torna-se mercadoria.

Aprofundando a reflexão, parece que Arruda deseja explicar o desligamento entre economia e ética, através daquele desfacelamento, ou melhor dizendo, através da transformação do trabalho a elemento desumanizado, decorrente de um sistema segregativo e concentrador de renda como o é o capitalismo.

Em seu entendimento este sistema não está apto a responder como se dará a criação de novas formas de remuneração do trabalho, de desenvolvimento de políticas de governo e leis que garantam a distribuição equitativa da renda, da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho de toda a sociedade, a promoção da partilha social do tempo liberado do trabalho, em vez da atual apropriação privada do sobretrabalho pelo capital (ARRUDA, 2003).

Neste sentido, o autor coloca a importância de uma economia centrada no trabalho humano e não no capital, a qual ao seu ver implica num projeto de construção de trabalhadores e comunidades como sujeitos conscientes e ativos do seu desenvolvimento pessoal, e que resulta num trabalho emancipado (Id., *ibid.*).

Para introduzir o conceito de trabalho emancipado, Arruda recorre à antevisão marxista a qual prevê os efeitos do progresso científico nas relações de trabalho, apontando imediatamente a produção de desempregados, descartados do sistema. Daí sugerir como solução à emancipação do trabalho que guarda duplo sentido, o encontro da liberdade do trabalho humano da mera sobrevivência material e como partilha entre todos da fração do tempo de trabalho poupada decorrente da introdução das novas tecnologias.

Sachs também refletiu sobre a utilização do tempo disponível. Sendo sua abordagem construída a partir da necessidade de modernização das economias familiares rurais e

moradores de favelas. Ele afirma que as pessoas gastam uma porção significativa de tempo em trabalhos domésticos, e que com a adoção de tecnologias apropriadas, haverá mais tempo disponível para o desenvolvimento de tarefas voltadas para o mercado e para o lazer.

As referências em Sachs fazem surgir um marco de similitude com as construções de Arruda. Inicialmente, ao destacar a centralidade do trabalho humano, Arruda produz subsídios para o entendimento do conceito da sustentabilidade social defendido por Sachs, ou quando, por exemplo, Sachs reclama o trabalho pleno e decente faz parecer resgatar a mescla entre economia e ética, por assim dizer que só o trabalho, ainda que pleno, se é desumanizador não traz desenvolvimento e sim, uma inclusão injusta.

Cumpra ainda destacar a contribuição de Singer (2003) ao se referir à precarização do trabalho (ao invés da palavra desemprego) ocasionada essencialmente por dois fatores, o progresso técnico que substitui mão-de-obra por máquinas e a globalização que descentraliza o capital, esses fatores acabam por provocar a sujeição do trabalhador, os poucos não destituídos de seus postos e os novos contratados ao alijamento de seus direitos.

De alguma maneira, todos sinalizam a ineficiência das soluções capitalistas para o desemprego, por isso, é recorrente inclinarem-se às soluções não-capitalista fundadas a partir de suas confrontações. Neste sentido, a criação de um novo setor de inserção produtiva que possa coexistir com a economia do capital e que coloque o lucro não como um fim em si mesmo, mas como um financiador de melhoria da qualidade de vida dos pequenos, parece ser a mais comedida e praticável via sustentável do desenvolvimento.

3 PANORAMA MUNDIAL: DILEMA NORTE E SUL E O COMÉRCIO COMO FATOR DE REDUÇÃO DE POBREZA

“As transnacionais estão criando uma raça inferior, arrastando todos os trabalhadores para o nível dos mais explorados” (OXAFAM, 2002, p. 53).

A globalização não é um fenômeno aparente tão pouco circunstancial, é sim produto de enlaced políticos e econômicos que se manifestam desde o século XVI com o tráfico de metais ou do próprio colonialismo, ela reconfigura as relações comerciais e, por consequência, transforma vidas. Esta transformação é ocasionada pelo maior fluxo de capital e seus efeitos sob a distribuição de renda.

Não só isto, mas sob os auspícios de um mundo globalizado os países em desenvolvimento têm aumentado suas exportações acrescentando a estas o mérito de ser fonte de riqueza, o que acaba por fazê-los depender fragilmente de um mercado mundial especulativo.

Ainda mais sintomático é a transformação na estrutura das exportações, pois “desde meados da década de 80, o comércio mundial de artigos manufaturados cresceu três vezes mais que a taxa de comércio em produtos primários e responde agora por mais de um quinto de todo o comércio mundial” (Oxfam, 2002, p. 41). Este tipo de exportação têm crescido mais rapidamente nos países em desenvolvimento, alavancado pelos investimentos estrangeiros diretos – IED, permitindo acesso/desapropriação dos ativos daqueles países em favor principalmente dos governos do norte.

O investimento estrangeiro direto – IED tem muitos benefícios em potencial. Pode proporcionar acesso a novos recursos financeiros, tecnologias e mercados. No entanto, os atuais benefícios financeiros têm sido exagerados. Os altos volumes de remessa de lucro para o país de origem, o alto custo dos incentivos para atrair os investidores e a evasão fiscal se combinam, reduzindo as transferências financeiras reais. Para cada US\$ 1 de investimento estrangeiro, aproximadamente 30 centavos são remetidos como transferência de lucros (Oxafam, 2002, p. 15).

É bem verdade que o comércio global possibilitou ao mundo o intercâmbio de mercadorias tornando conhecido, inclusive os exóticos produtos do sul, porém este comércio tem se tornado cada vez mais uma atividade intracorporativa o que acaba por favorecer as transnacionais, reservando aos países menos desenvolvidos a disposição de um estoque de mão-de-obra barata e pouco especializada.

Assim, a globalização para os PED's afeta principalmente a esfera trabalhista, fragilizando a segurança no emprego, pois há sempre um exército de mão-de-obra disposto a vender sua força de trabalho pelo menor preço. Este tipo de mão-de-obra ameaça a seguridade social, visto que o trabalhador substituível abre mão dela, potencializa as migrações (pessoas em busca de trabalho em outras localidades) e provoca efeitos sob o trabalho feminino, na medida em que um maior número de mulheres vão para o mercado de trabalho para complementar a renda familiar, não obstante as sérias discriminações de gênero que enfrentam.

Sen (2002) expõe suas preocupações mediante esta interação global, ao prefaciá-lo relatório da OXAFAM: “apesar de todo avanço, a vida continua sendo algo imoral, brutal e de curta duração para uma boa parte da população mundial” (p.1).

Vale ainda pontuar fundamentalmente que o mercado global exige um grau de interação/sinergia que pode ameaçar a governabilidade de nações pobres. Neste sentido, o Fundo Mundial Internacional - FMI e o Banco Mundial argumentam que restrições ao comércio promovem interesses privados e que, portanto barreiras comerciais devem ser eliminadas, posicionamento que vulnerabiliza ainda mais os PED's. As regulamentações sobre propriedade intelectual, investimentos e serviços da Organização Mundial do Comércio – OMC também são criadas para proteção das grandes transnacionais.

O comércio internacional provoca ainda falhas que devem ser consideradas no âmbito de políticas econômicas-comerciais, a exemplo dos danos ambientais cujos custos não são repassados para os produtos. Esta produção não-sustentável para exportação poderia ser limitada por tributos e proibições de recursos (SEN, 2002).

Por detrás do mercado global, escondem-se as falaciosas predições do banco mundial as quais dizem ser a liberalização comercial uma promotora da redução da pobreza especialmente entre os PED's, entretanto o que se percebe é um avanço dos contrastes mundiais mesmo entre estes países: “A incidência da pobreza no leste asiático caiu em 10 por cento, enquanto que na América Latina tem continuado a mesma de 1987, e há agora mais de 15 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza” (Id., *ibid.*, p. 78).

Neste sentido, a OXAFAM (2002) apontou quais devem ser os objetivos de políticas internacionais:

- a. Melhora do acesso dos países pobres ao mercado e término do ciclo de super-produção agrícola subsidiada e do dumping¹ de exportações pelos países ricos;
- b. Término do uso de condicionamentos nos programas do FMI – Banco Mundial, que forcem os países pobres a abrir seus mercados, independentemente do impacto sobre as pessoas pobres, inclusive que os países ricos também ofereçam condições para importação;

¹ “O ciclo de negociação do Uruguay Round terminou no final de 1993. retenhamos, dentre as decisões tomadas naquela ocasião, dois exemplos: foi estabelecido que os países industrializados reduziram em 36%, num prazo de 6 anos, os direitos sobre importações agrícolas; para os países em desenvolvimento (PED), por outro lado, tal redução seria de 24%, em 10 anos.. na teoria os PED beneficiam-se, desde 1964, de um tratamento de exceção. No entanto, e em conformidade com o funcionamento do GATT, a única vantagem que lhes é reconhecida consiste num prazo mais longo para aplicação das regras comuns, sem que tal procedimento possa ser considerado uma vantagem. O que ocorre é que determinadas regras comuns aplicadas em contextos diferentes podem tornar-se de fato injustas: os países desenvolvidos têm a possibilidade de manter o nível das subvenções agrícolas de 1993, enquanto os PED deixaram de ter o direito de aplicar um nível semelhante de proteção. O resultado é um verdadeiro dumping de produtos essenciais para alimentação humana, praticado pelos países do Norte sobre os países do Sul, cujos mercados nacionais acabam sendo destruídos no que tange sua produção de gêneros” (JOHNSON, 2004. p. 44).

- c. Criação de uma nova instituição internacional para *commodities*, com a missão de promover a diversificação e terminar com a sobre oferta;
- d. Estabelecimento de novas regras para a propriedade intelectual, que assegurem que os países pobres possam ter acesso a novas tecnologias e medicamentos essenciais; e que os produtores possam conservar e vender sementes;
- e. Proibição de regras que forcem os governos a liberalizar ou privatizar serviços básicos vitais para a redução da pobreza;
- f. Melhora da qualidade do investimento do setor privado e dos padrões de trabalho;
- g. Democratização da Organização Mundial do Comércio - OMC para que os países pobres sejam fortemente considerados;
- h. Mudanças nas políticas nacionais de saúde, educação e governo, de modo que os pobres possam desenvolver suas capacidades, realizar seus potenciais e participar dos mercados em termos mais igualitários.

Sob esta perspectiva, embora as exportações tenham crescido muito mais rápido que o Produto Interno Bruto – PIB global, o sistema comercial é gerenciado por regras que refletem escolhas políticas, isto quer dizer, em primeira instância, que o comércio tem sido programado a produzir resultados desiguais. “Se os países em desenvolvimento aumentassem sua participação nas exportações mundiais em apenas cinco por cento, US\$ 350 bilhões seriam gerados, isto é sete vezes mais do que as verbas que esses países recebem em forma de ajuda”. (OXAFAM, 2002, p. 7). Não obstante, os países em desenvolvimento tenham aumentado sua participação no comércio mundial, a contribuição não é igualitária, pois a maioria está atrelada à produção de baixo valor agregado com uso de poucos insumos locais, além disto muitos países carecem de infra-estrutura para acompanhar a abertura comercial,

falta-lhes terra, crédito, saúde, educação. Na América Latina, por exemplo, o crescimento das exportações está associado ao aumento do desemprego e aos rendimentos estagnados.

Não bastasse a divisão desigual do mercado internacional entre as nações, os produtores dos países industrializados são subsidiados, gerando superprodução, danos ambientais, além de que o excedente da produção é lançada ao mercado com ajuda de mais subsídios o que acaba por provocar o *dumping* nos mercados importadores. O total de subsídios dados aos produtores dos países industrializados atingem mais de US\$ 1 bilhão por dia (2002).

Por isto a OXAFAM (2002) sugere:

- a. Acesso para todos os países de baixa renda sejam isentos de quotas e impostos aduaneiros;
- b. Redução geral dos picos tarifários, de modo que nenhuma tarifa aplicada às exportações de países em desenvolvimento exceda 5%;
- c. Desativação do Acordo Multifibras (este acordo restringe as importações de têxteis e vestuário) para permitir o acesso aos mercados de têxteis e vestuário;
- d. A proibição geral dos subsídios à exportação e uma reestruturação dos subsídios agrícola;
- e. Reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento de proteger seus sistemas agrícolas por motivo de segurança alimentar.

Daí a necessidade das políticas públicas incluírem uma análise sobre o impacto da liberalização em seus mercados de trabalho e o efeito sob a redução da pobreza. Especialmente no que diz respeito à comercialização internacional de *commodities*, haja vista que seus preços são instáveis e têm progressivamente sofrido desvalorização, sendo que “em

mais de 50 países em desenvolvimento, mais da metade de seus ganhos com exportação dependem de três ou menos dessas *commodities*” (OXAFAM, 2002).

Neste sentido, seria necessário uma nova instituição para supervisionar os mercados globais de commodities, e a adoção por parte das transnacionais de operações de compra socialmente responsáveis (Id., Ibid).

Não apenas isto, mas as regras que regem o comércio internacional podem favorecer o processo de empregabilidade de um país com a conseqüente redução da pobreza, ou simplesmente, provocar sua estagnação, a exemplo dos TRIP’s – Trade Related Aspect of Intellectual – Property Rights), ou acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio. Por reter o direito de propriedade intelectual ao descobridor e patenteado com proteções rigorosas, o acordo acaba por aumentar os custos de transferências de tecnologia, onerando custos para os PED’s que precisam pagar altos valores de licenças para fazer uso desta tecnologia.

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) é um oriundo da OMC que é resultado de arranjos entre as transnacionais, e que pode também provocar resultados devastadores em PED’s. Em sendo resultado de lobby intensivo o acordo funciona no sentido da liberalização do comércio de serviços. “Todos os setores são cobertos pelo acordo, a única exceção é uma estreita faixa de serviços fornecidos por governos apenas em base não comerciais, ou onde não há fornecedor da iniciativa privada” (OXAFAM, 2002, p. 268).

[...] o acordo sobre serviços da OMC traz ameaças significativas para os países em desenvolvimento. Potencialmente, poderia oferecer algumas oportunidades. As ameaças são oriundas da aplicação de teorias de mercado livre simplificadas sobre o fornecimento de serviços básicos – tais como o fornecimento de água – vitais a redução da pobreza. Os poucos benefícios são uma conseqüência de como o Gats foi engendrado. Os países em desenvolvimento podem ser beneficiados pela abertura de mercados para o trabalho, mas o acordo pende na direção dos serviços financeiros, ramo dominado pelos países e empresas sediados no norte. Os países industrializados devem assumir compromisso de liberalização em áreas onde os países em desenvolvimento têm a ganhar, sendo que os serviços públicos devem ser isentos dos compromissos de liberalização e que o acordo venha a estipular que os

governos detenham o direito de limitar a liberalização em áreas consideradas essenciais ao desenvolvimento nacional (p. 267 e 282).

Mesmo diante destes embates da globalização, o comércio pode ser uma forma de redução de pobreza aliado ao aumento de emprego, quando políticas capacitam países e pessoas pobres a participarem dos mercados em termos igualitários.

É necessário criar condições para um compartilhamento mais pleno e mais justo dos benefícios do comércio. Mas será que isso pode ser feito sem destruir a economia do mercado? A resposta é um sonoro sim. A utilização da economia de mercado é compatível com tipos muitos diferentes de distribuição de recursos, regras de funcionamento (como as leis de patentes e as regulamentações anti-monopólio) e condições que favoreçam a participação (como educação básica ou assistência médica). Dependendo dessas condições, a economia de mercado por si só geraria preços diferentes, possibilidades comerciais distintas, outras formas de distribuição de renda e, de um modo mais geral, resultados globais diversificados. As mudanças institucionais e as reformas políticas podem alterar radicalmente os níveis predominantes de desigualdades e pobreza, sem arruinar a economia global. (SEN, OXAFAM, 2002, p. 1).

Sendo assim, o comércio mundial tem o potencial de criar condições para redução da pobreza desde que suas regras não sejam arquitetadas em favor unicamente dos países ricos.

Se a África, o leste asiático, o sul da Ásia e a América Latina aumentassem sua participação nas exportações mundiais em um por cento, os ganhos de renda resultantes poderiam retirar 128 milhões de pessoas da pobreza [...]. Quando os países em desenvolvimento exportam para os mercados dos países ricos, enfrentam barreiras tarifárias quatro vezes maiores do que as enfrentadas pelos países ricos. Essas barreiras lhes custam US\$ 100 bilhões ao ano – o dobro do que recebem como ajuda (OXAFAM, 2002, p. 3).

Certamente a solução não está na redução da assistência dos países ricos direcionadas aos pobres, pois ela é necessária para melhoria da infra-estrutura (transporte, educação e saúde), porém mais importante é o aumento da participação dos países menos desenvolvidos no mercado de exportação, o que faria com que o percentual de ajuda se tornasse ínfimo, pois uma redistribuição do comércio promoveria aumento de renda per capita.

A conversão do ganho em renda *per capita* de uma redistribuição da participação nas exportações mundiais dos países em desenvolvimento produz resultados

notáveis. Em um cenário de desigualdade de baixo nível, uma redistribuição agregada de 4 por cento (1 por cento para cada região: África subsaariana, Sul da Ásia, Leste Asiático e América latina) reduziriam o número de pessoas em condição de pobreza em 128 milhões. Isso é equivalente a cerca de 12 por cento do total mundial. O declínio seria maior na África subsaariana, onde 60 milhões de pessoas seriam alcançadas acima da linha de pobreza, numa redução acima de um quinto. No sul da Ásia, a pobreza se reduziria em cerca de 56 milhões. Embora os efeitos sejam muito menores no Leste asiático e na América latina, os números da pobreza cairiam em mais de 9 milhões e cerca de 3 milhões, respectivamente. Níveis mais elevados de desigualdade significativamente diminuiriam esses efeitos, com a pobreza reduzindo-se em apenas 43 milhões no caso de um cenário de distribuição desigual de renda (OXFAM, 2002, p. 58).

Os países de baixa renda têm o maior percentual da população mundial mas participam pouco do comércio de exportação “os países de baixa renda têm 40 por cento da população mundial, mas apenas três por cento das exportações” (Id., *ibid.*, p. 59). A produção para exportação gera divisas para importação dos insumos e tecnologias que proporcionarão o crescimento econômico. “Ao gerar os ganhos necessários para sustentar as importações, pode reduzir a dependência das verbas de ajuda e, com isso, reduzir a exposição aos caprichos dos doadores que governam o acesso aos orçamentos de ajuda externa” (Id., *ibid.*, p. 57).

Porém, o comércio sozinho não reduz a pobreza, mas associada a políticas econômicas sim. Principalmente se gerar demandas de produtos que são do interesse dos PED's, a exemplo das manufaturas e agricultura trabalho-intensiva, ao contrário de sistemas de cultivo de grande escala e de capital-intensivos, visto que reduzem o uso de mão-de-obra. Entretanto, só o aumento de trabalho-intensivo para exportação não garante melhoria de qualidade de vida especialmente em havendo abusos aos direitos trabalhistas.

3.1 Comércio Justo: uma alternativa compatível com o sistema globalizado

O comércio solidário é um instrumento de transformação social na medida em que elege a ética nas relações de troca, a transparência como basilador da transação, o preço justo como elemento de valorização e resgate do ser humano, a sustentabilidade ambiental como requisito para captação de recursos naturais, a igualdade de gênero como promotor da

equidade e a erradicação do trabalho infantil como repressão a sistemas repressores e escravizantes.

Na introdução do Termo de Referência Sebrae para o Comércio Justo (2005) é definido que:

O objetivo maior do Comércio Justo é garantir vida digna e perspectiva de futuro aos pequenos produtores, por meio do comércio de seus produtos em condições justas e não ajuda humanitária assistencialista. Para isso, estabelece o contato direto entre o produtor e o comprador. Essa relação tira o produtor da dependência de intermediários e de instabilidades do mercado global de commodities, ao mesmo tempo em que assegura ao comprador o papel de verdadeiro parceiro. O resultado é uma remuneração justa e uma relação comercial estável, além de apoio técnico e financeiro quando for preciso, com benefícios mútuos (p. 9).

Neste sentido, o comércio justo é uma alternativa ao sistema de comércio tradicional que impera globalmente e que tem se revelado incapaz de redistribuir igualmente os ganhos dos exercícios mundiais de compra e venda entre ricos e pobres. Ao contrário, acirra as diferenças já latentes entre os blocos norte e sul.

Este novo mercado pode coexistir com o mercado tradicional, na medida em que a economia capitalista desafia-o, inclusive Singer, citado por Lisboa, entende que “a competição com os empreendimentos capitalistas desafia as unidades econômicas solidárias² a superá-los, estimulando-as a se atualizarem tecnologicamente, a melhorar a qualidade e a se constituírem enquanto um modo de produção de fato superior” (LISBOA, 2003, p. 190). Para Lisboa (2003), “a economia capitalista de mercado não é o destino inexorável da sociedade humana” (p. 188).

Por trás desta parceria comercial estão uma série de bandeiras específicas relacionadas a um novo padrão de desenvolvimento, a principal delas é a promoção de desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições de trocas, criação de novos mercados e garantias de direitos aos produtores/trabalhadores [...]. Em linhas gerais, o comércio justo, ético e solidário parte da hipótese de que grande parte da miséria, da devastação ambiental e da massificação cultural do nosso mundo globalizado é resultado de relações comerciais injustas, entre pessoas,

² O comércio justo é uma manifestação do que denominamos Economia Solidária, “o conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estipulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

empresas e nações. Sendo assim, admite a suposição de que será este mesmo mercado o cenário das transformações que desejamos, e que a reconstrução de um mercado justo e equitativo será conquistada a partir da restauração coletiva da qualidade ética dessas relações, apoiada num estado atuante a favor da eliminação das desigualdades sociais (GOMES, apud FRETTEL, 2003, p. 65).

O comércio Justo procura criar os meios e oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica através do comércio e da promoção de campanhas de conscientização (definição da NEWS! – Network of European World Shops, a rede europeia de lojas de Comércio Justo)

O comércio justo parece ser uma estratégia oportunizadora na geração de emprego e renda decentes, principalmente para o pequeno produtor, uma vez que a maior parcela do valor das vendas serem repassadas para ele, preocupando-se ainda com o desenvolvimento social, local e com diversos valores éticos. Santos (2003) expõe:

Uma vez que as decisões são tomadas em conjunto e há um espírito democrático, as pessoas se sentem envolvidas, responsáveis pelo processo e com auto-estima elevada. É assim que os pequenos produtores e as pequenas produtoras se “empoderam” e crescem em qualidade de vida e de produção. É uma transformação mais relacionada com o ser do que com o ter. Muitos jovens estão redescobrendo possibilidades e potencialidades em suas cidades através do comércio ético e solidário. Isso interfere diretamente na sua decisão de se fixarem na comunidade onde nasceram, evitando assim o êxodo rural e a busca de emprego e de renda nos grandes centros urbanos (p. 57).

Já para Johnson (2004):

A prática deste comércio introduziu e amadureceu uma nova compreensão de economia, fundada em valores éticos, subvertendo a mercantilização da existência humana, afirmando que através de novas práticas comerciais podemos exercer uma atitude positiva no fortalecimento de laços solidários que promovam a justiça, a liberdade e o respeito à dignidade humana, fortalecendo uma cultura democrática, que desconcentra a riqueza, promove a inclusão sócio-produtiva de populações excluídas e marginalizadas, que respeita os ecossistemas e promove a paz entre os povos (p. 15)

3.2 Comércio Justo no Mundo

Desde a década de 60, as organizações não-governamentais dos países do Norte e Sul vêm amadurecendo a idéia de viabilizar um comércio alternativo ao tradicional que valorizasse o trabalho dos produtores do sul e minimizasse as desigualdades inerentes ao sistema de comércio internacional (COTERA & SIMONCELLI-BOURQUE, 2002).

A idéia de modificar a relação com os povos do Sul do Mundo através de um novo modelo de exportação surgiu nos anos 60, no norte da Europa. A simples e, muitas vezes, inútil arrecadação de alimentos e de roupas para a população mais pobre revelava-se cada vez mais inadequada. Daí surgiu a idéia de uma transferência mútua que foi mantida, no início, sobretudo pelas sedes missionárias na Europa e pelas nascentes *Botheghe Del Mondo* (rede em que os produtos do comércio équo solidário são comercializados), que por 20 anos foram o único instrumento de difusão do comércio équo e solidário (CERATTI, 2003, p. 78).

Em 1988 na Holanda, uma primeira iniciativa oficial passa a certificar e comprar a um preço maior do que o do mercado comum produtos oriundos de grupos de pequenos produtores do sul. Daí surgem diversas iniciativas nacionais (Max Havelaar, Transfair, Fairtrade) em outros países as quais se reúnem em 1997 para formar a Fairtrade Labelling Organizations – FLO criando um selo internacional. A FLO agrega 17 países membros e conta com representações regionais em países produtores, trabalhando na harmonização de critérios e repartição do registro dos produtores. A organização é formada pela maioria de pequenos produtores, é independente e democraticamente controlada por seus membros (COTERA & SIMONCELLI-BOURQUE, 2002).

Ela é um organismo de certificação de comércio justo para produtos como café, chá, banana entre outros.

Fairtrade Labelling Organizations International (FLO) is the worldwide Fairtrade Standard setting and Certification organisation. It permits **more than one million** producers, workers and their dependants in **50 countries** to benefit from labelled Fairtrade. FLO guarantees that products sold anywhere in the world with a Fairtrade label marketed by a National Initiative conforms to Fairtrade Standards

and contributes to the development of disadvantaged producers and workers (FLO, 2006)³.

Quadro 1. Iniciativas Nacionais de Comércio Justo

Reino Unido	FairTrade Foundation
Irlanda	Fairtrade Mark
Suécia	Forreningen for Rättvisemärkt
Bélgica	Max Havelaar
Holanda	Max Havelaar
França	Max Havelaar
Dinamarca	Max Havelaar
Noruega	Max Havelaar
Suíça	Max Havelaar
Filândia	Reilun Kaupan edistämisyhdistys
Áustria	TransFair
Alemanha	TransFair
Itália	TransFair
Luxemburgo	TransFair
Canadá	TransFair
EUA	TransFair
Japão	TransFair

Fonte: FLO International

³ Tradução: “A FLO é uma organização mundial de comércio justo que elabora os padrões de certificação e permite que milhões de produtores e trabalhadores e seus dependentes de mais de 50 países se beneficiem com certificação Fair Trade. A FLO garante que os produtos sejam vendidos em todo lugar do mundo com o certificado emitido por uma iniciativa nacional de acordo com os padrões fairtrade e contribui para o desenvolvimento dos produtores e trabalhadores em desvantagens”.

As Iniciativas Nacionais – IN - são normalmente associações sem fins lucrativos, constituídas, em sua maioria, por entidades religiosas ou de desenvolvimento, cooperativas e entidades de proteção ao consumidor, de educação ou proteção ao meio ambiente e outras instituições de cunho social. Essas iniciativas sondam, certificam, apóiam e orientam para o marketing, realizam ações de educação e conscientização junto ao consumidor final, contribuem para definição dos critérios da FLO e fiscalizam as empresas licenciadas as quais fazem o comércio, empacotamento e/ou beneficiamento, comercializando produtos com o selo justo (Relatório Sebrae, 2004).

Várias IN já são beneficiadas pelos seus governos recebendo deles recursos financeiros, inclusive a União Européia⁴ já reconheceu o Comércio Justo como sendo necessário para o desenvolvimento econômico e social de países pobres e integrou a questão em sua pauta de atividades. Já existe um grupo de trabalho que estuda a criação de descontos de impostos para produtos certificados (Relatório SEBRAE, 2004).

Além das iniciativas nacionais, o Comércio Justo conta com as Worlds Shops, ou lojas do mundo, que são pontos varejistas estimadas em mais de 3 mil em todo mundo, sendo que a grande maioria é ligada a organizações religiosas e funciona com trabalho voluntário. Com o aumento do comércio, surgiram as ‘Alternative Trade Organizations’ - ATO, organizações de comércio alternativo, que assumiram o trabalho de importação/exportação e logística (Relatório Sebrae, 2004).

Para funcionamento do Fair Trade, é necessário ainda as associações ou cooperativas de produtores e os licenciados (empresas que recebem da Iniciativa Nacional de certificação a licença para produção e/ou comercialização de um produto de comércio justo, elas pagam

⁴ “O acordo de parceria entre o grupo dos estados da África, Caribe e Pacífico (ACP) e a Comunidade Européia (conhecido como Acordo de Cotonu) menciona – certamente de maneira ainda insuficiente – a promoção do comércio justo como um dos objetivos da Cooperação da União Européia com esses Estados” (JOHNSON, 2004, p. 59).

uma taxa para a certificadora que financiará a fiscalização da empresa e de todo o processo de produção e pagamento justo) (Id., ibid.).

Os fornecedores varejistas de alimentos Fair Trade podem ser especializados em comércio justo, os quais só comercializam produtos justos e os não especializados que obtiveram licenças para integrar produtos fair trade em suas linhas convencionais.

As principais organizações podem ser assim congregadas:

Quadro 2. Organizações Internacionais de Comércio Justo

	FLO	IFAT	NEWS!	EFTA	FTF	FTA
Fundada em	1997	1989	1994	1990	1994	2003
Tipo de associados	Iniciativas nacionais de certificação	Produtores e organizações de comércio alternativo (ATO)	Associações nacionais de world shops	Importadoras especializadas em Comércio Justo	Produtores, importadores, atacadistas, varejistas	Importadoras e atacadistas
Associados em países	17 em	+ de 200 em	15 em	12 em	115 nos	Sem definição
	17 países	55 países	13 países	9 países	EUA e Canadá	Áustria e N. Zelândia
Sede	Bonn, Alemanha	Oxford, Reino Unido	Utrecht, Holanda	Maastricht, Holanda	Washington, EUA	Canberra, Áustria

Fonte: Relatório SEBRAE, 2004.

Em 1996 foi formado um grupo de trabalho para conciliar as demandas globais em torno das problemáticas sobre comércio justo, este grupo é formado pela: **FLO**, **IFAT**, **NEWS** e **EFTA**, constituindo a **FINE** (iniciais dos componentes).

A certificação pela FLO é burocrática e onerosa. Antes de tudo é preciso que haja demanda para o produto e cumprimento de exigências pela certificadora, o ponto de partida é estar organizado em associação ou cooperativa na maioria dos casos. Steudle⁵ em resposta aos questionamentos sobre Fair Trade, explica:

FLO is a federation of 19 national Fairtrade Labelling Organizations. The Fairtrade label on the final product in the supermarket guarantees consumers that the raw material has been bought from small-scale producer groups for a fair price that permits them to invest in sustainable development.

The consumer is prepared to pay a higher price for the product, because the Fairtrade Label is an independent guarantee that producers in developing countries have received a price that at least covers the costs of production and that allows the organization to grow and develop.

⁵ Alexia Steudle trabalha para a FLO - Alemanha e foi entrevista via e-mail em 2005.

In order to guarantee this, FLO verifies whether the producer groups, importers and processors indeed respect FLO's social and trading criteria. FLO undertakes inspection visits to producer groups and certifies them when they comply with the entrance criteria on social structure and human participation, and when there is a proven possibility for effective sales of the product. It is important to know that FLO, as a certification organisation, does not sell or buy any products, nor assures project support or financing possibilities. FLO currently certifies the following products:

Amazonia Nut, Apple juice, Apples, Avocado, Bananas, Cacao, Camomile, Cashew Nut, Coffee, Cotton, Cut flowers, Dried Apples, Dried Apricots, Dried Bananas, Dried Grapes, Dried Mangos, Dried Tomatoes, Grapefruit juice, Grapes, Green beans, Green pepper, Hibiscus, Honey, Lemons, Limes, Macadamia Nut, Mandarins, Mango juice, Mangos, Orange jam, Orange juice, Oranges, Passion fruit juice, Peanut, Pears, Peppermint, Pineapple, Pineapple juice, Plums, Potatos, Quinoa, Rice Rooibos, Sesame Seed, Sport balls, Sugar, Tea, Vanilla, Wine (2005).⁶

Steudle (2005) afirma ainda que se algum grupo de produtor pretender obter a certificação Fair Trade deverá atender aos padrões estabelecidos pela FLO, entrar em contato com a federação definindo: que tipo de organização formam (associação, cooperativa ou empresa); o número de membros ou trabalhadores e como estes participam dos processos decisórios; a posição de mercado; se exportam, como e para quem; definição da qualidade e quantidade do produto que intencionam exportar e se a produção ou parte dela tem certificação orgânica:

When FLO sees that there is a Fairtrade market potential for this product from your producer group, FLO will send a standard questionnaire to you to know more about your organisation. If the evaluation of the questionnaire is positive, FLO will do a first inspection in field. The inspection report will be discussed by the independent Certification Committee, which will also take the decision of the certification or not. In the affirmative case, the certification is formalised with the signature of the contract by your producer group and FLO International. In this contract the rights and obligations of both will be explained. FLO will inform the producer group about the certification decision in writing (2005).

Inclusive no Brasil existem 10 grupos de produtores certificados pela FLO, sendo quatro (4) de laranja, três (3) de café, dois (2) de manga e um (1) de banana. Do total de 229

⁶ Tradução: A FLO é uma federação que reúne 19 organizações de certificação fairtrade. A certificação garante ao consumidor que o produto adquirido em supermercado está beneficiando o produtor de pequena escala proporcionando um investimento no desenvolvimento sustentável. O consumidor está preparado a pagar um pouco mais por saber que irá beneficiar o produtor de países em desenvolvimento. Para garantir isto a FLO verifica se o produtor obedece aos critérios. A FLO certifica o grupo quando há obediência a esses critérios, quando há estrutura social, participação democrática e mercado para o produto. A federação não vende produtos, nem compra, nem financia projetos, ela certifica: castanha, suco de maçã, maçã entre outros.

grupos da América Latina que obtêm a certificação, o Brasil representa menos de 4,5%. Embora não se exija que o produto comercializado na parceria Fair Trade seja certificado. Alguns segmentos de mercado, não são certificados pela FLO como é o caso dos artesanatos (Pesquisa SEBRAE, 2005).

Em 2003 o Instituto Biodinâmico - IBD propôs a FLO a criação de uma parceria para certificação no Brasil do produto justo, haja vista toda estrutura do IBD já montada para certificação orgânica, porém, segundo informa Bueno⁷ colaborador do Instituto, a proposta foi negada,

Por este motivo o IBD desenvolveu o selo EcoSocial, lançado oficialmente em setembro de 2004 durante a Biofach no Rio de Janeiro. Este selo tem relação com os sistemas ISO para responsabilidade social e ambiental, baseado nas normas da Organização Internacional do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança, as diretrizes eco-sociais representam uma evolução no trabalho que já vem sendo realizada pelo IBD e é uma resposta ao consumidor sensível às questões ecológicas e sociais, que associa suas decisões de compra ao comportamento empresarial ético e social. No mercado externo já é grande a demanda pela certificação social que vem se tornando necessária também para orgânicos (2005).

Em que se pese ainda a integração produto justo e orgânico, visto que a FLO e a IFOAM avaliam as possibilidades de um protocolo de certificação conjunta, sendo que à FLO caberia as funções administrativas e aspectos sociais, e a IFOAM controlaria os métodos de produção (COTERA, 2003).

A meta do movimento comércio justo consiste em desenvolver práticas comerciais que incorporem os valores da sustentabilidade e dos custos sociais e ambientais nas legislações nacionais e internacionais e na consciência das pessoas, promovendo a equidade nas relações de gênero, favorecendo a expressão das culturas e valores locais. É necessário ainda melhorar as técnicas produtivas e diversificar a produção no âmbito econômico com o objetivo de diminuir a dependência de um só produto.

⁷ Entrevista concedida via e-mail em 2005.

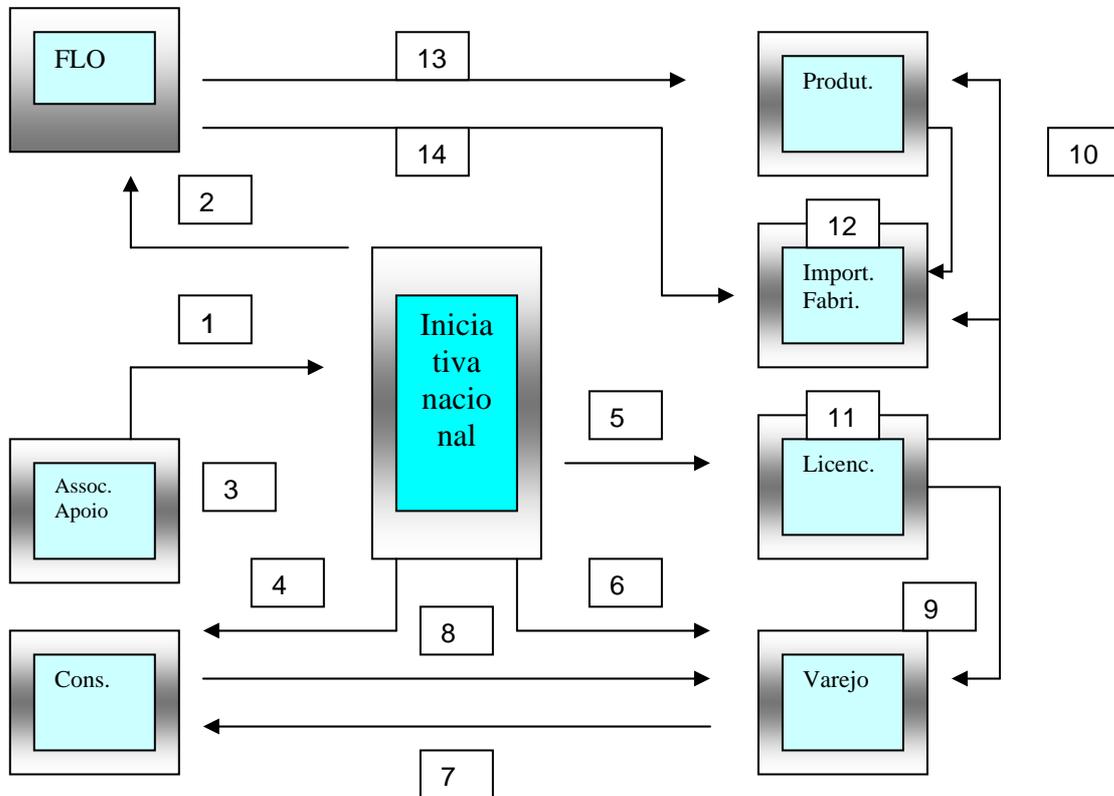
Neste sentido, reduzir os intermediários desnecessários, praticar um preço justo, respeitar as condições de trabalho dos produtores de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizar financiamentos parciais antes das colheitas, se houver necessidade dos produtores e estabelecer relações de longo prazo devem ser critérios básicos para caracterizar um mercado justo (Pesquisa Sebrae, 2004).

Os principais mercados hoje para os produtos do comércio justo são: Suíça, Reino Unido e Alemanha, enquanto França, Áustria e Noruega apresentam as maiores taxas de crescimento, com percentuais acima de 100. Porém, diante de um volume estimado em 580 bilhões de dólares do bolo de comércio global, constata-se que o comércio Justo representa ainda menos de 0,1% desse total (Sebrae, 2004)

Fretel e Simoncelli (2003) apontam as limitações do comércio justo que podem explicar a baixa participação no comércio global: ainda hoje o Comércio Justo permanece sobre o esquema tradicional de mercado, ou seja, países do sul como produtores e norte como consumidores. inclusive Johnson (2004) denuncia que geralmente se considera comércio justo somente aquele que é praticado internacionalmente, mas ele acredita que o comércio solidário pode difundir, além das transações internacionais, práticas locais, regionais e nacionais⁸. Outro fato é que países do norte são os definidores dos critérios de Fair Trade (comércio justo), além de estarem dependendo de consumidores conscientes e sensibilizados com as problemáticas ambientais e sociais para criar a demanda.

⁸ Neste ponto é interessante destacar que Johnson distingue: comércio justo como aquele praticado entre países do norte - consumidores e países do sul - produtores do comércio solidário, aquele que envolve transações locais, nacionais e regionais.

Figura 1: **Funcionamento do Comércio Justo no Mundo**



Fonte: Relatório SEBRAE, 2004.

1. Contribuição ações
2. Definição critérios
3. Educação
4. Conscientização
5. Prospecção Concessão de Licença/Controle
6. Marketing
7. Oferta de produtos
8. Compra
9. Marketing
10. Preço mínimo

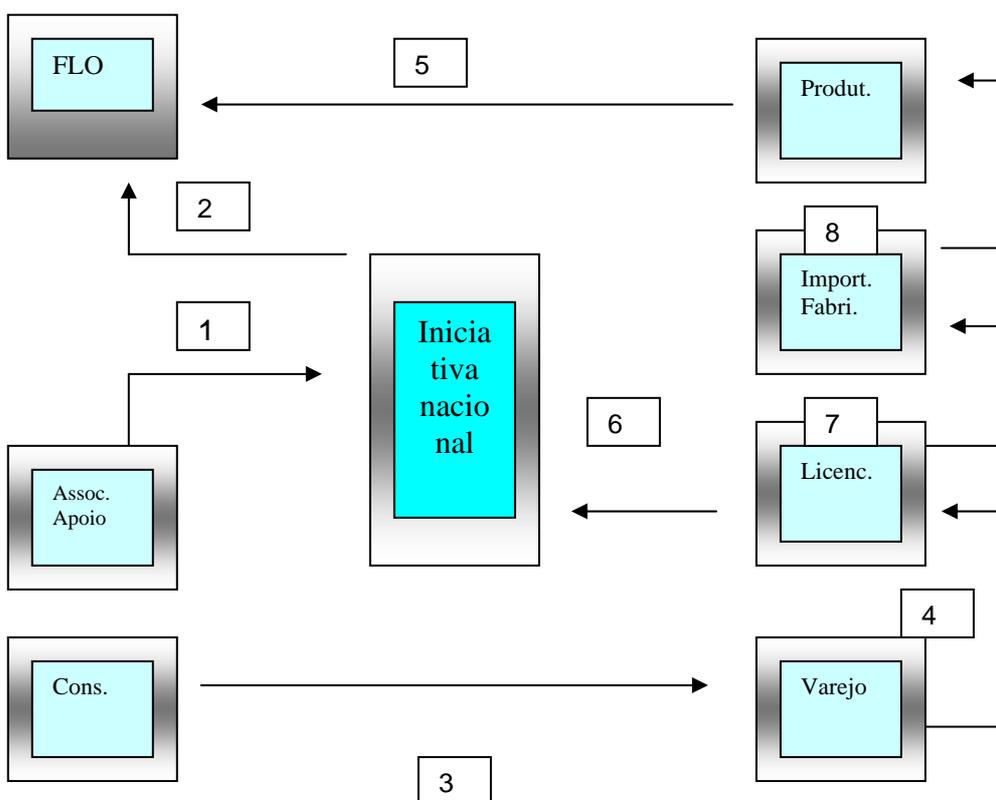
11. Cumprimento dos critérios

12. Cumprimentos dos critérios

13. Controle

14. Controle

Figura 2: Sistema financeiro de Comércio Justo



Fonte: relatório SEBRAE, 2004

1. Financiamento e contribuições;

2. Contribuições;

3. Preço final;

4. Valor da mercadoria ind. Preço mínimo + licença;

5. Certificação;

6. Taxa de licença;
7. Valor da mercadoria ind. Preço mínimo.
8. Preço mínimo financeiro

A cadeia de distribuição do comércio justo é composta por produtores, importadores, Wolds Shops (lojas do mundo - varejista) e os licenciados. Os importadores abastecem as Wolds Shops e podem desenvolver canais próprios de venda através da Internet ou pontos fixos de vendas. Os licenciados são empresas que possuem o direito de usar o selo Fair Trade em seus produtos sob o pagamento da licença à FLO ou às iniciativas nacionais, que são organizações de comércio justo dentro de um país que certificam empresas e promovem o movimento (Termo de referência SEBRAE, 2005).

Existem iniciativas nacionais em 17 países, sendo 14 na Europa e 3 nos EUA, no Canadá e Japão. Estas iniciativas recebem recursos e apóiam seus associados, ajudam a definir os critérios internacionais de certificação de produtos e produtores junto com a FLO, realizam ações e campanhas de educação de seus associados e consumidores, realizam *lobby* junto aos órgãos governamentais, controlam a observação das normas por parte dos licenciados e orientam o marketing do movimento (Ibid. 2005).

Além dos produtos certificados pela FLO, que são aqueles para os quais já existem critérios de certificação comuns aplicados pela FLO, há muitos outros artigos que as iniciativas nacionais reconhecem e comercializam. Entre outros, há flores, castanhas de caju, instrumentos musicais, brinquedos e confecções. Do Brasil por exemplo, são vendidos banana-passa e derivados de soja orgânica, tais como óleo e leite para a Suíça. Em torno de 800 mil famílias na África, América Latina e Ásia foram beneficiadas pelo comércio justo. O pagamento extra (prêmio além do valor da mercadoria) para os produtores de comércio justo certificado de todo mundo somou mais de 38,8 milhões de dólares. (SEBRAE, p.31-3)

É bem verdade que boa parte de alimentos comercializados na parceria Fair Trade são matérias primas, para serem processadas, embaladas e transformadas nos países compradores. Isto, segundo o relatório SEBRAE, dá-se pelos seguintes motivos (p. 35):

- a. o consumidor ético não abre mão quanto à qualidade e apresentação dos produtos;
- b. a competência industrial e de marketing somente existem dos países destinos;
- c. as cooperativas ou outros grupos de produtores não possuem infra-estrutura fabril para realizar os trabalhos necessários;
- d. os produtores não conhecem os mercados destinos;
- e. os custos dos fretes precisam ser otimizados;
- f. necessidade de entregar *just in time* o produto.

Apesar de tais deficiências uma pesquisa do Centre for Imports from Developing Countries, aponta algumas potencialidades para exportadores de países em desenvolvimento como: trabalhos em vime e palha, artigos de madeira, velas, artigos de cerâmica e artigos de metal.

Para os alimentos, ainda há demanda para café, mel, sucos variados, frutas frescas e castanha. No artesanato: objetos de valor étnico e peças únicas e objeto de utilidade prática. Segundo o relatório SEBRAE, “o Brasil possui uma infra-estrutura industrial, que permite, em princípio e em alguns casos, ir além da venda de matéria e oferecer um produto semi-acabado, ou até acabado”. O relatório identifica ainda o público para os produtos justos dizendo ser formado por mulheres de 30 a 50 anos das classes A e B, com nível educacional superior e politizadas.

Algumas organizações (Visão Mundial, Rede Ecovida de Agroecologia, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - APAEB) têm trabalhado o conceito fair trade no Brasil, desenvolvendo programas de apoio a pequenos produtores (capacitação, apoio ao crédito) e incentivando formas alternativas de comercializarem seus produtos sob a marca

comércio justo sem onerá-los com selos das iniciativas mundiais: a certificação participativa é forma utilizada em alternativa a certificação por auditoria.

A certificação participativa é uma maneira de garantir a origem do processo que determinado produto possui, sendo que toda comunidade é responsável por todos os processos, por exemplo, sou um produtor de hortaliças e meu vizinho é produtor de frutas e temos um acordo de não usarmos agroquímicos, preservarmos a mata ciliar do ribeirão, caso passe algum na área dos dois, ou seja, um compromisso e cumplicidade dos produtores para praticarem as relações de manejo, beneficiamento e comercialização de forma ética e solidária, e assim, fazerem um selo comum, como que a REDE ECOVIDA no sul do país realiza. Esta é uma política de confiança. **Já a certificação por auditoria** é tida como uma política de desconfiança, em que profissionais vão até as comunidades, empresas e afins, e fiscalizam como é o processo individual de manejo, beneficiamento e comercialização de determinado produto. É importante que saiba que as duas certificações são ferramentas que garantem aos consumidores que aquele produto é proveniente de bom manejo e sem exploração dos trabalhadores, além das certificações serem voluntárias [...] e uma questão importante é que a certificação participativa é mais barata que a outra (CREMONESI, 2005)⁹.

3.3 Princípios e critérios do comércio justo no Brasil

O Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil – FACES nasceu a partir de discussões coletivas iniciadas em 2002. A organização não governamental tem como missão o fomento para criação de um ambiente favorável à construção e implementação de um sistema brasileiro de Comércio Ético e Solidário. Sua formação é constituída pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, Fase Nacional – Federação de órgãos para assistência educacional, Fundação Friedrich Eberte, IMAFLORA, entre outras (CARTILHA FACES, 2005).

Com o objetivo de sistematizar um conjunto de regras que se tornem referência para o desenvolvimento de ações de comércio solidário no Brasil, o Fórum elaborou, a partir da agregação de opiniões da sociedade, do governo e de atores que vivenciasse a experiência na cadeia de produção e comercialização um documento que reproduzisse os padrões de comércio justo de outros países adaptando-o à nossa realidade.

⁹ Entrevista concedida via e-mail em 2005.

Para dar-lhe efetividade, a FACES conduziu uma proposta de Regulamentação Pública ao Sistema Nacional de Comércio Ético e Solidário, a qual foi entregue ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rosseto, em junho de 2004, em Brasília – DF. O MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), têm sido os principais interlocutores do FACES do Brasil para efetivar uma regulamentação pública. (Ibid. 2005).

Os padrões (valores, princípios e critério do comércio justo) descritos no documento estão sendo analisados subsumindo-os ao conceito de Comércio Ético e Solidário – CES. Como se trata de um documento em constante intervenção pública, que permite as instituições brasileiras conjeturá-lo, já podemos contar com as seguintes participações:

Tabela 1: Regiões do Brasil e seus percentuais de participação no movimento nacional de comércio justo:

REGIÕES DO BRASIL	INSTITUIÇÕES
Norte	13 (15,7%)
Nordeste	11 (13,3%)
Centro-Oeste	05 (6,0%)
Sudeste	35 (42,2%)
Sul	07 (8,4%)
Nacional	07 (8,4%)
Internacional	05 (6,0%)
TOTAL	83 (100%)

Fonte: CARTILHA FACES, 2005

Os valores constituem aquilo em que o CES do Brasil deve crer e possuir, tais valores são referendados pela Carta da Terra, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, são eles:

- a. participação democrática;
- b. liberdade sindical;
- c. eliminação do trabalho forçado;
- d. erradicação da exploração do trabalho infantil;
- e. responsabilidade e transparência nos processos administrativos coletivos e públicos;
- f. erradicação da pobreza;
- g. promoção do desenvolvimento humano;
- h. valorização de identidades locais;
- i. acesso universal à educação, à cultura, ao lazer, ao cuidado com a saúde e às oportunidades econômicas;
- j. educação para um modo de vida sustentável;
- l. tratamento aos seres humanos com respeito e dignidade;
- m. cultura de tolerância, de não-violência e de paz;
- n. proteção dos sistemas ecológicos da Terra.

Os princípios são eixos temáticos que interligam teoria e prática, eles enfatizam: o fortalecimento da democracia através do respeito à liberdade de opinião, a organização e identidade cultural, o oferecimento de condições dignas de trabalho e remuneração, o apoio ao desenvolvimento local sustentável, respeito ao meio ambiente, aos direitos das mulheres,

crianças e informação ao consumidor como garantia de transparência na cadeia comercial (Cartilha FACES, 2005, p.9).

Há ainda os critérios que funcionam como especificadores do que cada elemento da cadeia de produção e comercialização do Comércio Ético e Solidário -CES devem fazer afim de que os princípios sejam cumpridos. Estes critérios estão direcionados aos produtores ou executores de serviços, ou seja, funcionam como norteadores de suas atividades, assim determinam a restrição quanto ao uso de substâncias altamente tóxicas à saúde humana e ao meio ambiente promovendo a sua conservação; estabelece a não utilização de material que contenha organismos geneticamente modificados; o respeito à capacidade de suporte e regeneração do ambiente; a informação sobre as características do produto e do processo produtivo aos comerciantes e consumidores finais através de rótulos; a organização de empreendimentos produtivos com transparência inclusive com lideranças escolhidas democraticamente; a destinação de parte dos recursos obtidos com a venda de produtos e serviços a um Fundo de Desenvolvimento Local, direcionado a projetos sócio-ambientais geridos participativamente; respeito à legislação referente à área de preservação permanente e a reserva florestal legal dos empreendimentos envolvidos com a produção agrícola e/ou floresta; otimização do aproveitamento dos recursos energéticos na produção; promoção do bem-estar de toda a comunidade; desenvolvimento de ações conjuntas com o poder público pelos produtores; dever das crianças freqüentarem a escola sem que as atividades domésticas ofereçam empecilhos (Cartilha FACES, 2005, p.9).

Inclusive no que diz respeito ao trabalho infantil é importante pontuar que a “participação da criança não deverá afetar negativamente seu bem estar e segurança, nem suas obrigações educacionais e necessidade de brincar, devendo haver consonância com a convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, bem como com as leis e normas vigentes no contexto local” (PESQUISA SEBRAE, 2004, p. 14).

Juliane Monteiro¹⁰ expõe a posição da Visão Mundial a este respeito, inclusive aludindo a questão dos agrotóxicos e do extrativismo:

A Visão Mundial Internacional não tem posicionamento sobre trabalho infantil. Na verdade é preciso entender que a Visão Mundial está presente em 120 países. O que ela é contra é a exploração do trabalho infantil, mas em algumas culturas ela não tem como se posicionar sobre o apoio de crianças dentro dos cuidados da família. Esse é um tema bem complicado. Sobre agrotóxico e extrativismo - O que o Programa de Comércio Solidário da Visão Mundial faz é incentivar para que essas atitudes sejam eliminadas (Mensagem pessoal de e-mail, 2006).

Não só isto, mas há critérios direcionados aos comerciantes (varejistas e atacadistas) ou transformadores de produtos. Assim, o pagamento do preço justo; a utilização consentida da imagem dos produtores como apelo às vendas; a informação nos pontos de vendas aos consumidores sobre a origem de suas aquisições, o estímulo ao consumo consciente, a utilização de matérias-primas oriundas de fontes sustentáveis; o estímulo ao hábito de poupança e investimentos e a proibição da venda sob consignação não determinam o que deve ser cumprido por aquela categoria (2005).

Os critérios de comércio justo não se esgotam por aí, há determinações que asseguram a salubridade do meio ambiente e de todos os envolvidos diretos, inclusive as atividades devem gerar o mínimo de resíduos não reutilizáveis, tóxicos ou poluentes, recomendando-se a coleta seletiva. Os acordos entre produtores e comerciantes devem salvaguardar a sustentabilidade dos grupos produtores, portanto é imprescindível que sejam garantidas relações a longo prazo.

Um elemento de grande discussão no âmbito do comércio justo é o preço. A formulação do preço justo deverá permitir ao produtor e aos seus familiares uma vida digna, possibilitando que suas atividades também traduzam o respeito ao meio ambiente, para isto, é necessário que o resultado das vendas, ou seja, o lucro dê estas condições, isto quer dizer,

¹⁰ Juliane Monteiro é Assessora de Comércio solidário da Visão Mundial – sede Recife – PE.

portanto, que os custos sociais e ambientais deverão ser inclusos no preço final da mercadoria, o que parece ser uma grande problemática, pois na prática a formulação deste preço não tem levado em consideração tais custos, como se pode perceber através da planilha em anexo (Vide Anexo 1: Planilha de precificação da caneca).

Rafaela Sartori explica o fato da seguinte maneira:

O custo levantado pela planilha está centrado no objetivo de apurar o valor enxuto do processo produtivo, para avaliação da capacidade competitiva do produto. Custos sociais, ambientais, tributários são um capítulo a parte, porque depende de cada caso, formato do empreendimento e até da localização geográfica, ou seja, estes são custos relacionados com valores (lado teórico) e não com critérios (lado prático) da temática do Comércio ético, justo, solidário.

Johnson (2004) talvez tenha uma outra explicação para isto:

As organizações de comércio justo e solidário poderiam aliar-se com centros de pesquisas, ONG's e outros atores para aperfeiçoar indicadores que avaliem o impacto de diferentes formas de comércio hoje existente. Tais indicadores, além de serem validados de um ponto de vista intelectual, deverão compreender aspectos sociais, ecológicos e econômicos (p. 163)

Neste sentido, em não havendo indicadores que possam subsidiar a precificação justa, depreende-se que a dinâmica do comércio justo concentra-se no enxugamento do canal de distribuição, a um apelo de marketing que acaba por favorecer um prêmio (valor acima do preço de mercado) permitindo um retorno ao produtor melhor do que pelo canal tradicional beneficiando todo grupo e sua localidade, porém não incluindo custos sócios-ambientais por carência de parâmetros para isto.

O retorno das vendas deverá permitir o investimento na localidade, seja priorizando a educação, a saúde, ou lazer (isto quem decide são os produtores democraticamente) e prever a sustentabilidade dos recursos com investimento no próprio negócio, garantia de capital de giro e poupança.

Rafaela Sartori¹¹, Agente de Negócios da Ética¹² – comércio solidário relata que “o grande entrave para precificar o produto no mercado justo é antes de tudo a dificuldade em convencer e fazer-se entender que o preço de um produto em varejo difere do preço em atacado. O produtor simplesmente não entende isto”.

Nesta mesma abordagem, Glayson Ferrari dos Santos¹³, Coordenador de Comércio Justo da Visão Mundial e diretor da ONG Faces do Brasil e Visão Mundial destaca também a contribuição destas organizações neste sentido: “A Visão Mundial, e a Faces do Brasil buscam conscientizar que o produtor também é consumidor, e que ele deve ver o comércio ético e solidário como uma forma de transformar as relações de comércio, para que se tornem mais justas.”

Por esta reflexão consubstanciada pelo reforço do consumidor consciente, Flávio Levin Cremonesi¹⁴ expõe:

O Comércio Ético e Solidário empodera os grupos de pessoas que estão à margem do comércio tradicional, ou seja, como uma comunidade tradicional vai colocar seus produtos na prateleira de um mercado, competindo com grandes marcas. Percebe também que o trato com o consumidor é fundamental, pois, quem decide se vai comprar determinada marca, são os consumidores, ou melhor, nós! Seguindo este raciocínio, o consumo é um ato político, pois, por exemplo, se você compra um tomate na feira, simplesmente, aceitou toda a cadeia que tem antes de fazer o ato da compra, assim, se o produtor não respeita a legislação ambiental vigente, aplica venenos que são proibidos, contaminando o lençol freático e assim por diante. É possível fazer algo? É. Quando for à feira, por exemplo, pergunte ao feirante qual a procedência deste tomate, e assim, você irá rastrear este produto e ver qual são os tratos que são realizados para produzir aquele tomate, se existe trabalho infantil envolvido e assim por diante. Continuando, se existe algum mecanismo que garanta a procedência, um selo, por exemplo, que você possa enxergar fisicamente no produto e tranquilizar-se ao comprá-lo, perceberá que também existe profissionais que trabalharam por trás deste selo, para garantir esta segurança em sua procedência, percebendo este aumento no preço final.

¹¹ Entrevista concedida à mestrandia no dia 07 de janeiro de 2006 em Recife – PE, na sede da Visão Mundial.

¹² A ética é uma empresa que funciona desde 2004, onde se pode encontrar produtos de artesanato e agricultura de mais de 65 grupos produtores do Brasil. A loja trabalha com o comércio justo e foi visitada em 05 de janeiro de 2006.

¹³ Entrevista realizada em 2005 via internet.

¹⁴ Engenheiro Florestal da Faces do Brasil.

O comércio justo poderá contribuir muito para a redução do desemprego, através do escoamento da produção para este mercado, que funcionam como alternativa ao tradicional, não só isto, mas para o estado do Amazonas parece ser uma forma de enraizar o homem rural em seu lugar, aliás, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES¹⁵, existem 139 potenciais empreendimentos solidários no estado que através de uma política direcionada e bem estruturada poderá inserir-se na parceria Fair Trade.

¹⁵ Entrevista realizada com a professora Heloísa Corrêa, em 31 jan. 2005.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Método de Abordagem: dialético

Yakhot e Podosetnik haviam dito que um dos métodos elaborados pela filosofia para entendimento do mundo é o método dialético. Este método exige que todas as coisas e fenômenos sejam levados em consideração em seu contínuo desenvolvimento e mudança (1967).

A palavra dialética tinha, antigamente, um sentido diferente do que tem hoje. Os antigos pensadores gregos chamavam de dialética o meio de se estabelecer a verdade por meio de argumentos, de se verificar a verdade pela discussão. Atualmente entende-se por dialética um método filosófico de cognição da realidade, de acordo com o qual tudo no mundo se desenvolve e se modifica. Como disse o velho filósofo grego Heráclito, tudo flue, tudo muda (PODOSETNIK & YAKHOT, 1967, p. 16).

O método dialético nos obriga a perceber todas as coisas em estado de mudança, em processo de desenvolvimento, o que corresponde a própria realidade. É evidente que a vida não estabiliza, ao contrário muda, evolui. Os fenômenos da natureza também se desenvolvem. Isto quer dizer que a dialética aponta corretamente o caminho para o estudo de todos os fenômenos, na natureza e na sociedade (Id., *ibid*).

Este método de conhecer o mundo é regido por leis, leis da dialética, as quais estabelecem as relações essenciais que caracterizam todos os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento.

A primeira delas é a lei da transição da mudança quantitativa para qualitativa. A essência desta lei consiste no fato de que mudanças quantitativas inicialmente pequenas, imperceptíveis vão se acumulando e, finalmente, atingem uma fase em que se tornam

mudanças qualitativas, em consequência das quais a antiga qualidade desaparece e surge uma nova qualidade, e esta, por sua vez acarreta novas mudanças quantitativas. “No começo o processo é lento, vagaroso: ocorrem mudanças quantitativas preparatórias. Quando, porém, tais mudanças se acumularam suficientemente, ocorrem mudanças quantitativas rápidas, abruptas” (PODOSETNIK & YAKHOT, 1967, p. 57).

Não seria isto o que as pequenas mudanças de introdução a uma gestão democrática estão provocando em Codajás e que possivelmente conduzirá a uma parceria Fair Trade?

As regras que determinam atualmente as formas e maneiras de se comercializar estão sendo substituídas, pouco a pouco, por uma nova alternativa de se efetuar trocas mais justas e igualitárias.

A segunda, é a lei da Unidade e luta dos contrários a qual consiste no fato de estarem eles inseparavelmente ligados e constituírem os dois um único processo contraditório. Os contrários são inter-dependentes, isto é, um só existe porque o outro existe. A mesma coisa acontece na sociedade. Quando as contradições, corroendo o sistema capitalista, provocam uma revolução socialista, isto quer dizer que chegou a hora de sua resolução. Como resultado da luta dos contrários, as resolução das contradições, a sociedade se eleva a um nível superior: a velha sociedade, burguesa é substituída pela nova sociedade socialista. Como vemos, a luta dos contrários e sua solução atuam como a fonte do desenvolvimento social (Id., ibid. p. 63-5).

É exatamente a luta dos contrários que constitui a força motriz do desenvolvimento e que consistirá a força interna para transformação dos hábitos prevaletentes em grupos produtores desorganizados, e os elevará necessariamente ao desejo de transcender a relação patrão x subordinado em uma conjuntura mais socializada, a exemplo do caso estudado na pesquisa.

“A terceira é a lei da negação da negação, nesta no processo de desenvolvimento, cada fase superior nega ou elimina a anterior, ao mesmo tempo em que a eleva a um novo nível e conserva em seu desenvolvimento tudo que é positivo” (PODOSETNIK & YAKHOT, 1967, p. 70).

Assim como esta lei elimina o velho, mas conserva o que é positivo, pois sem isso não haveria desenvolvimento, a negação dialética exprime a seqüência do desenvolvimento e sua significação reside no fato de ultrapassar a fase anterior sem rejeitá-la.

4.2 Método de procedimento: histórico e comparativo

Para a etapa mais concreta da investigação, foi utilizado o método histórico, visando ao entendimento das influências de instituições e processos anteriores determinantes da forma atual do mercado amazônico. Isto quer dizer especificamente que o método possibilitou verificar o quanto o período colonial, o ciclo da borracha e a constituição da Zona Franca contribuíram para a composição das relações contemporâneas de comércio na Amazônia e sua inserção no mercado internacional, acentuando a atividade extrativa nesta concepção holística. Ainda, nesta perspectiva histórica, buscou-se as origens do Comércio Justo e seu nascedouro nos países em desenvolvimento.

Além disto, o método comparativo nos permitiu contrapor à visão economicista e ambientalista, bem como comparar os critérios que caracterizam o comércio justo e aqueles utilizados pela Agroindústria do Açaí em Codajás, quando das negociações/ajustes para inserção naquele mercado, tentando assim, encontrar pontos de convergências e divergências entre ambos. Estes procedimentos são cabíveis numa pesquisa qualitativa que verificou duas diferentes formas de trato comercial, quais sejam, a abordagem capitalista tradicional e o comércio eqüitativo.

4.3 Levantamento dos dados

4.3.1. Documentação indireta

Pesquisa Documental (fontes primárias): fotos, documentos oficiais e gravações.

Pesquisa Bibliográfica (fontes secundárias): consultas a livros, teses e revistas.

4.3.2. Documentação direta

A pesquisa foi do tipo pesquisa de campo exploratória.

4.3.3. Observação direta intensiva

4.3.4 Observação não participante

A observação foi semi-estruturada, ou seja, parcialmente pré-elaborada; não participante, sem interferência com a realidade estudada e individual.

4.3.5 Entrevistas

Objetivou averiguar fatos, determinar opiniões e posicionamentos, para que a partir destes se construísse o entendimento sobre a problemática. Foram semi-estruturadas.

Direcionadas a pessoas jurídicas:

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas;

Prefeitura de Codajás;

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Agroindústria Planeta Açaí;

Campo Assessoria;

Delegacia Regional do Trabalho – DRT;

Visão Mundial;

Fundação Friedrich Ebert;

Ministérios da Agricultura e Planejamento Agrário – MAPA;

Fundação Paulo Feitoza e

SEBRAE.

Os entrevistados representantes foram escolhidos conforme importância hierárquica nas empresas, envolvimento no Projeto de Revitalização e/ou funções de assistência, apoio e/ou fomento ao desenvolvimento amazônico.

4.4 Observação Direta Extensiva

4.4.1 Formulários (anexos)

Um primeiro tipo de formulário conteve perguntas abertas e fechadas dicotômicas e de múltipla escolha (**APÊNDICE A p. 152**). Foi dirigido aos cooperados (apontados aleatoriamente). Teve como objetivo avaliar a organização e a sistematização das ações de produção e comércio do açaí, **levantar características econômico-sociais**, bem como avaliar o **grau de credibilidade na gestão democrática** dos participantes da Cooperativa Mista dos Produtores de Açaí e Frutas Regionais de Codajás, aspectos estes que poderão viabilizar a parceria **Comércio Justo (Fair trade)**. Foi elaborado com base nos documentos da Fair Labelling Organization – FLO, do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil – FACES, Termo de Referência Comércio justo do SEBRAE e nos objetivos da Pesquisa de mestrado.

Um segundo tipo de formulário foi sugerido para que fosse aplicado aos funcionários da Agroindústria de Beneficiamento do Açaí de Codajás. Este formulário tinha como objetivo avaliar a organização e a sistematização das ações de comércio e gestão empresarial, dos dirigentes e funcionários da Agroindústria Planeta Açaí – natural de Codajás, também foi formulado com base nos documentos da Fair Labelling Organization – FLO, do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil – FACES, Termo de Referência Comércio Justo do SEBRAE e nos objetivos da Pesquisa de mestrado. Entretanto, a SUFRAMA e o presidente da cooperativa sugeriram que este formulário fosse aplicado em outra ocasião, por reconhecerem que a atual fase de estruturação da agroindústria fosse um indicativo que manipularia o resultado.

A Regulamentação Pública de Comércio Ético e Solidário do Brasil da FACES, o Termo de Referência SEBRAE e o documento que reúne critérios do Fair Trade da FLO

podem identificar a distância entre a situação atual e a desejável que poderá incorrer conseqüentemente em um plano de trabalho que conduzirá o grupo a parceria fair trade.

Inclusive o Termo de Referência SEBRAE (2005), estabelece características que podem identificar o grupo de produtor ideal de acordo com seguintes intercorrências:

- a. é legalmente constituído e está com todos os dados em ordem;
- b. é organizado democraticamente. Isto significa que já existe uma cooperativa ou associação ou outra forma jurídica similar que permite a participação ativa dos sócios;
- c. além da estrutura formal, tem maturidade de autogestão e uma liderança (pessoal ou grupo de pessoas, em forma de comitê, por exemplo);
- d. cumpre toda a legislação e não tem registro de irregularidades; possui infra-estrutura eficiente e manifesta capacidade de crescimento;
- e. os membros do grupo são absolutamente conscientes de sua posição como *benchmarking* e sempre procuram a melhoria contínua e o melhor atendimento do público;
- f. respeita a diversidade e oferece oportunidades iguais a todos os membros;
- g. as mulheres do grupo não são discriminadas, ou seja, recebem remuneração equiparada à dos homens pela execução do mesmo trabalho e participam das decisões com igualdade de direitos;
- h. o dever das crianças e os adolescentes, do grupo de até 16 anos de idade, freqüentarem a escola. Principalmente na agricultura familiar, elas podem estar

ajudando os pais em tarefas leves que não comprometam sua saúde, tanto no que diz respeito às atividades diretamente ligadas ao processo produtivo quanto ao ambiente de trabalho em geral;

- i. nenhuma atividade, principalmente o próprio processo produtivos, agride o meio ambiente;
- j. o produto produzido pelo grupo atinge os melhores padrões de qualidade e responde totalmente às exigências dos clientes.

Neste sentido o formulário e as entrevistas procuram levantar dados sobre:

- a. Produto;
- b. A capacidade de produção;
- c. O acesso ao mercado potencial;
- d. O provável potencial do produto no mercado nacional e ou/ internacional;
- e. Organização do grupo;
- f. A atividade produtiva;
- g. A maturidade do grupo;
- h. O potencial para assumir a administração das atividades;
- i. O respeito ao meio ambiente na produção;
- j. O ambiente de trabalho;
- l. O trabalho infantil;
- m. Igualdade de sexos no trabalho e na gestão do grupo.

4.5 Ferramenta SIES:

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, tem o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas e realizar o mapeamento da economia solidária no Brasil.

Esta secretaria é a responsável por executar o Programa Economia Solidária em desenvolvimento, o Programa tem suas ações desenvolvidas, a partir das Delegacias Regionais do Trabalho, unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego. A atuação destas Delegacias na política de economia solidária tem ocorrido, basicamente, em duas ações: A primeira, articulação, mobilização e sensibilização da sociedade em torno da economia solidária (apoio aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária ou a sua constituição); a segunda, a implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES -, por meio da participação nas Equipes Gestoras Estaduais do SIES e do apoio ao mapeamento de empreendimentos e entidades de apoio a economia solidária.

Portanto, as informações de mapeamento dos empreendimentos solidários, potenciais, à parceria fair trade foram colhidos junto à Delegacia Regional do Trabalho.

4.6 Tamanho da amostra (n)¹ para estimar a proporção de uma população finita – definição do número de formulários a serem aplicados junto aos cooperados:

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{e^2(N-1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}$$

¹ Segundo Medeiros, 1997, p. 135.

■ Onde:

- Z = abscissa da distribuição normal padrão. (Nível de confiança)
- \hat{p} = é a estimativa da proporção população
- $\hat{q} = 1 - \hat{p}$
- e = erro amostral população
- N = tamanho da população

OBSERVAÇÕES:

Os níveis de confiança mais utilizados são 90%, 95% e 99%. Será utilizado 95% que é simbolizado pela letra Z e corresponde a 1,96.

Quando a literatura de referência não apresenta nenhum valor quanto ao valor de p , considera-se este igual a 50%, conseqüentemente q será também 50%.

Consideraremos o erro amostral 10% (que é arbitrário).

O universo a ser questionado será de 86 (número em janeiro/2005) associados à Cooperativa Mista de Açaí de Codajás município do Amazonas.

Então a amostra apresentar-se-á da seguinte forma:

$$IC_{90\%} \Rightarrow Z =$$

$$\hat{p} = 50\% = 0,5$$

$$\hat{q} = 50\% = 0,5$$

$$e = 9\% = 0,09$$

$$N = 92$$

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 86}{0,1^2 (86-1) + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}$$

$$n = \frac{82.5944}{1.8104}$$

$$n = 45,622$$

$$n = 46$$

4.7. Objeto de Estudo

O comércio justo e equitativo para o Açaí no âmbito das iniciativas do desenvolvimento regional.

5 A EXPERIÊNCIA OFICIAL DA VIABILIDADE DE INSERÇÃO PRODUTIVA LOCAL NO COMÉRCIO JUSTO: O CASO DO AÇAÍ DA AGROINDÚSTRIA “PLANETA AÇAÍ” EM CODAJÁS

5.1 Local da pesquisa: Codajás

Codajás é uma cidade localizada bem no centro da Amazônia, à margem esquerda do Rio Solimões. Com uma área territorial de 20.010 Km², possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 50” Sul e 62° 05” Oeste – distando de Manaus 240 km em linha reta e 290 km por via fluvial. Não existem vias de acesso ao interior do município que não seja por água. Codajás limita-se com os municípios de Anamá, Anori, Novo Ayrão, Caapiranga, Barcelos e Coari. Segundo a lei nº. 1.707, de 23 de outubro de 1985, que estabeleceu a divisão do Estado, o município possui dois distritos: Badajós e Codajás (Relatório Suframa, 2004).

O clima do município é quente e úmido, com ocorrência de chuvas no decorrer do ano. A temperatura média anual é de 27,5° C. O declínio de temperatura ocorre nos meses de junho/julho. As chuvas ocorrem no período de outubro a junho. O relevo é plano, com leve ondulação, contendo planícies aluviais (várzeas) periodicamente inundadas, composta de sedimentos aluvionares e margosos do período quaternário e contendo os mais produtivos biótipos pesqueiros, fornecendo extensa área de águas e diversidade de “habitat” com intensa atividade e altas taxas de produtividade biológica (Id., *ibid*).

O Rio Solimões forma inúmeras ilhas sedimentares e com extravasamento das suas águas durante as cheias, depositando componentes eletrolíticos neutros, matéria inorgânica em

suspensão ou dissolvida, enriquecendo seus lagos interiores e terras ribeirinhas, criando condições perfeitas para o desenvolvimento das inúmeras espécies de fauna e flora, em especial os peixes.. Ao se recolherem as águas durante a vazante, essas ilhas se tornam propícias para as culturas de curto ciclo: grãos, verduras e legumes (Relatório Suframa, 2004).

A vegetação é típica do tipo Floresta sendo densa e uniforme. As matas das várzeas, por serem emaranhadas e compactas, encontram-se palmáceas (açai, urucuri, pupunha-brava, jarauari, etc), ao lado de árvores de porte médio como, mucucus, ingás, xurus e abioranas. São grandes as reservas naturais de castanheira e seringueiras, estas atualmente pouco exploradas. A cobertura vegetal da imensa área territorial permanece intocada, sendo que apenas nas zonas inundáveis ou ribeirinhas existe uma rudimentar exploração madeireira. A agressão à vegetação natural nas áreas inundáveis, inexistente, pois o habitante da região, por tradição e observação, sabe ser essa mata natural, ciclicamente inundada e fonte de sua alimentação. Nas demais regiões do município, é praticamente nulo o desmatamento, menos de 0,1% do total, somente para o atendimento de áreas para o plantio de subsistência (Id., *ibid*).

A população atual de Codajás, segundo o censo do IBGE de 2000, é de 17.507 habitantes, o que corresponde a 0,61% da população do Estado. A densidade demográfica do município é de 0,87 habitante/Km². A migração para centros maiores, que oferecem oportunidades para emprego estável e melhor condição de vida, representa um atrativo difícil de ser superado. A população é composta de elementos mestiços, oriundos do cruzamento de índios com brancos e com mulatos (Id., *ibid*).

A economia do município é baseada em atividades primárias, destacando-se o extrativismo vegetal em pequena escala: a colheita da castanha, a extração da borracha, óleo de copaíba, da madeira e o aproveitamento da polpa do açai, espécie de palmeira nativa que há poucos anos tem sido cultivada para esta finalidade. A população tem diminuído a derrubada da

planta para extração de palmito ou para construção de casas e tem sido estimulada para a produção do vinho do açaí (Relatório Suframa, 2004).

A atividade pesqueira é a principal atividade econômica. As espécies mais encontradas são: tambaqui, jaraqui, curimatá, pirarucu, bodó e tucunaré. A agricultura é praticada apenas como fonte de subsistência. A atividade pecuária é incipiente. A criação de aves e animais domésticos, mesmo na zona rural, é de baixa proporção inclusive para o consumo próprio (Id., *ibid*).

O comércio é constituído de pequenos estabelecimentos varejistas, algumas oficinas de mercearias, pequeno estaleiro para construção e consertos, três serrarias com baixa capacidade produtiva, olaria, três câmaras frigoríficas para comercializar pescados, três fábricas de gelo e algumas oficinas de consertos eletro-mecânicos.

A comercialização dos produtos é realizada na “feira do produtor” e no mercado municipal.

Uma agência do Bradesco é o único estabelecimento de crédito existente.

Para oferecer suporte técnico ao setor agropecuário, o município conta com um escritório do Instituto de desenvolvimento do Amazonas – IDAM, que dispõe de barcos e lanchas para prestar assistência técnica a todo município. O setor de transporte intermunicipal é atendido pelo porto fluvial onde barcos/motores aportam todos os dias.

Não existem rodovias intermunicipais, apenas 20 quilômetros precários, de uma estrada¹ que atende a algumas propriedades rurais próximas a sede municipal. Esta estrada inclusive faz a

¹ “A estrada que liga os municípios de Codajás e Anori, na região médio rio Solimões, a 220 quilômetros de Manaus, é o principal obstáculo para o escoamento da produção de açaí. A safra do produto e de outras culturas agrícolas está ameaçada de estragar nos sítios. São 57 quilômetros de extensão, e nas margens dezenas de plantios de açaí. A estrada Codajás-Anori foi inaugurada em 1994, e, por falta de manutenção da pista de barro batido, ficou intrafegável. O governo do Estado assinou convênio com a prefeitura de Codajás, no valor de mais de R\$ 12 milhões de reais, para asfaltar metade do trecho e recuperar o restante com piçarra. Só que as máquinas e as caçambas, por causa das chuvas, estão paradas. Quem não quer perder a produção processa os frutos em casa e traz a pé para vender

ligação com o município de Anori e é responsável pelo escoamento de boa parte da produção de açaí do município sendo que o seu asfaltamento é fundamental para dinamização da atividade. Apenas as ruas próximas ao rio Solimões dispõem de rede de esgotos. Boa parte dos domicílios possui fossas sépticas.

Existem cerca de 3.200 domicílios no município, sendo que aproximadamente 800 deles encontram-se na zona rural.

A distribuição da água potável para domicílios, na sede municipal e em dois distritos, é feita pela Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas – COSAMA e é provida através da captação de poços tubulares profundos. Não existe sistema de saneamento básico na cidade.

O lixo domiciliar que é coletado nas ruas é despejado em terrenos próximo à sede municipal e incinerado no período que não há chuvas.

5.2 O mercado de açaí

O açaizeiro é nativo da Amazônia brasileira e o Estado do Pará é o principal centro de dispersão natural, outras populações espontâneas também são encontradas nos Estados do Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins; e em países da América do Sul (Venezuela, Colômbia, Equador, Suriname e Guiana) e da América Central (Panamá). Porém, é na região do estuário do Rio Amazonas que se encontram as maiores e mais densas populações naturais dessa palmeira, adaptada às condições elevadas de temperatura, precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar (EMBRAPA, 2005).

na cidade. A direção da usina contratou um especialista da Universidade Federal do Pará para cuidar do sabor e melhorar a qualidade do vinho. Mas a situação da estrada pode prejudicar a safra deste ano, estimada em 600 toneladas. 20% serão destinados para a merenda escolar das escolas estaduais. Os cachos estão praticamente maduros e não há meio de levar os frutos para serem processados na usina da cooperativa” (MORAES, 2006).

O açazeiro se destaca, entre os diversos recursos vegetais, pela sua abundância e por produzir, importante alimento para as populações locais, além de ser a principal fonte de matéria-prima para a agroindústria de palmito no Brasil. As maiores concentrações ocorrem em solos de várzeas e igapós, compondo ecossistemas de floresta natural ou em forma de maciços conhecidos como açazais, com área estimada em 1 milhão de hectares. Também ocorre em áreas de terra firme, principalmente quando localizadas próximas às várzeas e igapós. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida, também, de açazais nativos manejados e de cultivos implantados em áreas de várzea e de terra firme, localizadas em regiões com maior precipitação pluviométrica, em sistemas solteiros e consorciados, com e sem irrigação. Dados estatísticos comprovam que cerca de 80% da produção de frutos têm origem no extrativismo, enquanto os 20% restantes são provenientes de açazais manejados e cultivados em várzea e terra firme (Id., ibid).

Dos frutos do açazeiro é extraído o vinho, polpa ou simplesmente açaí. Com o açaí são fabricados sorvetes, licores, doces, néctares e geléias, podendo ser aproveitado, também, para a extração de corantes e antocianina. O caroço corresponde a 85% do peso total, do qual a borra é utilizada na produção de cosméticos; as fibras em móveis, placas acústicas, xaxim, compensados, indústria automobilística, entre outros; os caroços limpos na industrialização de produtos A4, como na torrefação de café, panificação, extração de óleo comestível, fitoterápicos e ração animal, além de uso na geração de vapor, carvão vegetal e adubo orgânico. A polpa representa 15% e é aproveitada, de forma tradicional, no consumo alimentar, sorvetes e outros produtos derivados (Tinoco apud EMBRAPA, 2005).

Segundo dados da EMBRAPA, “a venda de polpa congelada, para outros estados brasileiros, vem aumentando significativamente com taxas anuais superiores a 30%, podendo chegar à cerca de 12 mil toneladas. As exportações de polpa ou na forma de mix, para outros países, ultrapassam mil toneladas por ano” (2005).

A comercialização do produto já ultrapassou as fronteiras regionais e nacionais, por meio das exportações para os Estados Unidos, França, Itália, Holanda, Austrália, Coreia do Sul e Japão (SANTANA, 2006).

De acordo com o referido autor o mercado nacional de polpa de açaí aumentou 31,71% entre 2001 e 2002. O mercado internacional aumentou cerca de 168,35% no mesmo período, ressalvando que tais informações podem ser conservadoras, uma vez que o número de microempresas informais operando com polpa de açaí é grande e crescente.

Ainda de acordo com a EMBRAPA “tem sido estimado que as atividades de extração, transporte, comercialização e industrialização de frutos e palmito de açaizeiro são responsáveis pela geração de 25 mil empregos diretos e geram anualmente mais de R\$ 40 milhões em receitas” (2005)

A importância socioeconômica do açaizeiro decorre, portanto, do seu enorme potencial de aproveitamento integral de matéria-prima. O principal aproveitamento é a extração do açaí, mas as sementes (caroços) do açaizeiro são aproveitadas no artesanato e como adubo orgânico. A planta fornece ainda um ótimo palmito e as suas folhas são utilizadas para cobertura de casas dos habitantes do interior da região. Dos estipes adultos, 30% podem ser cortados de 5 em 5 anos e destinados à fabricação de pastas e polpa de celulose para papel. A valorização do fruto do açaizeiro contribuiu, nos últimos anos, para consolidar o manejo de açaiuais nativos como a principal atividade do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), criado em junho de 1996, componente do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Os grandes interesses pela cultura e por esses recursos, fizeram com que a área manejada e de cultivo passasse de 9.223 hectares, em 1996, para 18.816 hectares, em 2002, tanto para produção de frutos como para extração de palmito, atendendo mais de 5 mil produtores, dos quais 92,1% são do Estado do Pará. O forte crescimento do mercado de fruto de açaí tem sido o indutor dessa expansão (Id., *ibid.*).

Além da região norte o produto também tem ganhado importância em mercados como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiás e no nordeste. E tem sido exportado principalmente para os Estados Unidos e para a Itália, mercado que cresce, nos últimos 30 anos, cerca de 20% ao ano.

Em sendo um produto extrativo sua oferta é de difícil quantificação, mas sabe-se que a oferta brasileira concentra-se na Amazônia onde o principal fornecedor é o Pará, com 92% da oferta, vindo em seguida Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia (EMBRAPA, 2005).

Por tudo isto, a partir da identificação de Codajás como área de grande potencial para a produção de açaí, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA realizou um Estudo de Potencialidades Regionais com a participação do Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE)/Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dos governos dos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental, o qual serviu de subsídio para o Projeto de Revitalização da Cadeia Produtiva do Açaí de Codajás como parte de um programa de interiorização do desenvolvimento.

Contando com o apoio técnico da Companhia de Promoção Agrícola - CPA/CAMPO, foi analisada a viabilidade de uma agroindústria, bem como organizado e treinado os produtores para a criação de uma cooperativa, implantado um escritório de assistência técnica, identificado as plantas de alta produtividade com a distribuição de 10 mil mudas selecionadas.

Em janeiro de 2004, os 90 associados da Cooperativa Mista de Produtores de Açaí de Codajás inauguraram a agroindústria - implantada em uma área com 627 metros quadrados - dotada de equipamentos de recepção, processamento e estocagem, e laboratórios para controle de qualidade da matéria-prima, do processo e da produção - que viabilizará a entrada da produção local de polpa nos mercados brasileiro e internacional, hoje abastecidos quase em sua totalidade pelo Pará. O empreendimento é patrocinado pela Suframa, com investimento de R\$1,25 milhão, mais a contrapartida de R\$ 12,5 mil da prefeitura do município. O projeto contou com o envolvimento de profissionais da Suframa, da CPA/CAMPO, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do SESCOOP, da Prefeitura Municipal de Codajás e dos produtores locais. Segundo o gerente técnico da CPA/CAMPO, José Eduardo Trevisan Moraes, a agroindústria terá capacidade para processar 100 toneladas/mês de polpa de açaí em dois turnos de trabalho, com tecnologia moderna, prática e eficiente. A polpa produzida será congelada e pasteurizada, condição fundamental para a aceitação do produto no mercado internacional. Também existem estudos para a produção de polpa desidratada (em pó), para exportação. O processo utilizado será totalmente automatizado, o que garantirá qualidade e higiene ao produto final. A agroindústria, no entanto, não inviabilizará o processamento tradicional, que deverá ser apenas melhorado. O técnico explicou, que a produção local é basicamente extrativista e responsável pela

subsistência dos produtores. A área explorada de açaí envolve algumas centenas de hectares, destes cerca de 90% da produção é extrativista. A produção em fruto varia de 1,2 mil a 1,5 mil toneladas/ano, se tudo fosse processado teríamos uma produção de 540 toneladas de polpa. A agroindústria tem capacidade para 100 toneladas, não tirando o ganha pão de ninguém (SUFRAMA, 2003).

De acordo com Ivo Barroncas, à época² técnico contratado pela Campo Consultoria, entre os planos da agroindústria estaria a programação para em um ano, já iniciar a parceria Fair Trade. Esta inserção não aconteceu tempestivamente, isto porque a Agroindústria precisava atravessar todos os obstáculos (burocráticos ou não) para se firmar no mercado. Como poderá se perceber nos resultados da pesquisa.

5.3 A produção de açaí

O gênero *Euterpe* agrupa cerca de 28 espécies, distribuídas desde as Antilhas, a América Central até as regiões florestais amazônicas do Peru, Bolívia, Brasil estendendo-se ao Paraguai e até a Floresta Atlântica brasileira a 30° (Relatório Suframa, 2004).

Entretanto, destacam-se três espécies mais importantes devido à sua amplitude fitogeográfica e à exploração extrativa que sofrem (Id., *ibid*):

- a. *Euterpe edulis Mart.*, que ocorre nas florestas Atlântica e do centro-sul do Brasil até o Paraguai. Bastante explorada pela indústria de palmito, as populações naturais desta espécie monocaule encontram-se hoje perigosamente diminuídas;
- b. *Euterpe oleracea mart.*, que ocorre principalmente em toda a extensão do estuário amazônico, do maranhão ao Amapá e no Pará, acompanhando o vale do baixo Amazonas

² Entrevista realizada em Janeiro de 2005.

(no Brasil) e estende-se às Guianas, a Venezuela e a Trindad;

- c. *Euterpe precatória* Mart., que ocorre na Amazônia Central e Ocidental até os contrafortes dos Andes, na Bolívia, Peru e Colômbia e alcança seus limites de distribuição nas Guianas, Venezuela e Trindad.

Aponta-se para *E. oleracea* uma distribuição muito mais ampla em toda a Bacia Amazônica, até os contrafortes andinos, talvez considerado seu cultivo freqüente pelos habitantes locais. Nota-se ainda que no vale do Amazonas, *E. oleracea* encontra-se nessas populações naturais, na região do estuário, onde é explorada de modo extrativista; na região central e ocidental a espécie explorada do mesmo modo é *E. precatória*, não se encontrando populações naturais da primeira (Relatório Suframa, 2004):

- a. *Euterpe oleracea*: Açaí (do tipo “yasa” “i”, fruta que chora, i. e., que deita água), açaí ou uaçai (do Neengatu “waçai”, nome dado a palmeiras do gênero *Euterpe*), açaí-branco, açaí-do-pará, açazeiro, conquero-açaí, ioçara, juçara, palmiteiro, palmito, pina, tucaniei (do Neengatu “tukana”, tucano/”iwa, fruto: fruto apreciado pela aves da família Ramphastidea) (Brasil); uassi, pinot (Guyane Française); palisade pina, prasara, manaka, wasei. Wapoe;
- b. *Euterpe precatória*: Açaí (origem idêntica a da espécie *E. oleracea*), waçai iwitepura (designação da espécie em Neengatu: waçai= açi/wité=terra firma/ pura=morador), açaí-da-terra-firme, açaí-do-alto-amazonas, açaí-do-mato, açaí-mirim, açaí mole, açaí solitário, acari, palmito mole, guaçai, jissara (Brasil); palma de rosário (Bolívia); yuyú-chota (Peru); palmo, manaco, guasay (Colômbia); rahoo, wahoo, weenamori, waboyaka, manicole (Guyana); monki-monki pina, baboen pina, wapoeiema, (Suriname);

O Relatório da Campo Consultoria que subsidiou o projeto de Revitalização da Cadeia Produtiva do Açaí contém um quadro comparativo das características diferenciais entre as duas espécies:

Comparação de algumas características morfológicas de Euterpe Oleracea e Euterpe precatória		
Espécie	Euterpe oleracea	Euterpe precatória
Hábito	Cespitoso em touceiras de até 20 pés	Monocaula
Tronco	6-20 m de altura, 10-18 cm de diâmetro na idade adulta, quase sempre encurvado; denso feixe de raízes aéreas na base freqüente.	6-27 m de altura, 10-20 cm de diâmetro na idade adulta, sempre reto, raízes aéreas na base discretas.
Habitat	Preferência por solos úmidos, ocorrendo mais em áreas permanentemente inundadas.	Preferência por solos mais secos, encontram-se sempre em baixos úmidos da floresta de terra-firme e na várzea Amazônica, nas terras altas situadas à margem das áreas periodicamente inundadas.

Fonte: Relatório SUFRAMA 2004.

No Pará, predomina a espécie *Euterpe oleracea*, enquanto no Amazonas a produção está centrada na espécie *Euterpe precatória*. A produção do açaí se concentra na região central do Amazonas, onde se localiza o município de Codajás (Relatório Suframa, 2004).

As principais fontes produtoras são o médio Amazonas, compreendendo o município de Itacoatiara e adjacências; o baixo Solimões, compreendendo o município de Manacapuru, Manaquiri e adjacências; e o médio Solimões, onde se situa o principal município produtor, que é Codajás, estendendo-se nesta região até Coari e municípios vizinhos (Id., *ibid*).

Na várzea da Amazônia central, a frutificação de *Euterpe precatória* estende-se de janeiro a setembro. A cidade de Manaus é abastecida pela produção procedente das regiões próximas. Como os frutos frescos se alteram rapidamente, toda uma rede de transporte e distribuição é organizada de modo que eles atinjam o mercado de Manaus, no mais tardar 72 horas após a coleta. Por isso, os municípios fornecedores da cidade restringem-se a um raio de 350km no máximo, indo de Coari e Codajás, à montante, e Itacoatiara, à jusante. O açaí começa a chegar em Manaus, procedente de Coari e Codajás, já em meados de dezembro, porém em pequena quantidade. A produção que provém destes dois municípios vai crescendo e alcança o pico no final de março a setembro. Em abril já começa a chegar o açaí procedente do baixo Solimões, da região de Manacapuru e, sobretudo do município de Manaquiri cujo pico de produção é meados de maio a final de julho, finalizando em meados de agosto. A produção das regiões situadas na várzea à jusante de Manaus está concentrada nos meses de julho e agosto, podendo ir até meados de setembro (Id., *ibid*).

Segundo a pesquisa realizada pela Campo Consultoria, a coleta do açaí se dá em 80,6% em área própria, sendo 19,4% em área de terceiros. Existem outros cultivos explorados pelas propriedades sendo as principais: cupuaçu, pupunha, banana, mandioca, graviola, abacaxi, limão, manga, ingá, castanha, caju, mari, bacaba, biriba, abacate e cacau. As maiores dificuldades para

expansão da atividade de produção de açaí na região são: transporte da produção, assistência técnica, falta de informações técnicas, crédito, canais de comercialização/mercado e mudas. O preço da venda varia entre R\$ 5,00 a R\$ 20,00 a saca de 50 Kg de caroço, dependendo da época do ano (junho a agosto os melhores preços, março a abril os preços mais baixos) e de R\$ 0,50 a R\$ 1,00 o litro de vinho também dependendo da época do ano (2004).

Ainda de acordo com a pesquisa, 51,3% da produção do açaí é oriunda da estrada Codajás – Anori (embora muito se perca em função da má condição da estrada), 12,8% do Muriru, Lago Muiá, 5,1% do Furo do Taracuá, Associação dos produtores e 2,7% de Ipixuna, Paraíso, São José II, Lago Salsa e Cuiãna. Noventa por cento da produção local (Codajás) é proveniente da atividade extrativa (cerca de 1.035 ton). Atualmente existem cerca de 400 ha cultivados no município (10% restantes equivalente a 115 ton de açaí), dos quais 250 ha são financiados por banco e 150 ha são cultivados com recursos próprios dos produtores. Em torno de 65% (260 ha) da produção está na estrada Codajás – Anori, 20% (80 ha) estão na margem do Lago Muiá e 15% (60 ha) no distrito de Badajós (ibid).

A produtividade média de uma planta de açaí nativo é de 2 a 3 cachos/ano. Considerando uma média de 10 a 12 Kg/cacho, chega-se a um saco de 50 Kg para cada 2 ou 3 plantas de açaí. Em um hectare existe cerca de 200 a 250 plantas de açaí, depreende-se que se chega a uma produção de 5.500 a 6.875 Kg/ha (Id., ibid).

Primeiro e segundo ano de produção: 2.000 a 3.000 Kg/ha; terceiro e quarto ano de produção: 5.000 a 6.000 Kg/ha; quinto ano e diante: 10.000 a 15.000 Kg/ha.

Cerca de 30% da produção total (350 ton) são enviadas a Manaus em forma de caroços acondicionados em sacos de polietileno de 50 Kg. A quantidade restante (800 ton) é beneficiada no próprio município, nas mais de 50 fábricas artesanais de beneficiamento existentes na cidade e enviados a Manaus em caixas de isopor com gelo uma ordem 450.000 litros de vinho.

A produção de açaí está concentrada em 70% em área de terra firme e os 30% restantes em área de várzea.

5.4 Resultados da Pesquisa

Tabela 2: Distribuição de gênero dos entrevistados cooperados:

DISTRIBUIÇÃO DE GÊNERO DOS ENTREVISTADOS COOPERADOS	QUANTIDADE
MASCULINO	30
FEMININO	16
TOTAL	46

Tabela 3: Origem do açaí vendido à agroindústria:

ORIGEM DO AÇAÍ VENDIDO À AGROINDÚSTRIA	QUANTIDADE
AÇAÍ EXTRATIVO DE PROPRIEDADE PRÓPRIA	30
AÇAÍ PLANTADO EM PROPRIEDADE PRÓPRIA	03
AÇAÍ PARTE PLANTADO E PARTE EXTRATIVO DE PROPRIEDADE PRÓPRIA	09
AÇAÍ PLANTADO/EXTRATIVO DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS	04
TOTAL	46

Tabela 4: Escolaridade:

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
ANALFABETO	02
ALAFALFABETIZADO	03
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	11
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	14
NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO	06
NÍVEL MÉDIO COMPLETO	06
SUPERIOR INCOMPLETO	00
SUPERIOR COMPLETO	04
TOTAL	46

Tabela 5: Produtores/extrativistas com filhos menores de 16 anos

PRODUTORES/EXTRATIVISTAS COM FILHOS MENORES DE IDADE	QUANTIDADE
SIM	32
NÃO	14
TOTAL	46

Tabela 6: Frequência escolar dos menores de 16 anos (questão dependente da anterior)

FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS MENORES DE 16 ANOS	QUANTIDADE
SIM	32
NÃO	00
TOTAL	32

Tabela 7: Trabalho dos menores de 16 anos (questão dependente da anterior)

TRABALHO DOS MENORES DE 16 ANOS	QUANTIDADE
SIM	10
NÃO	22
TOTAL	32

Tabela 8: Renda dos cooperados (durante a safra do açaí)

RENDA DOS COOPERADOS	QUANTIDADE
Até R\$ 300,00	20
Mais de R\$ 300,00 até R\$ 600,00	16
Mais de R\$ 600,00 até 900,00	08
Mais de R\$ 600,00	02
TOTAL	46

Tabela 9: Repasse da produção para a Cooperativa

REPASSE DA PRODUÇÃO/PRODUTO PARA A COOPERATIVA	QUANTIDADE
SIM	20
NÃO	36
TOTAL	46

Tabela 10: Quantidade repassada para a cooperativa

QUANTIDADE REPASSADA PARA A COOPERATIVA	QUANTIDADE
NADA	20
UMA PARTE	13
AINDA NÃO TEVE PRODUÇÃO	03
TOTAL	36

Tabela 11: Destino da produção remanescente

DESTINO DA PRODUÇÃO REMANESCENTE	QUANTIDADE
MARRETEIRO (ATRAVESSADOR)	27
BATE E VENDE PARA MANAUS	09
TOTAL	36

Tabela 12: Credibilidade do projeto da SUFRAMA

CREDIBILIDADE DO PROJETO DA SUFRAMA	QUANTIDADE
SIM	12
NÃO CONHECE O PROJETO	28
NÃO TEM CERTEZA	06
TOTAL	46

Tabela 13: Liberdade de expressão durante as reuniões da cooperativa

LIBERDADE DE EXPRESSÃO DURANTE AS REUNIÕES	QUANTIDADE
SIM	37
NÃO	02
ÀS VEZES	05
NÃO GOSTO DE FALAR EM REUNIÕES	02
TOTAL	46

Tabela 14: Discussões das propostas de negócios entre os cooperados

DISCUSSÃO DE PROPOSTAS DE NEGÓCIOS ENTRE OS COOPERADOS	QUANTIDADE
SIM	21
NÃO	16
ÀS VEZES	09
TOTAL	46

Tabela 15: Existência de respeito entre os cooperados

EXISTÊNCIA DE RESPEITO ENTRE OS COOPERADOS	QUANTIDADE
SIM	37
NÃO	02
ÁS VEZES	07
TOTAL	46

Tabela 16: Confiança no grupo de dirigentes

CONFIANÇA NO GRUPO DIRIGENTE	QUANTIDADE
SIM	23
NÃO	13
UM POUCO	10
TOTAL	46

Tabela 17: Oportunidade para torna-se dirigente

OPORTUNIDADE PARA TORNA-SE DIRIGENTE	QUANTIDADE
SIM	42
NÃO	02
UM POUCO	02
TOTAL	46

Tabela 18: Decisões tomadas em conjunto

DECISÕES TOMADAS EM CONJUNTO	QUANTIDADE
SIM	25
NÃO	07
ÁS VEZES	14
TOTAL	46

Tabela 19: Liberdade para participar de sindicatos

LIBERDADE PARA PARTICIPAR DE SINDICATO(S)	QUANTIDADE
SIM	22
NÃO	03
JÁ SOU SINDICALIZADO	21
TOTAL	46

Tabela 20: Discriminação por pertencer a um sindicato

DISCRIMINAÇÃO POR PERTENCER A SINDICATO	QUANTIDADE
SIM	01
NÃO	20
TOTAL	21

Tabela 21: Existência de preconceito entre os cooperados

EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO ENTRE OS COOPERADOS	QUANTIDADE
SIM	25
NÃO	14
NÃO PERCEBI	07
TOTAL	46

Tabela 22: Se o valor pago pela cooperativa é maior do que o do atravessador

SE O VALOR PAGO PELA COOPERATIVA É MAIOR DO QUE O DO ATRAVESSADOR	QUANTIDADE
SIM	33
NÃO	11
EQUIVALENTE	02
TOTAL	46

Tabela 23: Existência de cursos organizados pela cooperativa

EXISTÊNCIA DE CURSOS ORGANIZADOS PELA COOPERATIVA	QUANTIDADE
EXISTEM	26
NÃO EXISTEM	14
ÀS VEZES	06
TOTAL	46

Tabela 24: Se o cooperado trabalha com a família ou emprega alguém

SE O COOPERADO TRABALHA COM A FAMÍLIA OU EMPREGA ALGUÉM	QUANTIDADE
SÓ COM A FAMÍLIA	32
EMPREGA OUTROS	14
TOTAL	46

Tabela 25: Importância do açaí para o extrativista/agricultor

IMPORTÂNCIA DO AÇAÍ PARA O EXTRATIVISTA/AGRICULTOR	QUANTIDADE
MUITO IMPORTANTE	25
IMPORTANTE	14
POUCO IMPORTANTE	07
SEM IMPORTÂNCIA	00
TOTAL	46

25.1 Quanto aos riscos que o produtor/coletador está sujeito nos açaizais foram apontados:

Cair do açaizeiro

Picada de cobra, aranha, formiga

Perder a produção pela estrada em más condições

Os banheiros para quem transporta o açaí por canoa

Queimada no verão

Onça

A quebra de árvore

Comprar a saca fechada do açaí, acaba-se comprando açaí verde

Perder a produção por falta de transporte

Roubos de açaí

Tabela 26: Utilização de agrotóxicos em plantação

UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM PLANTAÇÃO	QUANTIDADE
SIM	02
NÃO	10
TOTAL	12

26.1 Quais?: CALCÁRIO E ADUBO QUÍMICO

Tabela 27: Utilização de técnicas de preservação

UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO	QUANTIDADE
SIM	11
NÃO	35
TOTAL	46

27.1 Quais?

Onde roça deixa o mato grande para fazer sombra;

Deixa se decompor sem queimar;

Roça, derruba, toca fogo;

Evita capinar e planta grama para manter a umidade;

Refloresta com madeira.

Tabela 28: Realização de bons negócios com o açaí pela agroindústria

REALIZAÇÃO DE BONS NEGÓCIOS COM O AÇAÍ PELA AGROINDÚSTRIA	QUANTIDADE
SIM	28
NÃO	03
NÃO PARTICIPO DESTAS DECISÕES	07
ACHO QUE SIM	02
NÃO SABE AINDA	06
TOTAL	46

Tabela 29: Remuneração justa com o lucro da polpa

REMUNERAÇÃO JUSTA COM O LUCRO DA POLPA	QUANTIDADE
SIM	32
NÃO	12
NÃO SEI	02
TOTAL	46

Tabela 30: O que é uma remuneração justa?

O QUE É UMA REMUNERAÇÃO JUSTA?	QUANTIDADE
QUE PAGASSE MAIS DE R\$ 30,00 PELA SACA	11
QUE PAGASSEM NA HORA	04
QUE MANTIVESSEM O MESMO PREÇO DO COMEÇO ATÉ O FINAL DA SAFRA	01
ESTÁ SATISFEITO (A) COM O PAGAMENTO	01
NÃO SE MANIFESTOU	04
QUANDO O PREÇO COBRE O DO MARRETEIRO	11
QUANDO ACOMPANHA O MERCADO	02
QUANDO PAGAM MAIS DE R\$ 0,50 O QUILO	06
GANHAR MAIS DO QUE GANHA ATUALMENTE	05
DEPENDE DA DEMANDA	01
TOTAL	46

Tabela 31: Compensação de custos

COMPENSAÇÃO DE CUSTOS	QUANTIDADE
SIM	31
NÃO	06
ÀS VEZES	02
NÃO SEI	07
TOTAL	46

Tabela 32: Compreensão dos cooperados sobre a formulação do preço do açaí

COMPREENSÃO DOS COOPERADOS SOBRE A FORMULAÇÃO DO PREÇO DO AÇAÍ	QUANTIDADE
SIM	20
NÃO	25
NÃO SE INTERESSA	01
TOTAL	46

32.1 Para aqueles que disseram conhecer o procedimento de precificação, foi solicitado uma explicação sobre este entendimento, nenhum soube explicar com precisão.

Tabela 33: Regularidade do pagamento para a compra do açaí

REGULARIDADE DO PAGAMENTO PARA A COMPRA DO AÇAÍ	QUANTIDADE
SIM	40
NÃO	05
NÃO SEI	01
TOTAL	46

Tabela 34: Como se efetua o pagamento do açaí?

COMO SE EFETUA O PAGAMENTO DO AÇAÍ?	QUANTIDADE
EM DINHEIRO	15
OUTROS (CHEQUE)	31
TOTAL	46

34.1: Algum problema com esta modalidade de pagamento?

Todos os 31 responderam que NÃO haver problemas. Todos (46) confirmaram haver recibo de pagamento.

Tabela 35: Se as decisões são conjuntas e se há conhecimento delas

SE AS DECISÕES SÃO CONJUNTAS E SE HÁ CONHECIMENTOS DELAS	QUANTIDADE
SIM	20
NÃO	25
ÀS VEZES	01
TOTAL	46

Tabela 36: Já ouviu falar em comércio justo?

SE JÁ OUVIU FALAR EM COMÉRCIO JUSTO	QUANTIDADE
SIM	10
NÃO	36
TOTAL	46

36.1 Para aqueles que disseram ter ouvido falar qual o entendimento sobre o assunto

Dos 10 que afirmaram ter ouvido falar em Comércio justo, 6 disseram não saber explicar e 4 responderam ser aquele que paga na hora.

QUANTO ÀS SUGESTÕES/RECLAMAÇÕES:

Deixar de dar mais prioridade ao açaí de alguns;

Avisar das reuniões da cooperativa mais eficazmente;

Explicar melhor porque o açaí às vezes não é aceito;

Encorajar mais os cooperados a tomarem decisões e não apenas escutar e aceitar o que o presidente quer;

Maior agilidade nos acertos de contas;

Capacitar melhor o pessoal para usar as máquinas da agroindústria;

Existência dos atravessadores;

Dificuldade em transportar o açaí até agroindústria;

Explicar melhor sobre os resultados financeiros da cooperativa inclusive esclarecer se houve ou não sobras;

A agroindústria deveria empregar cooperados ou seus filhos;

Péssimas condições da estrada Codajás – Anori;

Deveria existir um almoxarifado com peças reposição para os casos de quebra das máquinas;

A agroindústria deveria ficar com todo o açaí do município;

É necessário fazer uma cantina na agroindústria para o funcionário não sair;

É necessário um técnico para as máquinas;

É necessário mais capital de giro para compra do açaí;

A agroindústria exige qualidade do produto mais não condições para isto, a começar da estrada;

A cooperativa funciona mais com o açaí da várzea pois da terra firme está muito difícil.

5.4.1 Análise dos resultados³

A escolha dos entrevistados, embora aleatória, reflete a predominância masculina, desde dado depreende-se que a participação feminina na cooperativa não tem acontecido de forma igualitária comparativamente ao número de homens. De acordo com os princípios Fair trade a prática deste comércio deve promover a equidade de gênero, a equidade racial e o respeito aos direitos dos trabalhadores.

O resultado da pesquisa também evidenciou ser o açaí um fruto extrativista, neste sentido, pelos critérios Fair Trade, os produtos oriundos de extração ou coleta direta do ambiente natural (produto florestais madeireiros ou não, pesca artesanal, etc) devem ser extraídos/coletados numa intensidade que não ultrapasse a capacidade de suporte e regeneração do ambiente em questão. Caso a área já possua Plano de Manejo, a capacidade de Suporte e Regeneração do ambiente deverá ser respeitada.

No quesito educação e trabalho de menores, salienta-se que um dos valores perseguidos pelo Comércio Solidário é o acesso universal a educação, bem como a transmissão por meio desta educação formal e da aprendizagem ao longo da vida, dos conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável. Para isto é imprescindível a garantia de que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento de forma equitativa.

³ A análise foi baseada nos critérios, valores e princípios do comércio justo segundo documentos da FLO, FACES e Termo de Referência SEBRAE.

Inclusive, não será tolerado o trabalho infantil exploratório com menores de 16 anos em qualquer atividade relacionada ao Comércio Ético e Solidário. Sendo que o trabalho entre 16 e 18 anos só será permitido em atividades consideradas não penosas pelos órgãos governamentais responsáveis e em atividade voltada ao aprendizado e formação profissional.

De acordo com o resultado da pesquisa, alguns cooperados (10) revelaram fazer uso do trabalho infantil em atividades diversas, especialmente para bater o açaí.

No que diz respeito à renda, foi constatado que 20 cooperados dos 46 entrevistados ganham até R\$ 300,00 durante a safra do açaí⁴, sendo que a erradicação da pobreza deverá ser um imperativo ético, social, econômico e ambiental para a implementação de um comércio justo e a lucro deverá proporcionar vida digna e sustentável para os envolvidos.

No quesito “repasse da produção para a cooperativa”, dos que disseram não vender todo o produto/ produção para a cooperativa argumentaram:

- a. Que se dá mais prioridade de compra ao açaí de alguns cooperados;
- b. Que o açaí quando chega na agroindústria é rejeitado.
- c. Dificuldade em transportar o açaí até a agroindústria – especialmente os que estão ao longo da estrada Codajás-Anori;
- d. A agroindústria deixa de funcionar muitas vezes durante o dia por falta de pessoal capacitado para manusear as máquinas e falta de peças de reposição, então não há como processar o açaí e por consequência também não se compra nada do cooperado.
- e. O marreteiro aparece mais cedo do que a cooperativa e às vezes paga melhor.

⁴ A cada 50 Kg de açaí é extraído 20 Kg de polpa, sendo que o custo para produzir 1 quilo está em média R\$ 1,20.

A qualidade do produto para o comércio justo é imprescindível. Especialmente para o comércio externo que reúne consumidores exigentes, entretanto o açaí colhido fora de época tornou-se uma prática recorrente que compromete a coloração e sabor do produto. O produtor cooperado na urgência de ganhar dinheiro tem colhido o açaí antes do tempo correto para vendê-lo ao marreteiro e isto ainda estimula a coleta ilegal.

A existência do atravessador também é um elemento que causa entraves ao sistema de comércio justo: a agroindústria fica sem o produto para processá-lo, o que compromete os pedidos de venda e o próprio atravessador vende o produto para a cooperativa ganhando um pouco menos do que o cooperado.

As tabelas 13 a 21 tratam sobre socialização de conhecimentos, liberdade de expressão e ação dos cooperados. Para a parceria Fair Trade o grupo está constituído em forma de cooperativa é condição *sin ne qua nom* para sua viabilidade, isto por que os preceitos de uma gestão democrática, como a igualdade de gênero, a erradicação do trabalho infantil, a busca do desenvolvimento comunitário, pronunciados por um a cooperativa, se coadunam com os valores do comércio justo. Isto perpassa pela concessão de liberdade de expressão, socialização dos conhecimentos, repasse eficaz das informações, envolvimento e compromisso de todos.

A participação democrática nos processos de decisão e de construção coletiva e a franca liberdade de opinião e de expressão é compromisso de todos os envolvidos.

É necessário que haja a internalização e vivência do ser cooperado, isto que dizer que o respeito pelo outro deverá ser um valor perseguido pelo grupo, através da promoção de uma cultura de tolerância, de não violência e de paz. Na cooperativa de Codajás, aqueles que responderam não haver respeito mútuo, argumentaram:

1. Os cooperados roubam açaí uns dos outros;
2. Há favorecimentos para uns em detrimento de outros.

Nos grupos potenciais para parceria Fair Trade há de se exercitar a gestão democrática, estendendo a todos de igual maneira as oportunidades para que o grupo interaja e compreenda a situação do negócio, sensibilizando-os, inclusive, para sua qualidade de co-proprietário. Neste sentido, fazendo-os perceber que o presidente é co-parceiro, responsável por prestar-lhes contas dos seus atos, por não agir em nome próprio, mas representar uma associação de interesses, podendo inclusive ser destituído de sua posição, se a maioria assim o desejar.

A liberdade para sindicalizar-se é expressão desta democracia. É necessário que haja liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva. Entre os que responderam já ser sindicalizado, disseram fazer parte: do sindicato dos produtores (2), agricultores (6), professores (4), trabalhadores rurais (6), pescadores (2), artesão (1).

Na variável “preconceito existente”, as formas de preconceitos apontados foram: os que têm mais dinheiro são mais preferidos; quem tem transporte são mais preferidos (pois podem levar o açaí rápido para a agroindústria); existem “grupinhos” na cooperativa e só eles sabem das coisas, quem não faz parte só destes sabem das decisões pelos outros e existem assuntos que são escondidos de quem não está à frente ou envolvido diretamente. Havendo maior incidência de reclamação no que diz respeito a concentração de informações.

A tabela 26 levanta o uso de agrotóxicos, isto porque para a implementação do Fair Trade deve-se restringir à utilização de substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, e proibir substâncias altamente tóxicas (ex. de agroquímicos proibidos internacionalmente).

As tabelas 28 a 34 tratam sobre preço justo para o produto. Os produtores devem receber um preço justo pelos seus produtos e/ou serviços. A definição deste preço deve contabilizar de forma equilibrada os custos de cada etapa do processo das distintas produções, sem apresentar extrapolações entre o preço de venda das (os) produtores (as) de ponta da cadeia, e de compra dos (as) consumidores (as) finais.

Preço justo é aquele em que o (a) produtor (a) é reconhecido em sua formulação. É o que garante aos produtores (as) e executores de serviços uma renda para suprir suas necessidades básicas bem como de suas famílias, proporcionalmente à quantidade de trabalho exercida.

A relação comercial entre produtores (as) e comerciantes envolvidos com o comércio ético deve estar pautada em regras e mecanismos que possibilitem a criação de hábito de poupança e investimento, inclusive para a formação e manutenção de capital de giro, como forma de garantir o financiamento e continuidade da produção.

Os produtores e compradores devem discutir de forma transparente e equilibrada quais as melhores condições de produção e comercialização para ambas as partes.

No questionamento sobre já ter ouvido falar em comércio justo, 36 dos entrevistados disseram não ter conhecimento desta modalidade de comércio.

5.5 Experiências da pesquisa

A atividade extrativa do açaí para o município de Codajás é de clara importância sócio-econômica, pois garante renda e mantém o homem em seu lugar de origem.

Além de que o açaí tem sido um produto cuja valorização comercial é progressiva nacional e internacionalmente. Entretanto, a dificuldade de transporte do fruto das áreas de coletas ao ponto de beneficiamento, e deste para Manaus, desagrega valor ao longo da cadeia de distribuição e fragiliza a competitividade do produto. Se comparado à produção de açaí do Estado do Pará, que detém cerca de 92% do mercado nacional⁵, embora o fábrica de Codajás aconteça na entressafra paraense. Esta é uma das variáveis que se constitui em entrave ao escoamento eficaz do produto, não fosse assim, Codajás poderia garantir uma produção contínua por cerca de 10 meses, ou seja, de novembro a agosto.

A distância do centro consumidor também compromete a qualidade do produto em sendo a fruta de fácil perecibilidade. As dificuldades de transporte acabam contendo a comercialização e, neste sentido, a melhoria das redes de comunicação deve ser considerada em políticas de desenvolvimento local.

Internamente, a agroindústria de beneficiamento do açaí (e outras frutas regionais) tem um corpo diretivo centralizador, sem noções de disciplina empresarial, nem rotinas administrativas.

A qualidade do produto tem estado comprometida pela falta de higiene e cuidados sanitários, não havendo inspeções constantes, controle incipiente, e esporádico, pelos órgãos gestores/financiadores. Não há organograma na empresa, nem planejamento ou delineamento de

⁵ Segundo pesquisa do IBGE, 2000 a produção/extração de açaí no Brasil está dividida da seguinte forma: Acre: 431 toneladas; Amapá: 1.825 ton.; Amazonas: 932 ton (0,007%); Maranhão: 5.936 ton. e Pará: 112.676 ton.

funções. Por esta gestão deficiente, há falta de capital de giro, treinamentos irregulares e limitada rede de comunicação.

Além disto, as instalações e equipamentos não constituem ativos da agroindústria, para que isto aconteça a prefeitura, órgão gestor oficial, deverá elaborar a prestação de contas a ser enviada para o órgão concedente – Suframa, a qual analisará o destino do recurso e poderá repassar o patrimônio para a cooperativa.

Inicialmente o projeto de revitalização da cadeia do açaí em Codajás, deu origem a um acordo de cooperação técnica institucional que tem sido implementando e que distribuiu as contribuições dos parceiros da seguinte maneira: Fundação Paulo Feitoza com as funções de apoiar a cooperativa, participar do gerenciamento da agroindústria, treinar funcionários e produtores, viabilizar a certificação orgânica e articular parcerias comerciais; a Suframa como financiadora e fiscalizadora do projeto para garantir a sua sustentabilidade; O Sebrae com o apoio mercadológico e transferência de tecnologia; a Cooperativa de Produtores de Açaí e Frutas Regionais de Codajás como fornecedora do produto e a Prefeitura do município com o apoio logístico.

Por este incentivo, a agroindústria tem melhorado a capacidade de produção, mas sem garantia de sustentabilidade.

Seus parceiros comerciais são a Secretaria de Educação - SEDUC com a qual firmou contrato de venda de cerca de 110.000 quilos da fruta, como parte do projeto de regionalização da merenda escolar e a Turiya Importers Inc. importadora com sede no Canadá a qual intermedia a negociação com a distribuidora norte Americana Bossa Nova. A Turiya Importers Inc. pretende viabilizar e garantir entregas de grandes e contínuos lotes para o exterior, por isto planeja firmar uma parceria de longo prazo, com o compromisso maior de contribuir com o desenvolvimento local possibilitando a liquidez da indústria e potencializando a geração de emprego e renda para o

município. Para isto é necessário que o produto seja qualificado para exportação, especialmente no que diz respeito a boas práticas de produção.

Outra peculiaridade do município é a coleta do fruto antes do período de maturação, o que acaba por alterar o sabor do produto final (polpa). De acordo com a pesquisa, os coletadores são muitas vezes tentados a aumentar a produtividade e acabam por coletar o fruto ainda verde, principalmente pela pressão dos marreteiros que fixam o preço do produto no início do fabrico, bem acima do oferecido pela agroindústria.

Assim, é necessário convencê-los a aguardar o momento ideal de coleta sem deixar-se seduzir pelos atravessadores que compram o produto na saca fechada, sem averiguar a qualidade. Os produtores podem se beneficiar de ações de capacitação, que se revelam necessárias para evitar eventuais tendências de superexploração.

Há ainda, as más condições de beneficiamento e falta de higiene das pequenas fábricas artesanais, as quais fornecem para Manaus e comprometem genericamente a qualidade do açaí de Codajás no mercado consumidor. O produtor não consegue perceber que o que ele faz na primeira ponta repercute por toda a cadeia de comercialização.

Nesta situação, através da organização dos produtores, já existente, é possível que a negociação dos preços por ocasião das transações comerciais, possibilitem cotações melhores que as atuais, e isto iniba o repasse do produto para o atravessador.

Um outro fator a ser considerado, de acordo com Luiz Otávio, diretor técnico da Agroamazon,⁶ é que “a cultura dos produtores amazônicos é esperar que se dê assistência para a produção, mas o produtor acha que não precisa pagar por isto e que o governo perdoa a dívida”. Isto favorece o descompromisso de quem produz.

⁶ A Agroamazon faz parte da Secretaria de Produção e tem o papel de viabilizar mercados e aproximar o produtor do mercado consumidor. Ela vai detectar onde há produção e fortalecê-la.

Segundo este diretor⁷, embora Codajás seja o único município do Amazonas que produza açaí pasteurizado, às vezes comporta-se como empresa ‘fundo de quintal’. Isto o faz concluir que há gestão e capacitação deficientes:

“É preciso conseguir mercado antes de estocar. Por isto, a Agroamazon interveio na última produção para que se fornecesse a polpa para as escolas públicas em Manaus como complemento da merenda escolar⁸. Compramos 45 toneladas de açaí a R\$ 3,90 o quilo, senão fosse assim haveria o risco de perder tudo. Devemos considerar que vender o açaí para grandes supermercados não é fácil, o pequeno produtor teria que pagar um enxoval de R\$ 5.000 em média, só para colocar o produto na prateleira do varejista há ainda um bônus a ser pago, ou seja, por exemplo, o produtor repassa R\$ 1.000 de açaí para o grande comprador, mas R\$ 200,00 é do varejista.”

A SUFRAMA também concorda que Codajás tenha problemas de gestão, mas acredita que exista principalmente problemas políticos. Eliany Maria de Souza, coordenadora geral do desenvolvimento Regional – CGDER/SUFRAMA, diz que:

“O líder da cooperativa está com muito poder, é como se fosse um cooperativa una, ele não respeita a determinação de preço, isto acaba por fragilizar a cooperativa. Não bastasse que o Pará determina o preço de mercado, pois o açaí deles é pasteurizado e não tem problemas logísticos como nós temos e, conseqüentemente, o produto torna-se mais barato. Outro fator é que o líder queima o capital de giro pagando pelo açaí dos cooperados um preço acima do de mercado, este pagamento acontece na hora em que entregam a saca de açaí na agroindústria. Além disto, o líder não cumpre os prazos de entrega nem as datas de negociações. É importante destacar ainda que a Agroindústria foi projetada para beneficiar outras frutas na entressafra, mas não o faz por falta de registro no Ministério da Agricultura.”

Comercializar produtos motivados por uma redistribuição mais equânime, criando novos circuitos de comercialização (Fair Trade) que favoreçam a desconcentração de funções e a credibilidade entre os cooperados têm se revelado um grande desafio.

⁷ Algumas entrevistas foram realizadas durante o período de pesquisa, as quais serão expostas nestas considerações.

⁸ Projeto da Secretaria de educação - SEDUC para regionalização da merenda escolar. A Agroamazon tem contrato com a SEDUC. Por este projeto há a isenção de licitação para venda do produto para as escolas públicas. Tal isenção é justificada pela Procuradoria do Estado como estímulo a inserção dos pequenos produtores no mercado.

A Fundação Paulo Feitosa⁹, parceira do projeto de Codajás (Cooperativa/Agroindústria), também acredita que a concentração de funções prejudica o andamento do projeto.

Gisele Stark, coordenadora de desenvolvimento nesta Fundação, elenca os problemas detectados na agroindústria de Codajás:

“Fizemos uma inspeção de diagnóstico na sede da indústria tomando como base a legislação RDC 275/2002 da ANVISA e percebemos vários problemas: a água não é clorada embora seja de poço; a ventilação é insuficiente; existem insetos; não existe área para visitantes; a área de processamento deveria ser pintada com tinta lavável; a área não é totalmente fechada, portanto entram animais; a parte de recebimento do produto não está correta, pois pega muito sol; não existe registro quanto a higienização do local de produção; não há lixeira com tampa; não existe avisos para lavar as mãos; inexistente área adequada para estocagem de resíduos; não existe planilha de controle da temperatura nos frigoríficos; não existe planilha de manutenção das máquinas; não existe programa de capacitação o qual deve ser registrado; não existe planilha na recepção que indique em que condições chegou a matéria prima; o plástico da embalagem da polpa não é adequado, rasga fácil e vasa o produto; os palets que usam é de madeira o que não é mais permitido. Por estes motivos e por tantos outros, chegamos a conclusão que a indústria está no grupo 3 de nossos padrões referenciais, isto significa dizer que ela só atende 49,67% das exigências para funcionamento e embora acreditemos no projeto, concordamos que houve aprovação de uma idéia inconclusa.”

Dra. Aldenir Mota de Brito, da área de fiscalização vegetal do Ministério da Agricultura e Planejamento - MAPA argumenta:

“Toda empresa que manipule bebidas obrigatoriamente deve ser registrada no MAPA de acordo com o decreto 2.314/97. O MAPA foi procurado para fazer este registro em Codajás, mas era preciso fiscalizar. Nós, enquanto órgão normativo/fiscalizador, avaliamos a adequação da agroindústria conforme as instruções normativas 01/2000 e 05/2000. Por estas instruções foi detectada como única irregularidade a secção de recepção do produto que estava descoberta. Quanto à qualidade da água, o MAPA exige compromisso da empresa para regularizar, pois ela deverá ser própria para o consumo. O MAPA acredita que a agroindústria tem tecnologia de ponta e um fluxograma de produção linear, mas a largaram nas mãos de produtores sem capacidade gerencial. Então o MAPA concedeu o registro por acreditar que não era um problema muito grande, até por que não somos um órgão de entraves e sim de desenvolvimento regional. Acreditamos que o maior problema é de ingerência política.”

⁹ A Fundação Paulo Feitosa participa do projeto de Revitalização da Cadeia Produtiva de Açaí de Codajás para organizar o negócio, orientar a comercialização, agilizar a certificação orgânica e orientar no exercício de boas práticas de fabricação.

É preciso ainda que haja processos mais racionais de exploração do açaí, empregando tecnologia de irrigação para que garanta produção na entressafra, visto ser um produto de forte sazonalidade, também melhorar a capacidade de armazenamento e processamentos de outras frutas para potencializar o funcionamento industrial, pois um sistema de produção diversificado é condição principal para sua sustentabilidade.

O enquadramento desta atividade extrativa em regras de manejo que considerem os interesses dos diversos atores é também imprescindível. Inclusive alguns cooperados já cultivam espontaneamente o açaí, isto eleger a atividade extrativa como potencial para atuação de políticas de desenvolvimento que considerem a evolução técnica objetivando a implantação de um sistema agroflorestal futuro.

BOX 1: Comércio Justo em Urucará (AM)

O Guaraná Tupã produzido pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará (município do Amazonas) e comercializado pela COMAP – Cooperativa Mista Agropecuária dos produtores diretos de Urucará Ltda, conhecida como Agrofruit, tem sido um bom exemplo de produto vendido para o comércio alternativo e que está dando certo, não obstante algumas dificuldades enfrentadas.

Seu Pedro, presidente da cooperativa, conta toda trajetória que os conduziram ao comércio justo: “Entramos nessa linha de comércio devido a um movimento que existe na Itália por intermédio de um padre italiano que foi o grande idealizador deste projeto. Aqui o Centro de Treinamento Rural de Urucará – CETRU, foi criado para organização dos produtores e para prestar assistência técnica, que antes não havia. Aí se juntou a paróquia e o padre italiano que abraçou a causa. Tudo que ele queria na época pra aqui tinha que pedir dinheiro de fora, aí para facilitar o envio de dinheiro foi criado uma associação que seria para arrecadar dinheiro de quem quisesse doar. Depois surgiu a cooperativa que foi o que eles (os italianos) tinham mais incentivado. A maioria do pessoal que é da cooperativa eram ribeirinhos trabalhando nas margens das várzeas e todo ano tinha que plantar juta, todo ano tinha que plantar roça e quando vinha a cheia tirava tudo para plantar tudo de novo no outro ano. Aí eles queriam que o pessoal na terra firme plantasse plantas perenes, aí o guaraná foi identificado por que eles achavam que era compatível e desde aquela época já tinha um valor bem acentuado. Quando houve a decadência do guaraná aí eles identificaram que tinha esta rede de comércio. Aí eles encaminharam para lá. Daí eles pediram que agente pegasse a produção exclusivamente dos agricultores da cooperativa e que uma parte do dinheiro ganho fosse investido para benefício da comunidade, nós escolhemos priorizar a educação. Também devemos ter cuidado com o ambiente, nós já fazemos reflorestamento com madeira de lei. Às vezes eles fazem exigências que não têm como cumprir, mais aí eles revisam o acordo. Por exemplo, a cada encomenda é feito um acordo para saber quem vai arcar com o frete. Eles arcaram com o frete por que eles queriam exclusividade. Quando a gente foi alugar um container eles na Itália só aceitavam que fosse lacrado e aberto só para eles, mas o container o preço é muito caro e ele não vai cheio, digamos você vai mandar uma tonelada de guaraná que é a média que mandamos, mais o container cabe 8 ou 10 toneladas, aí eles viram isto e assumiram o custo. Agente se responsabiliza pela carga até embarcar, para lá a responsabilidade é com eles. O quilo do produto é vendido para eles por \$ 22 se fosse para o comércio tradicional seria de \$ 10 a \$12, cai muito. O comprador é a Ecosolidarie”

Seu Antônio Carlos, diretor financeiro à época (2004) expõe as dificuldades que existem na cooperativa:

“Eu acho que a maior dificuldade do movimento é devido ao fracasso das maiorias das cooperativas que foram criadas na década passada, devido a não preparação tanto dos cooperados quanto dos dirigentes, e quando nós começamos a discutir sobre cooperativa aqui a maioria dos produtores já haviam participado de alguma cooperativa, inclusive de algumas que fracassaram também, já vem todo aquele histórico de que cooperativa só dar certo pra quem fica na frente. Outra questão é a assessoria, se você procura um contador não tem um especializado em cooperativa. Outra questão é dizer para um cooperado de 70 anos que o resultado da cooperativa vai acontecer daqui a dez anos. Como vai convencer ele?”

Já seu Pedro diz que o principal obstáculo é a dificuldade que o cooperado tem de entender como funciona a cooperativa devido a sua baixa escolaridade. Na hora de apresentar uma prestação de

contas, por exemplo, é preciso saber que linguagem utilizar, pois se eles não entenderem o que está sendo explicado gera desconfiança.

Mas apesar de toda dificuldade seu Pedro, e seu Antônio concordam que vale a pena apostar no comércio justo. Inclusive seu Pedro termina a entrevista dizendo “a quantidade que a gente vende pra lá ainda não dá para suprir e melhorar nossa qualidade de vida. Mas como é um mercado que agente acredita, nós estamos nos estruturando para atender da melhor forma possível este mercado”.

Karla C. T. de Santana – é mestranda da UFAM na linha de pesquisa Política e Gestão Ambiental. Realizou esta entrevista em Março de 2004 em Urucará – AM.

BOX 2: Comércio Justo em Gravatá (PE)

O Círculo de Trabalhadores Cristãos de Gravatá, fundado em 20 de maio de 1962 é uma entidade civil com fins não econômicos, que tem por finalidade a promoção humana. Sob sua responsabilidade mantém três escolas nas comunidades que atendem a 450 crianças com educação infantil e ensino fundamental.

Através do seu departamento de produção “Artgravatá” e de outros projetos sociais, busca melhorar a qualidade de vida de seus associados, na medida em que contribuem para o desenvolvimento humano sustentável, fornecendo meios de incrementar a renda familiar.

O grupo de produção Artgravatá, que é composto por 10 artesãos iniciou suas atividades em 1979 com a produção de artesanato decorativo, e utilitário, brinquedos educativos, material pedagógico e mobiliário escolar, a partir de modelos criados por professores.

Desde 1999 o grupo participa do programa de Comércio Justo e Solidário da Visão Mundial exportando para Holanda.

Dona Maria da Paz, fundadora e presidente da entidade comenta sobre este comércio: “O comércio justo é que sustenta a gente aqui [...]. A gente não vende por vender agente transforma a educação. O comércio justo é que salva pois não tira nada de ninguém, ele soma e reconhece este nosso papel” .

Na mesma cidade, dona Nilza, artesã, confecciona minúsculas bonequinhas que são vendidas em sua grande maioria para uma loja de comércio solidário holandesa, para ela o mercado solidário tem provocado mudanças significativas no seu modo de vida e de muitas outras mulheres: “O comércio justo está sendo bom para mim e para as meninas (mais de 40 ajudantes), pois elas podem comprar som, celular, com o dinheiro que ganha. Antes elas não tinham emprego e eu fico feliz por saber que com meu trabalho, eu ensino elas e elas podem ter um ganho. É com o dinheiro da Visão Mundial que eu estou construindo minha casa”.

O produto de Dona Nilza tem sido o mais exportado para a Holanda de todos os artigos vendidos pela Ética (empresa constituída pela Visão Mundial entre outros parceiros com o propósito de viabilizar a comercialização de produtos especialmente para o exterior) e inclusive foi premiado por ter sido a bonequinha mais bem feita e antiga da região. Dona Nilza exibe orgulhosa sua criação acreditando que ela tem muito a contribuir com a disseminação deste comércio alternativo.

Karla C. T. de Santana – é mestranda da UFAM na linha de pesquisa Política e Gestão Ambiental. Realizou esta entrevista em janeiro de 2006 em Gravatá – PE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais amazônicas são exemplos de que o manejo e uso sustentável de recursos naturais é inerente a cultura. Os processos produtivos estão sempre atrelados a conservação dos solos, água, fauna e flora, e a manutenção da integridade das florestas reconhecendo nelas a principal fonte de recursos para a sobrevivência e para o desenvolvimento socioeconômico local. O conhecimento autóctone transmitido de geração a geração, têm garantido sua segurança alimentar, fornecendo, ao mesmo tempo, um importante excedente mercantil.

Porém em meio a todas as ingerências externas, peculiares ao sistema capitalista e a lógica neoliberal, aquelas mesmas populações têm assumido uma espécie de resistência cultural de tal modo que vem seguindo um caminho inverso a herança ancestral ora adaptando os sistemas produtivos às necessidades de sobrevivência ora adaptando-os às oportunidades de mercado.

Nesta tentativa de conjugar a necessidade de recuperar os estoques de alimento com a abertura do mercado nacional é que não raro se perdem.

Com efeito, em meio a todos os ditames econômicos do sistema capitalista operante, que dilapida e desorienta a capacidade produtiva, ameaça a segurança alimentar e transforma os indivíduos em uma maioria alienada, o comércio justo pode representar uma maneira de resgate social, de respeito às diferenças culturais e de envolvimento multidirecional, ou seja, entre produtores, intermediários e consumidores finais vertical e horizontalmente (produtores com outros produtores, intermediários com outros intermediários).

Neste sentido, o *Fair Trade* parece ser uma alternativa viável para o desenvolvimento incluyente e sustentável para a região Amazônica cuja prioridade transcende a pura e simples transferência de produtos e/ou lucro com um sentido em si mesmo.

Assim, é necessário criar parcerias que viabilizem a implementação de um comércio em bases de justiça e compromisso econômico, ecológico e social. Para isso, é necessário apostar no cooperativismo, como uma forma solidária de empreender, criar canais que possibilitem contatos internacionais e procurar ajustar os métodos de produção a uma formatação mais responsável ambientalmente. Inclusive engendrar métodos criteriosos de preservação consorciados aos planos de manejos, aprimoramento de técnicas agrícolas e formas de gestão otimizada dos recursos.

O Comércio justo, ou *Fair Trade*, propõe na prática, enxugar o canal de distribuição convencional, extenso, o qual interliga o pequeno produtor do sul ao consumidor do norte e que por tal extensão acaba diluindo os lucros entre os inúmeros elos interdependentes, aumentando custos e tempo de entrega. Portanto, o movimento do mercado justo age no propósito de aproximar produtor x consumidor, dando-lhes condições para que a relação comercial seja de longo prazo, minimizando as distorções privilegiadoras unilaterais, inerentes ao comércio tradicional.

Por esta filosofia, será possível incentivar a boa qualidade do produto, estimular respostas mais eficazes as demandas de mercado e dar segurança alimentar.

Ian Scanlan, sócio da Turiya Importers, posiciona-se neste sentido:

“At Turiya we believe that there exists a solution for the factory, co op, and community of Codajas which is based on transparency in business and which can provide a sustainable solution not only for Codajas but also for other small communities in Amazonas - We believe that Codajas can serve as a model community for sustainable industry. We also believe that such a solution is critical for the further social development of small communities and for increasing the opportunities available to the people of these communities. Increased opportunities and access to education have important implications for environmental stewardship in the Amazon, and the global implication of this is one of the primary reasons we are choosing to engage in sustainable business in this region. Everything is connected. If accepted, our proposal will help the factory produce export – quality frozen acai pulp, will provide a long term stable market at a fair price for that pulp, and will make the necessary investments to

ensure that the benefits of this industry are felt by the various communities in the municipality of Codajas. It must be recognized that part of the reason for the current situation in Codajas is ineffective management. We propose that the duties of Factory Manger and Co op President be separated in order to allow for more focused and directed management, but believe that these two leaders must work closely in order to ensure good communication and implementation of changes to factory procedures and regulations. We believe that certifications are critical for the future of the Factory and Co operative and if this proposal is accepted, we are committed to working with all parties to ensure that our product is certified organic and kosher initially.

Although Fairtrade Labelling Organisations International does not yet have standards set for acai pulp, it is very likely that they will in the near future. We believe that Fairtrade is a viable and proven business model, and that through a community-based educational initiative the community will recognize the benefits of conducting business within such a framework.”¹

A despeito das bases cooperativistas da agroindústria de Codajás, ainda que fragilizadas, pela manutenção de uma relação de mando e subordinação entre os cooperados, despreparo gerencial, interferências políticas, falta de autonomia gerencial e administrativa, sujeição à atravessadores, baixo capital de giro e falta de transparência nas relações de negócios, entre outros desmandos, cremos que os órgãos e empresas gestoras dentro de suas competências assumidas inicialmente criticam a inaplicabilidade da política de desenvolvimento regional arquitetada por eles próprios, se eximindo das responsabilidades para os quais foram constituídos.

¹ A Turiya acredita que exista uma solução para a fábrica, cooperativa e para a comunidade de Codajás baseada em um negócio transparente e que possa promover uma solução sustentável não apenas para o município mais também para outras pequenas comunidades no Amazonas. Nós acreditamos que Codajás pode servir como uma comunidade modelo para uma indústria sustentável. Nós também acreditamos que essa solução é essencial para o aumento do desenvolvimento social das pequenas comunidades e para incrementar as oportunidades das pessoas dessas comunidades. Melhorando as oportunidades e acesso a educação, haverá importantes implicações no cuidado do meio ambiente no Amazonas, e a implicação global disto tudo é o motivo principal que nos fez engajar no negócio sustentável nesta região. Tudo se conecta. Nossa proposta ajudará a fábrica a produzir polpa de açaí congelada com qualidade de exportação, promoverá em longo prazo um mercado estável com preço justo para essa polpa, e permitirá que os investimentos necessários para assegurar os benefícios desta indústria sejam sentidos pelas várias comunidades no município de Codajás. Um dos motivos principais da situação atual de Codajás é um gerenciamento ineficiente. Nós propomos que as atividades do administrador da fábrica e do presidente da cooperativa sejam separadas de modo a permitir um foco direcionado ao gerenciamento, mas acreditamos que esses dois líderes devam trabalhar juntos de maneira organizada para assegurar uma boa comunicação e implementação das mudanças para os procedimentos e regulamentações da fábrica. Nós acreditamos que certificações são essenciais para o futuro da fábrica e da cooperativa e se essa proposta for aceita, nós nos comprometemos a trabalhar com todos em parceria para garantir que nosso produto obtenha certificação orgânica e Kosher inicialmente. Apesar da Certificadora Internacional de Comercio Justo - FLO ainda não ter padrões para polpa de açaí é muito provável que terá em breve. Nós acreditamos que o comércio justo é um viável e testado modelo de negócio, e que através da iniciativa de educação comunitária a comunidade reconhecerá os benefícios de conduzir os negócios desta maneira.

Ainda assim a introdução de critérios *Fair Trade*, em sendo uma alternativa de resgate da soberania alimentar, parece ser a estratégia cabível a realidade amazônica apresentada nesta pesquisa isto porque o comércio solidário é o único conceito que focaliza o empoderamento e desenvolvimento dos produtores pobres e trabalhadores dos países em desenvolvimento. Ele é um programa que dá credibilidade ao comércio mundial à medida que traz mudanças reais para quem realmente necessita dele (iniciativas como da Ecocerte e IBD² podem ser bons exemplos desta realidade).

² A ECOCERT e o IBD têm certificado produtos com selos que atestam a procedência orgânica e de Comércio Solidário, como os selos BIOEQUITABLE e ECOSOCIAL respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. *Educ. Soc.*, maio/ago. 2004 vol.25, no.87, p.335-351. ISSN 0101-7330.

ARRUDA, Marcos. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antônio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz , 2003. p. 260-268.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BUENO, Álvaro. Dúvidas sobre Fair Trade. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <k_braga2@hotmail> em: 23 de fev. 2005.

BRASIL. BRASÍLIA. Decreto n. 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0288.htm> >. Acesso em: 09 de fev. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. *São Paulo perspec.*, Jun 2002, vol. 16, nº. 2, p. 64-75. ISSN 0102-8839.

CASTRO, Aline de. O extrativismo do açaí na Amazônia Central. In: *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 191-206.

CERATTI, Federico. O comércio ético e solidário. In: FRANÇA, Cássio Luiz de (Org.). *Comércio ético e solidário*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ ILDES, 2002. p.78-85.

CORRÊA, Marilene. *A indústria de off shore na selva*: o caso da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <<http://comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz20.htm>>. Acesso em: 09 de fev. 2006.

CREMONESI, Flávio Levin. Comércio ético e solidário. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <k_braga2@hotmail> em: 21 de fev. 2005.

DANIEL, João (1722-1776). *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 1 v.

Fairtrade Labelling Organizations International – FLO. Apresenta produtos, padrões do comércio justo, procedimento para certificação, entre outras notícias. Disponível em: <<http://www.fairtrade.net/>>. Acesso em: 06 mar. 2006.

FÓRUM DE ARTICULAÇÃO DO COMÉRCIO ÉTICO E SOLIDÁRIO DO BRASIL – FACES. Cartilha: *Princípios e critérios do comércio ético e solidário*. Maio/2005.

FRANCO, Gustavo. Pela redução do imposto sobre o emprego. Veja. São Paulo, nºDO VOLUME, NÚMERO DO FASCÍCULO, páginas inicial –final, novembro, 2001. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/veja54.htm>>. Acesso em: 09 de fev. 2006.

FRAXE, Theresinha de Jesus pinto. *O saber local e os agentes da comercialização numa comunidade amazônica*: um estudo de caso na Costa da Terra Nova, no Careiro da Várzea (AM).

In: II ENCONTRO DA ANPPAS, 26 a 29, São Paulo, 2004. 19 p.

FRETEL, Alfonso Coter. SIMONCELLI-BOURQUE, Eloise. *O comércio justo e o consumo ético*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 79 p. (Economia solidária n. 6).

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antônio David. *A outra economia*.

Porto Alegre: Veraz, 2003. p.88-96.

JOHNSON, Pierre. Aliança por um mundo responsável, plural e solidário. In: *Caderno de proposições para o século XXI: Comércio justo e solidário*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. 192 p. Título original: Alianza para um mundo responsable, plural y solidário.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 191-206.

LISBOA, Armando de Melo. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 183-192.

MADELEY, John. *O comércio da fome*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEDEIROS, Ermes.../et. al/. *Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. *O livro de ouro da Amazônia*: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MENDES, Armando e SACHS, Ignacy. A inserção da Amazônia no mundo. In: PINTO, Florence e CASTRO, Edna. *Faces do trópico úmido*. Belém: Cejup, 1997. p. 133-146.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Network of European Worldshops – NEWS!. Apresenta as lojas de comércio justo associadas, suas atividades, produtos, experiências, entre outras notícias. Disponível em <<http://www.worldshops.org/index.html>>. Acesso em: 16 de mar. 2006.

OXFAM INTERNATIONAL. *Mudar as regras*: comércio, globalização e luta contra a pobreza. Relatório. Tradução da Agenda Comunicação e Serviços Ltda. Recife, 2002. 319. p. Título original: THE TRADE REPORT: **Rigged Rules and Double Standards**.

PODOSETNIK, V. e YAKHOT, O. Pequeno manual do materialismo dialético. Tradução de Daniel campos. São Paulo: Argumentos, 1967.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho*: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Glayson Ferrari dos. Comércio ético e solidário: uma perspectiva das produtoras e produtores brasileiros. In: FRANÇA, Cássio Luiz de (Org.). *Comércio ético e solidário no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ ILDES, 2002. p.55-59.

SANTOS, Glayson Ferrari dos.. Entrevista sobre comércio justo. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <k_braga2@hotmail> em: 10 mar. 2005.

SARTORI, Rafaela. Planilha de Custos - Caneca (Artesanato). [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <k_braga2@hotmail> em: 6 jan. 2006.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. *Comércio Justo: pesquisa mundial*. Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora. Brasília, 2004.

SERAFICO, José e SERAFICO, Marcelo. *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil*. *Estud. av.*, ago. 2005, vol.19, no.54, p.99-113. ISSN 0103-4014.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-129.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994. 174 p.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. *Amazônia: globalização e sustentabilidade*. Manaus: Valer, 2004.

STEUDLE, Alexa. Fair Trade. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <k_braga2@hotmail> em: 31 de jan. 2005.

STROH, Paula Yone (org.). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Termo de Referência SEBRAE para o Comércio Justo. Coord. Técnica: Jorge Rincon, Juarez De Paula, Loise Alves machado, Alzira Vieira – Brasília: SEBRAE, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO EM CODAJÁS

APÊNDICE B – FOTOS

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO

FORMULÁRIO – 1 n.º	
<p>Este formulário tem como objetivo avaliar a organização e a sistematização das ações de produção e comércio do açaí, levantar características econômico-sociais, bem como avaliar o grau de credibilidade na gestão democrática dos participantes da Cooperativa Mista dos Produtores de Açaí e Frutas Regionais de Codajás, aspectos estes que poderão viabilizar a inserção no Comércio Justo (Fair trade). Foi elaborado com base nos documentos da Fair Labelling Organization – FLO, do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil – FACES, Termo de Referência Comércio justo do SEBRAE e nos objetivos da Pesquisa de mestrado.</p>	
<p>Informações complementares do Cooperado:</p> <p>SEXO F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/></p> <p>PROPRIEDADE: PRÓPRIA () TERCEIRO ()</p> <p>PRODUÇÃO EXTRATIVISTA: a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> C. Plantado e extrativo <input type="checkbox"/></p>	
<p>I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</p>	
<p>1. Idade:</p> <p>2. Nº de filhos:</p> <p>3. Escolaridade:</p> <p>a. Analfabeto ()</p> <p>b. Alfabetizado ()</p> <p>c. Ensino fundamental incompleto ()</p> <p>d. Ensino fundamental completo ()</p>	<p>e. Nível médio incompleto ()</p> <p>f. Nível médio completo ()</p> <p>g. Nível superior incompleto ()</p> <p>h. Nível superior completo ()</p>

<p>4. O (a) senhor (a) tem filhos menores de 16 anos?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se sim, eles freqüentam a escola? a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p>
<p>5. Qual a renda familiar mensal?</p> <p>a. Até R\$ 300,00 <input type="checkbox"/></p> <p>b. Mais de R\$ 300,00 até R\$ 600,00 <input type="checkbox"/></p> <p>c. Mais de R\$ 600,00 até R\$ 900,00 <input type="checkbox"/></p> <p>d. Mais de R\$ 900,00 <input type="checkbox"/></p>
<p>II. SOBRE A COOPERATIVA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO</p>
<p>1. O senhor vende toda sua produção para a Cooperativa?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se não, quanto é vendido para a cooperativa? _____</p> <p>Quem compra o restante da produção? _____</p>
<p>2. O (a) Senhor (a) acredita neste projeto de revitalização da cadeia do açaí para Codajás, com a constituição da Cooperativa e a construção da Agroindústria?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não conheço o projeto <input type="checkbox"/> c. Não tenho certeza <input type="checkbox"/></p>
<p>3. Nas reuniões e encontros da cooperativa, o (a) senhor (a) sente que há liberdade para expressar suas opiniões?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/> d. Não gosto de falar nas reuniões <input type="checkbox"/></p>
<p>4. Antes que se “feche” um negócio pela cooperativa, a proposta é levada para ser discutida entre os cooperados?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>5. Existe uma relação de respeito e união entre os cooperados?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>6. O (a) senhor (a) confia no grupo de dirigentes da cooperativa?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Um pouco <input type="checkbox"/></p>
<p>8. O (a) senhor (a) acha que hoje lhe dão oportunidade suficiente para um dia, caso queira, torna-se dirigente da cooperativa?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Um pouco <input type="checkbox"/></p>

<p>9. As decisões referentes a cooperativa são tomadas em conjunto?</p> <p>a. Sim, sempre <input type="checkbox"/> b. Não, nunca <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>10. O (a) senhor (a) se senti livre para participar de algum sindicato, caso queira?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Já sou sindicalizado <input type="checkbox"/></p> <p>CASO A RESPOSTA SEJA “C”</p> <p>10.1 Qual sindicato? _____</p> <p>10.2 Sente-se discriminado na cooperativa por pertencer a um sindicato?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p>
<p>11. Existe alguma espécie de preconceito sobre raça, cor, posição social entre os cooperados?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Não percebi <input type="checkbox"/></p>
<p>12. O valor que a cooperativa paga pelo açai é maior do que o que um atravessador pagaria?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Equivalente <input type="checkbox"/></p>
<p>13. Existem cursos sobre cooperativismo ou técnicas de manejo para o produtor em Codajás?</p> <p>a. Existem <input type="checkbox"/> b. Não existem <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>14. O (a) senhor (a) trabalha só com sua família ou emprega alguém de fora em sua propriedade?</p> <p>a. Só com a família <input type="checkbox"/> b. Emprego outras pessoas <input type="checkbox"/> Quantas? _____</p>
<p>15. Qual a importância do Açai para o (a) senhor (a) e sua família?</p> <p>a. Muito importante <input type="checkbox"/></p> <p>b. Importante <input type="checkbox"/></p> <p>c. Pouco importante <input type="checkbox"/></p> <p>d. Sem importância <input type="checkbox"/></p>
<p>16. Quais os riscos que um agricultor está sujeito para cultivar o açai?</p>

<p>17. O (a) senhor (a) utiliza agrotóxicos, fertilizantes ou pesticidas em sua plantação?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p> <p>Quais? _____</p>
<p>18. O (a) senhor (a) utiliza alguma técnica para preservação do solo?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/></p> <p>Quais? _____</p>
<p>III. SOBRE A AGROINDÚSTRIA NA VISÃO DO PRODUTOR</p>
<p>1. A agroindústria está realizando bons negócios com açaí?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Não participo destas decisões <input type="checkbox"/> d. Acho que sim <input type="checkbox"/> e. Não sabe ainda <input type="checkbox"/></p>
<p>2. Acha que o resultado, ou seja, o lucro da venda do produto já beneficiado pela Agroindústria proporciona ao produtor cooperado uma remuneração justa?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Não sei <input type="checkbox"/></p>
<p>3. O que seria uma remuneração justa para o (a) senhor (a)?</p>
<p>4. O preço do açaí, que é pago pela Agroindústria, compensa os custos de produção?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/> d. Não sei <input type="checkbox"/></p>
<p>5. O (a) senhor (a) compreende como é que se chega ao preço de compra do açaí pela Agroindústria e o preço de venda da polpa para o mercado?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Não me interessa <input type="checkbox"/></p>
<p>6. O pagamento feito pela Agroindústria ao produtor se efetua regularmente?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Não sei <input type="checkbox"/></p>
<p>7. Como se efetua o pagamento do açaí?</p> <p>a. Em dinheiro <input type="checkbox"/> b. Outros <input type="checkbox"/></p>
<p>8. Há recibo de pagamento emitido pela Agroindústria no momento da compra do açaí?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>9. As decisões da Agroindústria são tomadas em conjunto com o produtor cooperado?</p> <p>a. Sim <input type="checkbox"/> b. Não <input type="checkbox"/> c. As vezes <input type="checkbox"/></p>

10. O (a) senhor (a) já ouviu falar em comércio justo, ético ou solidário?

a. Sim

b. Não

11. Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Manaus,

_____/_____/_____

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B - FOTOS

Foto 1: Carço e borra de açai



Foto 2: Área externa da fábrica



Foto 3: Área de lavagem e amolecimento do açai



Foto 4: Enchimento dos baldes com polpa. Lote Turiyá



Foto 5: Área externa fábrica



Foto 6: Entrada da fábrica



Foto 7: Despolpadeira



Foto 8: Estrada de acesso à fábrica